



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTÔNIA GABRIELA PEREIRA DE ARAÚJO

**A PESCA DE CURRAL NA PRAIA DE BITUPITÁ, CEARÁ:
DILEMAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE A
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO**

FORTALEZA

2016

ANTÔNIA GABRIELA PEREIRA DE ARAÚJO

A PESCA DE CURRAL NA PRAIA DE BITUPITÁ, CEARÁ:
DILEMAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE A
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lea Carvalho
Rodrigues.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A687p Araújo, Antônia Gabriela Pereira de.
A pesca de curral na praia de Bitupitá, Ceará: dilemas de povos e comunidades tradicionais frente a políticas de desenvolvimento. : Dissertação / Antônia Gabriela Pereira de Araújo. – 2016.
110 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Prof.^a Lea Carvalho Rodrigues. .
1. Turismo . 2. Povos e Comunidades tradicionais. 3. Direitos territoriais. 4. Pesca de curral. 5. Ceará.
I. Título.

CDD 301

ANTÔNIA GABRIELA PEREIRA DE ARAÚJO

A PESCA DE CURRAL NA PRAIA DE BITUPITÁ, CEARÁ:
DILEMAS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE A
POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Sociologia da
Universidade Federal do Ceará como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMNADORA

Profª Drª Lea Carvalho Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federa do Ceará (UFC)

Profª Drª IsabelleBraz Peixoto
Universidade Federa do Ceará (UFC)

Profª Drª Danielle Maia Cruz
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Aos pescadores guardiões do mar que com movimentos cambaleantes encontram
equilíbrio no balanço das águas.

As marisqueiras, verdadeiras guardiãs dos rios, dos mangues e da vida.

Aos batedores de mourões que dançam “socando”, numa ação rápida,
firme e forte de fincar no mar suas auras.

Aos vaqueiros, mestres e mata-vaqueiros que bailam “recolhendo” a grande rede de
peixes do mar para dentro do corpo, a alma.

Aos homens e mulheres de Bitupitá que me ensinaram a bailar na bravura
das águas do mar [VIDA].

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Vaulice, por ter me dado seu próprio ser, um rio de força ancestral que mantém viva gerações de mulheres negras.

A minha irmã, Danielle, pelo amor e compreensão, que nos acompanha.

A Lea, que de tanto acreditar em negras borboletas, criou uma e a pôs para voar.

A Simone, por chegar e já querer voltar, mas antes de voltar continua germinando “vida” em muitos de nós.

A Emanuela, por ter vindo comigo nessa caminhada dando alegria e amor aos nossos dias.

As minhas amigas e amigos, pelo amor, a amizade e o companheirismo, sem vocês nada seria possível.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

RESUMO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa etnográfica, realizada entre julho de 2013 e junho de 2015, que tem como intuito crucial fazer o registro etnográfico dos processos de mudanças vividos pelos pescadores da Praia de Bitupitá (Barroquinha-CE) diante do contexto de efetivação de políticas de desenvolvimento, em especial as políticas públicas de turismo, as da indústria de energia eólica e da indústria de carcinicultura. A pesquisa sobre as técnicas, os saberes e a lógica que comanda o modo de vida dos pescadores da referida praia permitiu constatar que a atividade da pesca de curral e o modo de produção e reprodução dessas famílias de pescadores encontram-se postas em jogo diante do adensamento de atividades econômicas que se instalam na região. A base metodológica se valeu de uma abordagem etnográfica processual das experiências de mudanças vividas na referida localidade a partir da articulação entre antropologia e políticas públicas. Este diálogo entre os dois campos de estudo permitiu para a compreensão tanto dos processos de mudança vividos pelas comunidades tradicionalmente estudadas pelos antropólogos (Rodrigues; Ortolan e Gonçalves, 2014), quanto autorizou uma identificação e análise dos diferentes agentes sociais envolvidos naquela situação, as relações de poder e de interesses entre esses agentes e as interações entre eles com os meios biofísico e social. Tomo como ponto de partida a ideia de que quanto maior o número e a diversificação das políticas de desenvolvimento em vigor, mais se acentuam algumas práticas locais, como as relações clientelistas, mas, por outro lado, pode ocorrer o reforço das identidades locais. A presente etnografia deixa evidente que a efetivação de políticas públicas de desenvolvimento em regiões habitadas por povos e comunidades tradicionais se dá de forma conflituosa tanto pela ausência da regularização e ordenamento territorial nestas áreas e pela ausência de mecanismos jurídicos eficientes que garantam os direitos dos povos tradicionais previstos em lei (PNPCT), quanto pelas fortes assimetrias sociais que se traduzem em desigualdades de poder na arena política e nas instâncias públicas, fazendo pender a balança para os detentores de poder local e se por um lado acirram a contenda entre os grupos rivais, por outro subjugam ainda mais aqueles situados em posição inferior no campo de forças.

Palavras-Chave: Turismo, Povos e Comunidades tradicionais, Pesca de curral.

ABSTRACT

The present dissertation is the result of an ethnographic research, carried out between July 2013 and June 2015, whose main purpose is to ethnographically record the processes of changes experienced by the fishermen of Praia de Bitupitá (Barroquinha-CE) of development policies, in particular tourism public policies, wind energy industry and shrimp industry. The research on the techniques, knowledge and logic that governs the way of life of the fishermen of that beach allowed to verify that the activity of the fishing of corral and the way of production and reproduction of these families of fishermen are put in play before the economic activities that settle in the region. The methodological basis was based on a procedural ethnographic approach of the experiences of changes lived in the locality from the articulation between anthropology and public policies. This dialogue between the two fields of study allowed for the understanding of both the processes of change experienced by the communities traditionally studied by the anthropologists (Rodrigues, Ortolan and Gonçalves, 2014), and allowed the identification and analysis of the different social agents involved in that situation, of power and interests between these agents and the interactions between them with the biophysical and social means. I take as a starting point the idea that the greater the number and diversification of development policies, the more local practices, such as clientelistic relations, are accentuated, but, on the other hand, local identities can be strengthened. The present ethnography makes it evident that the implementation of public development policies in regions inhabited by traditional peoples and communities occurs in a conflicting way due to the absence of regularization and territorial planning in these areas and the absence of efficient legal mechanisms that guarantee the rights of traditional peoples (PNPCT), as well as by the strong social asymmetries that translate into inequalities of power in the political arena and in the public authorities, making the balance for the holders of local power fall and if on the one hand they intensify the struggle between the rival groups, on the other they further subjugate those situated in the lower position in the field of forces.

Keywords: Tourism, Traditional Peoples and Communities, Corral fishing.

LISTA DE SIGLAS

APA -Área de Proteção Ambiental

APP -Área de Proteção Permanente

BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB -Banco do Nordeste do Brasil

CAF -Corporação Andina de Fomento

CCIR -Certificado de Cadastro do Imóvel Rural

ICMBIO-Instituto Chico Mendes de Preservação e Biodiversidade

GET -Grupo de estudos sobre as Transformações Capitalistas

IBAMA -Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais

INCRA -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MTUR -Ministério do Turismo

MAPP -Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

NUMAPP - Núcleo Multidisciplinar do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

PAC -Programa de Aceleração ao Crescimento

PDP -Plano Diretor Participativo

PNPCT -Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais

PNT -Plano Nacional de Turismo

PRODETUR -Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRONAF -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROINFA -Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

SEBRAE -Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIAB -Sistema de Informação da Atenção Básica

UFC -Universidade Federal do Ceará

LISTA DE FIGURAS E TABELAS E MAPAS

FIGURA 1: Gabriela Araújo segurando peixe camurupim (Bitupitá).....	
FIGURA 2: Gabriela Araújo na popa do barco.....	
FIGURA 3: Localização do povoado de Bitupitá.....	
FIGURA 4: Localização da APA DELTA DO PARNAÍBA.....	
FIGURA 5: Pontal das Almas.....	
FIGURA 6: Santuário da santa Adelaide.....	
FIGURA 7: Mapa de conflitos socioambientais na costa cearense.....	
FIGURA 8: Casa de taipa (Praia Nova –Barroquinha).....	
FIGURA 9: Presença de Criação de Gado na Praia Nova.....	
FIGURA 10: Presença de Criação de Gado na praia de Bitupita.....	
FIGURA 11: Curral da Baía de Guanabara- RJ.....	
FIGURA 12: “Espia” de um curral de Bitupitá.....	
FIGURA 13: Pintura de um curral de Bitupitá.....	
TABELA 01: Custos para construção de um curral de fora 2013.....	
FIGURA 14: Batedores de mourão de um “curral de fora”.....	
FIGURA 15: Batedores de mourão em alto mar.....	
FIGURA 16: Tecedores de esteira de cipó.....	
FIGURA 17: Tecedores de esteira de arame.....	
FIGURA 18: Esteira de arame sendo enrolada.....	
FIGURA 19: Construção de barco na orla da praia de Bitupitá.....	
FIGURA 20: Pesqueira de peixe seco da praia de Bitupitá.....	
FIGURA 21: Mulher “tratando” peixe na pesqueira de peixe seco.....	
TABELA 02: Custos para construção de um “curral de fora” 2016.....	
TABELA 03: Custos para construção de um “curral de beira” 2016.....	
FIGURA 23: Pescador indo para despesca no curral	
FIGURA 24: Pescadores puxam rede de despesca para dentro do barco.....	
FIGURA 25: Vaqueiro e Mata vaqueiro abrem a rede de despesca de curral.....	
FIGURA 26: Vaqueiro e Mata vaqueiro entram no “chiqueiro”.....	
FIGURA 27: Vaqueiro se equilibra em cima de mourões do curral.....	
FIGURA 28: Pescador em sua residência.....	
FIGURA 29: Dono de curral e pescador	
MAPA I – I.1 Mapa da região de Bitupitá.....	
MAPA I – I.2: Curral desenhado por pescador.....	
MAPA I – I.3: Mapa dos “chãos de mar” da praia de Bitupitá e a localização dos Currais de pesca.....	

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Metodologia: entrando em campo e no mar.....	16
2. O POVOADO DE BITUPITÁ, CE: CONTEXTO ETNOGRÁFICO.....	24
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO LITORAL DO CEARÁ E OS CONFLITOS COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	32
3.1 Conflitos sociais no litoral Cearense e legislação pertinente.....	45
3.2 A Política Nacional de Turismo e o PRODETUR no litoral do Ceará.....	48
3.3 Os processos de mudanças nas praias de Curimãs e Bitupitá em razão da expansão do turismo.....	51
4. A PESCA DE CURRAL E OS PROCESSOS DE MUDANÇAS NA PRAIA DE BITUPITÁ, CEARÁ.....	56
4.1. Dimensão histórica da pesca de curral a partir dos estudos clássicos.....	57
4.2 Para onde vai o peixe e de onde vem o “quinhão”?.....	82
4.3 Trabalhadores da pesca de curral: <i>vaqueiros</i> , mulheres e os processos de mudanças	93
4.4 Mudanças sociais e espaciais no povoado de Bitupitá, Ceará.....	98
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS I – CARTOGRAFIA.....	124
MAPA I.1 - Mapa de Conflitos Socioambientais no litoral oeste do Ceará.....	124
MAPA I.2 – Imagem por satélite da APA – DELTA DO PARNAÍBA.....	125
MAPA I.3 - Mapa das Ruas de Bitupitá e localização da zona de manguezal. Fonte: Acervo Pessoal (2016).....	126
MAPA I.4 - Mapa dos “chãos de mar” para construção de curral na praia de Bitupitá. Fonte Acervo Pessoal (ARAUJO, 2016).....	127
ANEXOS II - ICONOGRAFIA.....	129

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é uma etnografia que focaliza os processos de mudanças vividos pelos povos e comunidades tradicionais; estes territórios estão inseridos em contextos de efetivação de políticas de desenvolvimento. O foco empírico dessa pesquisa recai sobre a efetivação de políticas públicas de turismo na região e os processos de transformações vividos pelos pescadores de curral da localidade de Bitupitá, distrito do município de Barroquinha, pertencente à costa extremo oeste do litoral do Ceará. A localidade de Bitupitá é habitada por cerca de quatro mil famílias de pescadores artesanais que praticam atividades que demandam formas peculiares de se relacionar com o meio natural, como, por exemplo, a pesca de curral. Os pescadores da referida praia, que é considerada uma das maiores Colônias de Pescadores do Ceará, encontram-se com seus modos de vida postos em jogo diante do adensamento de atividades econômicas que se instalam na região, como a indústria de energia eólica e a indústria de carcinicultura.

Considerando que a zona costeira do Estado do Ceará é habitada milenarmente por povos indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pescadores e agricultores, e que essa zona é atualmente foco da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de interesse público e privado, conseqüentemente, gera um adensamento de atividades econômicas emergentes na região, como a indústria de energia eólica e a indústria de carcinicultura. Neste sentido, uma análise dos dispositivos e mecanismos legais de tratamento jurídico dado aos povos e comunidades tradicionais se faz imprescindível.

Vale ressaltar que as terras habitadas por esses povos e comunidades tradicionais são, em sua maioria, áreas da Marinha, ou seja, bens da União; há também áreas de uso comum e de preservação permanente. Além do mais, grande parte das terras da União, bem como as APP's (Área de Preservação Permanente) não foram regularizadas, isto é, não foram mapeadas e reconhecidas pelo Estado como terras habitadas por povos e comunidades que têm um modo de vida tradicional, como é o caso dos pescadores artesanais, agricultores familiares, comunidades remanescentes de

quilombo e povos indígenas situados nos 573 quilômetros de costa litorânea do Estado do Ceará.

Dentro deste contexto, tomarei como foco empírico de análise a prática artesanal da pesca de curral realizada pelos pescadores da praia de Bitupitá, na tentativa de acompanhar de modo aprofundado os processos de mudanças advindos das políticas de desenvolvimento efetivadas na região, já que a pesca de curral é uma atividade perpassada e cingida por todas as dimensões da vida social local e praticada há mais de cem anos pelos pescadores da referida praia a partir de técnicas, saberes e de um arsenal de conhecimentos transmitidos de pai para filho, conhecimentos esses que são aprendidos no cotidiano e são recriados no fazer da pesca de curral pelas gerações mais novas.

Para os interesses desta dissertação, considero a importância das abordagens que enfocam os processos históricos e políticos que produzem as transformações vividas pelos povos e comunidades que vivem na zona costeira, no mais das vezes marcadas pelo conflito, bem como do conjunto significativo de agentes, relações e interesses envolvidos. Aponto, ainda, a necessidade de se debruçar sobre o conteúdo das políticas, bem como o aparato legal, em todas as dimensões que afetam esses grupos sociais, para, compreendendo as fragilidades delas frente ao arcabouço legal e as instâncias estatais e seus órgãos reguladores, fornecer elementos para questionar a dinâmica que aproxima Estado e interesses político-econômicos.

A proposta metodológica conjuga a perspectiva colocada por Little (2006) para o estudo de conflitos socioambientais, com mapeamento dos atores e interesses envolvidos, e as propostas de análise de políticas públicas desenvolvidas por Lejano (2012), com foco na noção de experiência, e Rodrigues (2008, 2011, 2013, 2014) na formulação de eixos analíticos, dentre os quais destaco a análise de conteúdo das políticas. Sobre o estudo do conteúdo das políticas e a sua interseção com o atual campo de discussões e reflexões em torno da violação de direitos humanos na implantação de projetos de desenvolvimento e o “papel” do antropólogo, Rodrigues, Ortolan e Gonçalves (2014) expõem que:

A trajetória da antropologia brasileira é perpassada pelas relações com o Estado em diferentes dimensões: na atuação, e muitas vezes no embate, em defesa dos povos indígenas e tradicionais, no questionamento ao modelo de desenvolvimento ou de formulação e implementação de políticas públicas, e na atuação profissional em órgãos do governo que atuam na interface com a antropologia. No entanto, é recente a busca de enfrentamento direto, no campo acadêmico, da relação entre antropologia e políticas públicas, abordando o processo das políticas desde sua formulação, o trânsito nas

instituições do Estado, até finalmente a sua implantação (Rodrigues, Ortolan e Gonçalves, 2014, p.243).

Os autores defendem que uma etnografia de uma coletividade, perpassada por uma ou mais políticas, demanda o estudo detalhado da própria política como parte da empreitada etnográfica. Tal empreitada, segundo os referidos autores, demandaria o enfrentamento teórico das formulações que se dão no campo dos estudos sobre políticas públicas e os questionamentos dos próprios conceitos que orientam as políticas e a proposição de aportes metodológicos que orientem a elaboração de etnografias que lidam com situações e coletivos expostos a ação mais direta do Estado.

A proposta metodológica supracitada permitiu para esta etnografia, perceber com clareza a natureza das mudanças, a dinâmica dos processos destas mudanças e os principais agentes nestes processos, com atenção especial às políticas que produzem estas mudanças: sua lógica, os efeitos possíveis, sua coerência e a existência ou não de mecanismos garantidores dos direitos legais. O acompanhamento do processo, ao longo desses cinco anos, permitiu tomar como indicativo que as diferentes políticas em ação, numa mesma localidade, colocam os sujeitos frente à necessidade de desenvolver avaliações que orientem suas escolhas, bem como os situa frente a alguns impasses. Parto do pressuposto que quanto maior o número e a diversificação das políticas em ação numa região, mais se exacerbam algumas práticas locais, como as relações clientelistas, por um lado, mas pode ocorrer o reforço das identidades locais, por outro lado.

O arcabouço de dados utilizados decorre de duas pesquisas etnográficas. A primeira realizada entre junho de 2010 até junho 2013 para a elaboração da monografia intitulada “Modos de saber, fazer e viver. Uma etnografia dos “guardiões de currais” da praia de Bitupitá (Barroquinha- CE)”. A referida pesquisa construiu-se junto ao projeto base intitulado “Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo oeste da costa cearense e impactos sobre povos e comunidades locais”, creditado pela professora Lea Carvalho Rodrigues, que tem o objetivo e interesse de realizar estudos etnográficos em localidades que se situam no trajeto de um importante roteiro turístico para perceber os efeitos da expansão turística e das políticas que incentivam esta atividade, sobre as populações que vivem nessas localidades, sobretudo aquelas que têm uma íntima relação com o território, modos de organização social diferenciados, práticas e saberes tradicionais orientando seu modo de vida, como são os pescadores e camponeses que vivem nessas regiões de interesse do capital turístico na região.

Na pesquisa monográfica realizada na praia de Bitupitá (Araújo, 2013) apresentei uma análise da construção, organização e transmissão dos saberes inerentes as práticas da pesca de curral, modalidade de pesca artesanal que tem sua continuidade posta em jogo tanto devido aos crescentes investimentos feitos na produção de energia eólica, quanto os incentivos a carcinicultura e ao intenso avanço do turismo sob as zonas costeiras do Ceará.

Frente aos crescentes investimentos na construção de fazendas de carcinicultura, construção de parques de energia eólica e projetos turísticos para a região, alvo empírico desta etnografia, a presente dissertação, desde junho de 2013, realiza uma análise de nível processual das mudanças causadas pelos efeitos dos referidos projetos de desenvolvimento sobre os pescadores tradicionais da praia de Bitupitá, possibilitando uma compreensão ampliada dos conflitos e agentes envolvidos no contexto em tela e dos arranjos resultantes das disputas pela ocupação e uso dos recursos naturais do ecossistema litorâneo, mostrando como os pescadores de curral, ainda imersos em um jogo de subordinação ao sistema de escoamento da produção, aos proprietários de currais e de outros meios de produção e aos “atravessadores”, buscam criar novas alternativas de vida, mesclando as atividades pesqueiras com as novas demandas decorrentes da chegada do turismo na região, já que a inexistência de organizações e mobilizações políticas no povoado dificulta e retarda o “autorreconhecimento” de categorias sociais entre os pescadores e moradores da região, o que, por sua vez, poderia remeter aos direitos e as identidades coletivas.

A inexistência de uma organização política entre os moradores da praia de Bitupitá, em especial entre os pescadores e marisqueiras, reflete nas dificuldades, senão na impossibilidade, da garantia de permanência e acesso ao território ocupado por eles, uma vez que a ausência de uma identidade coletiva, em processo crescente de reconhecimento, pode colocar esses grupos como agentes de interesse e não mais como sujeitos de direito. O campo de forças e interesses entre os partidos políticos da região, da elite econômica local, constituída tanto por donos de currais e atravessadores, quanto por sujeitos ligados aos partidos políticos, e aos pescadores, são marcadas por conflitos e dubiedades, em que quase sempre os pescadores são colocados em situações de escolha e impasses, visto que, ou eles estão expostos aos mecanismos de imobilização da força de trabalho existentes na pesca de curral, marcada por uma forma de escoamento da produção que desqualifica o trabalho do pescador, caracterizando formas análogas ao trabalho escravo, ou estão expostos às práticas clientelistas.

Tendo em vista que o povoado de Bitupitá, foco empírico desta pesquisa etnográfica, é um território tradicionalmente ocupado, isto é, habitado há séculos por povos que realizam práticas tradicionalmente artesanais de produção e reprodução dos seus modos de viver, sentir e pensar e que estes pescadores vivem em terras da União que ainda não foram regularizadas pelo Estado, torna-se crucial para esta dissertação tecer um diálogo entre antropologia e políticas públicas, de modo a trazer para a discussão e reflexão, no segundo capítulo, as políticas públicas de desenvolvimento que estão sendo efetivadas na referida região, os agentes, os interesses e o desencadeamento dessa dinâmica.

No terceiro capítulo faço uma apresentação etnográfica das experiências advindas de incursões em campo, das entrevistas e das idas aos currais de pesca da praia de Bitupitá, CE. O referido capítulo enfatiza o sistema de conhecimento e saberes que alicerça a pesca de curral, as formas de apropriação do ecossistema costeiro, em especial as formas de apropriação do mar realizado pelos pescadores da praia de Bitupitá, em especial aprofunda uma análise sobre o modo como os pescadores que habitam a região de Bitupitá –alcançada pelas três políticas de desenvolvimento supracitadas no capítulo dois e habitada por famílias de pescadores tradicionais que não tiveram seus territórios regularizados – agenciam os processos de mudanças advindos com a dinâmica de efetivação das políticas públicas.

1.1 Metodologia: entrando no mar/campo

“E tu aguenta ir pro mar? Tu num si embriaga” não? Rapaz a minina vai mermo, oh! “Bora então, se chegar lá e você se embriagar, dá um mergulho no mar que passa”.(Trecho do diário de campo, 01 de maio de 2011).

“Após ter superado o mal-estar fisiológico do balanço das ondas do mar, as dificuldades de equilíbrio no barco, ter assumido a “popa”, aprendido, ainda que, timidamente, a manusear o “leme de vento” do barco e até ter dominado as habilidades para segurar um camurupim pelas suas guelras” (FIGURA 01 e FIGURA 02) posso retornar do campo e afirmar que o trecho do diário de campo citado acima pode ser usado como uma metáfora para ilustrar tanto a metodologia privilegiada na presente

pesquisa, quanto para ilustrar a experiência do trabalho de campo e a construção da minha relação com os sujeitos da pesquisa.

O trecho “*e tu aguenta ir pro mar?*”, em termos figurativos, pode simbolizar a minha entrada em campo, tanto corporalmente quanto metodologicamente. Já o trecho “*tu num si embriaga não?*” e “*dar um mergulho no mar que passa*” ilustra, metaforicamente, que além do antropólogo ter uma estratégia para se relacionar com os sujeitos da pesquisa, ele tem que ter uma estratégia para “permanecer” e para “retornar” do campo da pesquisa. Vou pedir licença para usar o trecho do diário de campo supracitado como figuras de linguagem no intuito de fazer uma analogia com a experiência do trabalho etnográfico.

Lévi-Strauss, já havia abordado que o antropólogo necessita da experiência do campo (1991, p. 415-416). Magnani (2002) ao tratar das etnografias nas cidades, expôs que a experiência etnográfica deveria captar o duplo movimento de “olhar de perto” e “de dentro” (p. 18).

No entanto, como construir essa relação com os sujeitos da pesquisa? Quais os limites para construir a empatia com os pescadores e moradores de Bitupitá? E como situar o foco da pesquisa sem “*se embriagar*”, ou, será preciso “*se embriagar*” para apreender os significados e sentidos que regem o modo de vida dos pescadores de curral? No caso da presente pesquisa as idas aos currais de pesca, bem como o estar presente nas atividades da terra, isto é, o “olhar de perto e de dentro” (Geertz, 1978, p. 35) possibilitou a apreensão de uma série de significados, de relações e simbolismos presentes na pesca de curral que só foram captadas por meio das minhas experiências no mare na terra com os pescadores e moradores da praia. Se por alguns momentos me “*embriaguei*” nas idas aos currais e na construção das relações com os moradores locais, ou melhor, se “olhei tão de perto” a ponto de não conseguir captar a dimensão simbólica e apreender a “teia de significados” que estava presente no meu campo, tive imediatamente que encontrar o meio e ou estratégia para “um olhar mais distanciado”, e essa estratégia, não literalmente, mas, em termos figurativos, foi “*dar um mergulho no mar*”.

Posso apontar que a minha experiência etnográfica foi marcada por “*entradas*” e “*saídas do mar*”, acompanhadas do uso de diário de campo, de dispositivos imagéticos e, posteriormente, da análise, possibilitou que os “conhecimentos descontínuos”- que ainda não formavam um todo -, sobre os quais

falava Lévi-Strauss, pudessem agregar-se "a um conjunto orgânico", adquirindo "um sentido que lhes faltava anteriormente" (Lévi-Strauss, 1991, p. 415-416).

Antropólogos contemporâneos ao tratarem da experiência do trabalho etnográfico, como Loic Wacquant (2002), expõe, citando Bourdieu, sobre a necessidade do pesquisador colocar seu próprio corpo no cerne do feixe das forças materiais e simbólicas das quais deseja pesquisar, já que aprendemos por meio do corpo, ou seja, o referido sociólogo, que pesquisou sobre o mundo dos “boxeadores” e se tornou um deles, defende uma antropologia a partir do próprio corpo como instrumento de investigação e vetor de conhecimento.

As discussões em torno da obra “Corpo e Alma” de Loic Wacquant (2002) orientaram algumas reflexões sobre a etnografia, como aquela em torno da noção de participação observante, evocando a imersão do pesquisador nas relações pesquisadas, não importa se no sentido de um engajamento político ou corporal, essas reflexões são de sumo interesse para discussão da metodologia aqui proposta.

Loic Wacquant ao se matricular na academia de boxe encontrou-se confrontado com o seu corpo num triplo desafio: aprender o esporte, manter uma relação estável com os boxeadores e retornar do campo com os objetivos da pesquisa almejados. Após ter tomado o aprendizado do boxe como estratégia empírica consciente e ter sido cativado e capturado pelo “*gym*” o corpo do pesquisador que foi instrumento de conhecimento poderia ser o vetor do conhecimento daquilo que foi vivido pelo corpo?

Segundo Almeida (1996, p.15), o discurso contemporâneo sobre o corpo teria emergido de uma das maiores manifestações de uma crise na epistemologia e política do pensamento ocidental, que levou ao questionamento de muitas premissas sobre a interdependência entre indivíduo e sociedade. A obra de Marcel Mauss “*Les techniques du corps*” (1950) entra no foco das discussões em torno do corpo como instrumento e vetor de conhecimento, uma vez que o referido antropólogo reivindica um olhar para o corpo na interdependência entre os domínios físico, psicossocial e social. Nesta obra, Mauss elabora o conceito de “técnica corporal” para elucidar a dimensão da carnalidade do corpo com a realidade social, cultural e material que a circunscreve.

Alguns antropólogos, como, por exemplo, Roy Wagner (2010), Evelyn Blackwood (1996) e Loic Wacquant (2002) mostraram nas suas obras que o antropólogo, quando em pesquisa de campo, experiencia a cultura do outro com seus próprios significados. Importa, agora, entendermos o sentido dessa proposição.

Segundo Roy Wagner (2010), o fato da antropologia estudar o homem por meio da noção de cultura, tanto na sua singularidade quanto na sua diversidade, coloca uma questão peculiar para essa ciência: o antropólogo é obrigado a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo e investigar a si mesmo. De modo análogo, assim como o psicólogo elabora seus raciocínios a partir de como as pessoas pensam, o epistemólogo considera o significado a partir da dialética do próprio significado.

Entretanto, segundo Wagner (2010), o antropólogo não pode simplesmente aprender uma nova cultura e situá-la ao lado daquela que ele já conhece: deve, antes, “assumi-la” de modo a experimentar uma transformação no seu próprio universo. Ao ter consciência da sua cultura, o antropólogo precisa renunciar à clássica pretensão racionalista da “objetividade absoluta” em favor de uma “objetividade relativa”, baseada nas características de sua própria cultura.

Para o autor em questão, é evidente que um antropólogo deva ser imparcial, mas, frequentemente, assumimos os pressupostos mais básicos de nossa cultura como indubitáveis que nem nos apercebemos deles. Se por um lado, a objetividade relativa pode ser alcançada descobrindo quais são essas tendências, as maneiras pelas quais nossa cultura nos permite compreender uma outra e as limitações impostas a tal compreensão; por outro lado, a objetividade “absoluta” exigiria que o antropólogo não tivesse nenhum viés e, portanto, nenhuma cultura.

Blackwood (1996), autora de “Falling in love with an-Other lesbian. Reflections on identity in fieldwork”, afirma que na experiência etnográfica é preciso experimentar a si mesmo com os outros. Nesse encontro, é preciso reconhecer as diferenças e, ao mesmo tempo, é preciso encontrar as ligações entre o eu pesquisador e os sujeitos da pesquisa. A autora aponta o encontro de um terreno comum, por meio da experiência subjetiva entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador como o ponto chave para a construção do conhecimento e para evitar tratar a diferença como algo “exótico” ou “inferior” (p. 71).

Ainda para a referida autora, a experiência do trabalho de campo produz uma mudança de perspectiva de mundo para o próprio pesquisador e provoca a necessidade do mesmo “encontrar o seu sentido no mundo”. Em outros termos, “o ato de tornar o estranho familiar torna o familiar estranho. E quanto mais familiar se torna o estranho, ainda mais estranho parece o familiar” (WAGNER, 2010, p. 41).

Após expor o cenário intelectual de discussões e reflexões de alguns antropólogos em torno da experiência etnográfica, quero enfatizar que a noção de experiência na presente pesquisa e no meu engajamento empírico é tomada como postura etnográfica para entrada em campo, mas esse engajamento na vida local não foi, no decorrer da pesquisa, o objetivo último da minha interação etnográfica.

O engajamento etnográfico nos processos de trabalho da pesca de curral, na vida cotidiana dos pescadores, tanto em terra quanto em mar, bem como a aprendizagem de catar sururu no mangue e as conversas com as mulheres dos pescadores nas calçadas, foram posturas que tanto me levaram à percepção mais adequada de apreender os significados dos modos de vida local, quanto geraram um contraste significativo com os valores e condutas de vida de uma universitária citadina.

Entretanto, quero enfatizar aqui que os meios através dos quais foi estabelecida e acessada a dimensão empírica dessa pesquisa etnográfica, isto é, os meios utilizados para apreender os significados, saberes, mitos e ritos que constituem a pesca de curral e as transformações geradas pela lógica do turismo nos princípios que regem o modo de vida local, não foi determinado pelo domínio das técnicas da pesca de curral, nem pelo domínio das técnicas de natação ou ainda pela aprendizagem em montar um curral de pesca.

Carlos e Emanuel Sautchuk (2014) vislumbam que a importância do corporal, da prática e da experiência é fundamental para desestabilizar certo logocentrismo, mas ela não pode constituir-se numa metanarrativa, já que há modos diversos de conceber e de envolver-se com a empiria etnográfica. Os autores expõem ainda que não se trata apenas de advogar por um engajamento corpóreo, pois é necessário, antes, qualificá-lo do ponto de vista etnográfico – o que é o corpo, afinal? Concorro com os referidos autores quanto à defesa da interação etnográfica como uma postura de engajamento e não como preestabelecimento dos meios e dos termos da estratégia etnográfica.

Ao acompanhar os momentos de despesca no mar, eu encontrava, nessas ocasiões, conversas sobre a vida local, informações e estratégias usadas na pesca de curral, as posições hierárquicas de cada pescador, bem como pude apreender o ritual de despesca nos currais, e através da vivência dessas experiências acessar significados mais profundos dos saberes e fazeres que regem o modo de vida dos pescadores de Bitupitá.

O motivo principal que me levou ao engajamento em algumas atividades dos modos de vida local, como a própria pesca de curral, foi ocasionado em uma

conversa, quando interrogados sobre as técnicas, estratégias e os saberes construídos em torno da pesca de curral os pescadores respondiam, muitas vezes, com as seguintes frases: “Tu num vai entender não”; “Minha fia é coisa de pescador” ou, ainda, o que me deixava um tanto otimista: “Bora lá no curral que tu vai entender” ou “É bom à senhora ir lá ver como é, tem coragem?” Mesmo já sendo previstas pela pesquisa, as participações nas idas aos currais e nas atividades em terra, a partir dos convites feitos pelos pescadores, tornaram-se cruciais e indispensáveis para a realização da presente pesquisa, uma vez que a relação estabelecida com os pescadores, também pelo fato ser eu mulher e querer entrar num “ambiente masculino”, não dava mostras de que iria compreender a lógica da pesca de curral somente por meio das narrativas. No entanto não abro mão destes relatos, mas coloco-os num mesmo patamar de importância que as observações feitas nas experiências vividas entre os pescadores.

Foi a partir dos engajamentos empíricos na vida local, tanto nas atividades do mar quanto nas atividades praticadas em terra pelos pescadores que aprofundi meu entendimento sobre a lógica do sistema de trabalho dos pescadores; aprendi nomes dos apetrechos de pesca, nome das funções de cada pescador, bem como a presença em eventos importantes da vida local me levaram ao aprofundamento das minhas análises sobre a importante relação homem-natureza para a continuidade das práticas e saberes tradicionais pesqueiros na localidade de Bitupitá.

Também foi através de uma série de aprendizados obtidos pelo meu engajamento empírico que consegui diminuir as distâncias entre o “eu pesquisador mulher” e o “ambiente masculino dos pescadores”. Isso foi constatado em uma conversa com um pescador que, quando questionada sobre o uso de uma série de apetrechos da pesca e, ao pronunciar os nomes desses instrumentos de forma devidamente correta, se surpreendeu e exclamou: “Rapaz a minina sabe mermo, oh”! “Ela sabe um monte de coisa do curral”.

Ademais, é importante expor que esse aprofundamento no entendimento da lógica da pesca de curral foi o que propiciou uma análise mais acurada e uma percepção mais aprofundada das transformações que vinham ocorrendo no modo de vida local com a chegada de projetos turísticos na praia de Bitupitá.

Magnani (2002) expõe que é a “copresença”, ou seja, o “estar lá” e “estar aqui” e a atenção dada a ambas pelo pesquisador que acaba provocando a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada. O referido autor entende a etnografia como método em sentido amplo, neste sentido, ele engloba as

estratégias de contato e inserção no campo como condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final. O autor faz, ainda, uma distinção da “prática etnográfica” e da “experiência etnográfica”, como assim expôs: “enquanto a prática é programada, contínua, a experiência é descontínua, imprevista. No entanto, esta induz àquela, e uma depende da outra”.

Com base na distinção feita pelo autor ora mencionado, elucidado que a minha experiência na vida local, as estadias nas casas de pescadores, as conversas nas pesqueiras e nas calçadas, assim como as experiências em atividades pesqueiras, foram responsáveis por importantes evidências sobre a dinâmica da vida local, as relações de poder entre os pescadores e os donos de currais foram reveladoras da relação homem-natureza que rege o ritmo de vida dos pescadores e moradores locais da praia de Bitupitá.

No entanto, apesar de ter sido de fundamental importância a minha experiência em várias situações da vida local, foi uma viagem realizada à praia com minha filha que abriu os caminhos para uma relação mais próxima e de confiança dos pescadores e, principalmente, das mulheres dos pescadores comigo. Após dois dias em campo com minha filha, notei uma mudança fundamental das mulheres dos pescadores em relação a mim. Elas diziam repetidamente, em várias ocasiões, quando queriam expor situações mais íntimas das famílias ou de temas de interesse da vida local: “... vou falar por que você agora é de casa, né?!”, ou ainda, “A Gabriela é mesmo que ser da família”.

Alguns podem achar que isso ocorreu devido as mulheres dos pescadores não me verem mais como “ameaça” para os seus casamentos; mas, posso dizer que não foi isso o que aconteceu, já que em outras ocasiões viajei para a praia com o pai da minha filha, o qual, à época, era meu companheiro. Acredito que os laços com as mulheres dos pescadores se estreitaram pelo fato delas terem encontrado em mim um ser de “carne e osso”, ou seja, uma mulher que tem filho, que se casa, que trabalha e que, assim como algumas delas, são mães solteiras. Talvez esse tenha sido o momento chave da minha pesquisa de campo, já que ao mesmo tempo remete ao que Blackwood anuncia como “o encontro de um terreno comum” entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador, através da experiência subjetiva, como o ponto chave para construção do conhecimento e para evitar uma postura de tratar a diferença como algo “exótico” ou “inferior” (Tradução minha, 1996, p. 71).

Posso afirmar que o “encontro do terreno em comum” com as mulheres de Bitupitá me ajudou não somente a suportar o isolamento do campo, como também me auxiliou na reconstituição subjetiva da minha identidade de mulher e mãe solteira. A relação com o mar, isto é, o estar por longas horas em mar aberto foi também uma experiência que provocou em mim um encontro com minha própria identidade como pesquisadora e mulher negra. Penso até que causou um “choque de realidade” em mim, em especial quando vi homens quase flutuando no mar e emitindo sons martelavam imensos mourões em alto mar. Além disso, esse “encontro de um terreno em comum” foi extremamente importante para essa pesquisa, uma vez que a experiência etnográfica exige muito mais do que “ouvir”, “ver” ou “observar”; trata-se de estabelecer relações. Além disso, as mulheres, diferente do que podem pensar muitos pesquisadores, possuem muitos conhecimentos a cerca das técnicas, saberes e fazeres do mundo da pesca de curral. Além desses conhecimentos, as mulheres dos pescadores relatavam com uma objetividade peculiar às transformações pelas quais a localidade estava passando diante da chegada de projetos turísticos.

Segundo Magnani (2002, p. 17), a pesquisa etnográfica é possibilitada a partir do confronto entre pesquisador e pesquisados através da relação que se estabelece entre as partes envolvidas tornando-os interlocutores, sendo essa relação uma via de mão dupla. Uma relação em que "ambos são dotados dos mesmos processos cognitivos que lhes permitem, numa instância mais profunda, uma comunhão para além das diferenças culturais". Assim, essa experiência permite, diferente de outras metodologias, a troca, o envolvimento e a transformação de ambos.

Por fim, o apanhado de situações aqui apresentadas da minha experiência etnográfica, permite constatar que a minha experiência etnográfica foi imprescindível para apreender os efeitos e as transformações geradas pela expansão turística e por outras políticas nos modos de vida dos pescadores de currais da praia de Bitupitá, sobretudo, foi possível apreender as transformações que afetaram a dimensão territorial e a relação homem-natureza que rege os modos de organização social dessa localidade e que, além disso, orienta as práticas e os saberes tradicionais dos pescadores artesanais que vivem nessas regiões de interesse do capital turístico.

Os relatos, dados, entrevistas e observações que são utilizados nessa pesquisa foram coletados em cinco anos de pesquisa etnográfica (2010 – 2015) em que privilegiei incursões à localidade de Bitupitá, Barroquinha – Ce, durante períodos intermitentes com estadias na residência de um dos pescadores da praia. Ao total foram

realizadas nove viagens a campo. Algumas das técnicas etnográficas utilizadas foi o uso de diário de campo, a realização de entrevistas abertas e aprofundadas, o uso de gravador, o uso de dispositivo fotográfico e a pesquisa documental em sites institucionais e em site de jornais locais.

2 O POVOADO DE BITUPITÁ, CE: CONTEXTO ETNOGRÁFICO

Em 2010, foi realizada a primeira viagem de campo a referida praia. O acesso foi feito através de uma estrada de terra batida que em alguns trechos estava soterrada por dunas móveis. Além disso, em períodos chuvosos, os 32 quilômetros percorridos de Barroquinha à praia de Bitupitá eram viajados arduamente e feitos com muita cautela pelos motoristas de “pau de arara” – tipo de transporte comum na região rural do Ceará – devido aos imensos buracos encontrados na estrada feitos pelo processo de erosão da chuva.

A construção da estrada pavimentada, divulgada pela prefeitura de Barroquinha, criou nos moradores uma expectativa positiva quanto a essa estrada, pois, segundo relatos de alguns, iria melhorar o acesso deles até a sede do município. Após mais de quatro anos de boatos entre os moradores, em outubro de 2014, foi concluída a pavimentação da referida estrada, financiada com recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Alguns autores que estudaram os pescadores do litoral (Adamns, 2000; Mourão, 1971; Kant de Lima, 1977 e Pessanha, 2003) registraram nos seus estudos que a abertura de estradas de acesso aos pequenos povoados de pescadores aceleraram as transformações socioeconômicas, que se antes ocorriam lentamente, com a construção de estradas de acesso dos povoados aos centros urbanos, passaram a ocorrer de modo acelerado, principalmente com a chegada de especuladores imobiliários e da urbanização do litoral.

A praia de Bitupitá é uma das quatro praias do município de Barroquinha, localizado a 385 km de Fortaleza, Ceará, o referido município faz divisa com o Piauí e tem um litoral de mais de vinte quilômetros formado, do sentido leste para o oeste, pelas seguintes praias: Praia Nova, Curimãs, Arrombadas e Bitupitá, a última do litoral cearense, já na fronteira com o estado do Piauí.

O município de Barroquinha emancipou-se em 1988 do município de Camocim. Possui área absoluta de 383,46 km² e suas principais vias de acesso são pela BR-222, CE-364 e BR-402. O acesso à cidade é facilitado pela BR-222, que liga a cidade ao município de Camocim e à praia de Jericoacoara, percursos inseridos no projeto *Rota das Emoções*.

Segundo a estimativa do IBGE, de 1980, a população de Bitupitá e micro regiões eram de 5.617 habitantes. Em 2010, a população de Barroquinha, segundo o censo demográfico do IBGE (BRASIL 2010), é de 14.476 habitantes, sendo 9.770 o número da população residente em áreas urbanas e 4.706 a população residente em áreas rurais. O número total de moradores na zona rural conglomerava a população dos distritos de Bitupitá e Araras e das micro áreas de São Vicente, Boa Vista, Baixinha, Pereira, Taquari, Araras, Bambu, Vertente, Baixa Grande, Leitão, Venâncio, Capim-Açú, Canadá, Chapada, Arara de Baixo, Curimã e Praia Nova (FIGURA 03).

A referida região é rica em beleza paisagística, sendo a diversidade de paisagens composta por dunas, áreas de coqueirais, carnaubais e vegetação rasteira. A população que habita esses povoados vive da pesca, da agricultura e da coleta de mariscos nos escoadouros dos rios Timonha e Ubatuba, e ainda do pequeno comércio de produtos alimentícios. Ao transitar pela estrada que dá acesso às praias de Barroquinha, é notável perceber um fato comum em quase todos os povoados: não há uma delimitação precisa na separação das casas – no máximo os moradores fazem cercas baixas de troncos de madeira – e nem dos terrenos que constituem as localidades.

A cidade de Barroquinha possui saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica, assim como os pequenos lugarejos de sua capacidade político-administrativa, Bitupitá e Araras. Há rede de ensino público e privado, que conta com escolas de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

Ao chegar a Bitupitá, encontramos, do lado esquerdo, um extenso terreno plano, o qual, dependendo da época do ano, estará cheio ou completamente seco e com a terra rachada, trata-se de um dos escoadouros do Rio Timonha e Ubatuba. Desse mesmo lado, podemos deleitar nossa visão com as dunas e uma pequena área de manguezal. Já do lado direito, é possível avistarmos toda a extensão de casas que compõem a localidade de Bitupitá e um pouco do braço de mar e da praia. Se seguirmos em frente, estaremos na rua central do povoado, onde podemos encontrar a Biblioteca da localidade, a igreja matriz, o posto de saúde, dentre outros serviços oferecidos para os moradores da região.

Apenas uma pequena área da praia de Bitupitá está inserida na APA-Delta do Parnaíba (Área de Proteção Ambiental), pois há na região uma extraordinária riqueza natural proporcionada pela beleza das dunas, manguezais e pela biodiversidade do estuário do rio Timonha e Ubatuba

Bitupitá se divide, segundo a classificação feita pelos agentes de saúde da região, em bairros ou ruas de Bitupitá que tem as seguintes denominações: Rua da Praia (rua paralela à orla marítima), Beira-mar (orla da praia), Rua do meio, Rua do Comércio, Cabeça, Mondubim, Cantinho, Vila de Messejana, 7 Bocas e demais microáreas ou povoados que fazem parte do território político-administrativo de Bitupitá, sendo elas: Curimãs, Venâncio e Leitão.

As casas que constituem a área denominada “Cabeça”, localizada na extremidade direita da região habitada, e as residências da extremidade esquerda chamada de “Cantinho” e “Vila da Messejana” compõem o quadro de casas mais pobres da localidade, segundo dados do levantamento socioeconômico da praia efetuado com aplicação dos questionários e observação no local. Trata-se de casas, em sua maioria de taipa, muitas em estado já de desmoronamento, ausência de asfalto e pouca iluminação nas ruas, além da carência de saneamento básico e água encanada.

Na Rua do Comércio, também chamada de Rua Central, estão concentradas as construções que representam as instituições religiosas, sociais e econômicas do lugar: a Colônia de Pescadores, uma fábrica de gelo e uma fábrica de vassouras (desativada), a feira livre, uma escola e duas creches, a Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, e as moradias de personalidades do poder local e seus parentes, e poucas casas de pescadores comuns.

Aí também estão as maiores lojas comerciais, uma quadra poliesportiva, a colônia de pescadores, duas creches, uma escola de ensino médio, um anexo escolar de ensino fundamental. As salas da escola da região são usadas, também, para as aulas de nível superior ofertadas pela Faculdade Cearense de Teologia- FACENE. Um posto de saúde, uma igreja católica que tem como padroeiro “São José”, uma biblioteca, duas *lanhouses*, uma igreja evangélica, além das residências de personalidades importantes da localidade.

Encontramos, ainda, na localidade da praia de Bitupitá, 35 pequenos comércios e sete pequenas pousadas de propriedade de nativos, sendo as seguintes: Pousada Dunas, Pousada do Tahim, Pousada do Dadá, Pousada Beira Mar e Pousada do

Zé Belinha, todas localizadas na rua da praia. A pousada “Ronco do mar” e “Hotel Bitupitá” estão situadas, respectivamente, na Rua do meio e na Rua Central.

Uma frutaria, duas padarias, uma farmácia, uma funerária, quatro lojas de roupas e cosméticos, duas barbearias, duas locadoras de vídeo game, três igrejas católicas e duas evangélicas, uma rádio, uma fábrica de gelo, cinco bares na orla marítima e uma média de 15 pequenos bares também fazem parte da referida localidade.

A maioria das casas da praia de Bitupitá são de alvenaria e elas, em geral, dispõem de sala, cozinha e um quarto, sendo que em muitas casas há uma lavanderia e um banheiro no quintal. O terreiro em frente as casas é lugar de conversas no final da tarde e lugar de conserto dos apetrechos da pesca. O quintal é o lugar onde existem algumas árvores frutíferas, animais domésticos e varal de roupas.

Ainda referente à moradia da população de Bitupitá, as casas da região não têm número e as ruas não são nomeadas com placas que possuam CEP (Código de Endereçamento Postal). Os moradores não possuem documentos de posse das residências, apesar de muitos já terem ido ao cartório de Barroquinha tentar tirar o documento, no entanto, reclamam que o valor pode chegar até dois mil reais e não podem pagar pelo documento. Afirmam que seus parentes moram ali há muito tempo o que, para eles, parece conferir-lhes direito de posse. Alguns moradores dizem ter contratos particulares de venda que foram registrados no cartório local.

Alguns poucos jovens da região dedicam-se a estudar para a prova de seleção da marinha mercante, já muitas jovens fazem a mesma prova, mas para trabalharem como enfermeiras dos navios no Rio de Janeiro e poucos são os jovens que cursam faculdade. Ir trabalhar na marinha mercante é uma das poucas estratégias para a melhoria de vida das famílias que residem na praia. As famílias bem sucedidas da região, na sua maioria, têm um ou mais parentes que trabalham na marinha mercante. Os jovens que passam na prova de seleção e assumem uma função de trabalho na marinha mercante são encaminhados principalmente para o Rio de Janeiro. De lá esses jovens normalmente mandam dinheiro para suas famílias que estão em Bitupitá. Nas férias de trabalho retornam para suas casas e são sempre recebidos com muita alegria e descontração. Geralmente o dinheiro enviado por eles é usado para melhoria da infraestrutura da casa e em muitos casos para dar início a uma venda de mercadorias alimentícias.

Em relação a este ponto, é importante apontarmos as análises de Ramalho (2014), segundo o autor, a ação do Estado brasileiro, ao longo do tempo, buscou,

segundo seus interesses e os das elites econômicas, levar os pescadores artesanais à modernidade, tutelando e, em maior medida, transformando a força de trabalho dessa fração de classe social, primeiramente, em reserva naval para a Marinha Brasileira, e, depois, em mão de obra para as formas capitalistas de produção pesqueira (pesca industrial e aquicultura).

A única faculdade (FACENE) que oferece curso de nível superior - o curso ofertado é o de Pedagogia - tem sede em Barroquinha e utiliza o espaço da escola de Bitupitá para dar aulas quinzenalmente. As famílias que têm melhores condições financeiras, que no geral são as familiares pertencentes aos donos de currais ou servidores dos órgãos públicos municipais, que financiam os estudos dos filhos na capital, Fortaleza.

Há em Bitupitá uma Colônia de Pescadores que atende aos interesses dos pescadores não só da praia de Bitupitá, como também dos povoados de Chapada, Venâncio, Leitão, Curimã e Araras; e um Sindicato de Pescadores que atende às regiões citadas. O presidente da Associação de Pescadores Z-23, a mais antiga da região, é membro da família "Veras", uma das duas famílias detentoras de poder político local. Segundo depoimentos de moradores da família, - "Veras" - veio de Portugal e se fixou em Camocim, indo depois para outras localidades adjacentes, como Bitupitá e Venâncio.

A rádio da praia de Bitupitá e uma antiga fábrica de vassouras foram fundadas por uma das personalidades políticas mais importantes da região: Francisca Telles; já a biblioteca foi fundada por seu pai. Os cargos de vereadores, prefeito e vice-prefeito, assim como os funcionários das escolas e secretarias da região de Barroquinha e Bitupitá são majoritariamente ocupados por membros dessas duas famílias.

Um ponto importante a destacar, nesse tópico, é a existência de dois grupos políticos adversários, trata-se dos denominados “Fundo Mole” e os “Cara Preta”. Há dezesseis anos o grupo -“Fundo Mole”- esteve no poder político da região com algumas interrupções. Mas, hoje, o município de Barroquinha é governado por “Tete”, do grupo dos "cara preta".

Das duas famílias que disputam o poder político local, a família Veras pertence ao grupo político “Cara preta” e a família Telles ao grupo “Fundo Mole”. O atual quadro político da região mostra que muitos membros da família Veras, ou seja, o grupo dos “Cara preta”, estão assumindo a maior quantidade de cargos políticos na região.

Em 2013, a Colônia de Pescadores Z-23 tinha 260 associados e o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras, existente desde 2012, contava com 60 associados. Segundo os depoimentos de alguns pescadores e pescadoras residentes próximo à praia, o Sindicato cobrava uma mensalidade de R\$ 12,00 para filiação, mas para se aposentar os pescadores que não tinham carteirinha de pescador e nem estavam em dia com as mensalidades do Sindicato deveriam pagar um valor de R\$ 5.000,00 para então conseguirem a aposentadoria.

Conforme informações coletadas em janeiro de 2015 junto ao presidente da Colônia Z-23, Jonas Veras relatou que não há mais “mar livre” para construção de curral na praia de Bitupitá. A região constituída por Praia Nova, Bitupitá e Curimãs tem aproximadamente 1.304 pescadores de curral e de caçoeira cadastrados na referida Colônia e 208 embarcações com documentos legais para atividade pesqueira. No entanto, há uma discrepância incalculável na quantidade de pescadores e embarcações cadastradas na Colônia de Pescadores Z - 23, uma vez que foi calculada, somente na praia de Curimãs a presença de 24 embarcações, sendo do total dessas apenas quatro cadastradas na Colônia. Ocorre que muitos pescadores das praias da região não são cadastrados no órgão competente, assim como há embarcações que também não são cadastradas, pois segundo relato dos pescadores não é certo que eles tenham todo mês o dinheiro para pagar a Associação. Muitos moradores reclamam do funcionamento da Colônia de pescadores, classificando o seu presidente como uma pessoa “ignorante e rude”. Muitos pescadores não se interessam por nenhum vínculo com as lideranças políticas da região, nem com os órgãos liderados por essas pessoas, afirmando que “eles não fazem nada pela melhoria da atividade pesqueira”. No entanto, quando é o período das campanhas eleitorais, a maioria das famílias são obrigadas a se posicionar, uma vez que dependem desses vínculos para ter acesso as condições básicas de saúde e educação.

As taxas cobradas e a dificuldade dos pescadores mais pobres para se filiarem a Colônia e/ou ao Sindicato e assim usufruírem dos benefícios é um problema grave e constante na região, já que a única fonte de renda dessa população é a pesca e no período do defeso (quando a pesca é proibida), ou quando não há um bom rendimento, eles não têm como pagar a taxa mensal de R\$ 13,00 cobrada pela referida Colônia ou a taxa de R\$ 12,00 cobrada pelo Sindicato.

Ainda há o recorrente problema da falta de documentos, como a certidão de nascimento, por parte de muitos dos moradores da praia de Bitupitá, o que dificulta mais

ainda o processo de aposentadoria. Conforme relatou o presidente do Sindicato, esses homens e mulheres, devido à rotina árdua e cansativa do dia a dia da pesca, apenas procuram pelo Sindicato quando já estão na idade de se aposentar. Quando questionado sobre o valor da mensalidade (R\$ 12,00) cobrado pelo Sindicato para atender aos benefícios dos pescadores, o Presidente do Sindicato relata que o valor da taxa é para pagar despesas com as contas de luz e água do prédio.

Na localidade de Bitupitá existem três igrejas católicas: uma consagrada a São Pedro, outra a São José e outra, ainda, a Santa Adelaide, esta última se tratando de uma santa local. Também há a realização de encontros e missas organizadas pelas mulheres, já que não há um padre presente na igreja católica; são esses momentos em que as mulheres experimentam uma intensa sociabilidade.

A crença em seres santificados está, também, presente nos discursos dos pescadores, como é o caso da santa popular chamada de Santa Adelaide - mulher caridosa que viveu na praia no final do século XIX e início do século XX e que após sua morte, em 1929, passou a ser venerada como santa pelos moradores da praia e de regiões adjacentes. No mês de agosto, as famílias de pescadores da praia de Bitupitá realizam um festejo para esta “Santa”.

Os moradores relatam que Adelaide Elias Tahim nasceu em Belém da Palestina, mas que fixara sua residência na praia de Bitupitá, no Ceará. No mesmo ano, passados dois meses de seu sepultamento, na localidade de Venâncio – situada a 6 km da praia de Bitupitá -, conta-se que o espírito de Adelaide Elias Tahim apareceu para um senhor pedindo para que o corpo fosse sepultado no Pontal das Almas - local onde habitavam as antigas famílias de moradores que hoje residem em Bitupitá. Os moradores narram que o local onde jazia Adelaide ao ser aberto exalava um intenso aroma de flores. O corpo de Adelaide foi sepultado no local onde ela “havia pedido”, no Pontal das Almas. Hoje, há um santuário da ‘Santa Adelaide’ no Pontal das Almas que recebe romarias das famílias de pescadores de Bitupitá e das praias vizinhas. Os pescadores intercedem à “Santa” e relatam terem suas preces alcançadas. Um pescador afirma que, “tudo que a gente pede a ela é alcançado. Minha filha mais nova tava muito doente, os médicos tavam tudo desacreditado, daí fiz uma promessa pra ela e ela atendeu meu pedido”(FIGURA 05).

Muitas famílias da praia de Bitupitá intercedem a Santa Adelaide, fazem promessas e quando os pedidos são alcançados “pagam” as promessas feitas colocando o nome *Adelaide* nos filhos ou nos instrumentos de trabalho, como, por exemplo, as

canoas. As preces feitas à “santa” vão desde pedidos de saúde para um filho ou filha que esteja com grave problema de saúde até uma boa “safra na pescaria” (FIGURA 06).

A praia de Bitupitá é conhecida por ser uma das maiores colônias de pescadores do Ceará. São mais de 1.500 pescadores que realizam a pesca de curral de forma artesanal e a partir de saberes tradicionais passados de pai para filho e de conhecimentos criados e recriados na relação com o meio natural cotidianamente. Em 2015 registrei a existência de mais de trinta currais de pesca e mais de quarenta embarcações.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO LITORAL DO CEARÁ E OS CONFLITOS COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Este capítulo tem o interesse de introduzir uma discussão sobre as políticas de desenvolvimento e os conflitos socioambientais no litoral do Ceará. Apresentarei a configuração espacial e populacional do litoral extremo Oeste e as políticas de desenvolvimento que estão sendo implementadas na referida zona costeira, abordando a legislação que estabelece os direitos das comunidades e povos tradicionais de modo a situar os pescadores e outros grupos sociais que habitam essas localidades frente aos direitos estabelecidos e aos interesses estatais e empresariais, levando em consideração o atual contexto de expansão das atividades turísticas, bem como da aquicultura e da implementação de usinas de energia renovável (eólicas) na referida região.

Tendo em vista os crescentes investimentos por parte de órgãos públicos e da iniciativa privada nas atividades turísticas no estado do Ceará, sobretudo nas regiões litorâneas, me deterei empiricamente sobre os efeitos das políticas voltadas para o turismo sobre as comunidades e povos tradicionais que vivem na região do extremo Oeste da costa do Ceará. Referente à discussão dos projetos de usinas eólicas e da implantação das políticas de aquicultura nas referidas regiões, tomarei por base os estudos já realizados por pesquisadores dos referidos temas.

Com a criação do Ministério do Turismo em 2003 e a instituição da Política Nacional de Turismo, e posteriormente, em 2008, com a promulgação da Lei do Turismo, não só o estado do Ceará, mas também outros Estados da região Nordeste do país aumentaram os investimentos e estratégias de desenvolvimento socioeconômico

voltados à valorização e à remodelação das áreas litorâneas, explorando seus atrativos naturais com o objetivo de expansão do turismo e o potencial de seus ventos para a produção de energia renovável, com a implantação de usinas eólicas.

É importante expor que o turismo na costa Oeste do litoral do Ceará, principal foco etnográfico e de discussão deste capítulo, tem sido favorecido pelas ações em torno do roteiro turístico *Rota das Emoções: Jeri-Delta-Lençóis*, por meio do Programa de Desenvolvimento ao Turismo (PRODETUR/NE), formulado dentro das diretrizes do Ministério do Turismo (MTur). Deter-me-ei com mais vagar sobre este roteiro e sua implementação mais adiante, versando, primeiramente, sobre as políticas de energia eólica e de carcinicultura.

Com referência à implementação dos parques de energia renovável, esta se deu com a instituição do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), em 2002, pelo Ministério das Minas e Energia, e desde então houve a consolidação dos polos de desenvolvimento eólico não somente no Ceará, como em outros estados do Nordeste, sobretudo o Rio Grande do Norte, tendo o Banco do Nordeste (BNB) como agente de maior relevância na região.

Segundo informações da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), há 234 parques eólicos no Nordeste, o que faz a região ser detentora de 84% de toda a capacidade instalada no território nacional. Em 2015, entraram em operação 42 novas usinas eólicas no país, acrescentando 1.092 MW à matriz elétrica brasileira e no ano 2016 o BNDES irá investir R\$ 1 bilhão em energia eólica nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Estes financiamentos integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, somente no Ceará, vão gerar nove parques eólicos que serão construídos no município de Trairi, situado no Oeste da costa cearense.

O Ceará, que conta atualmente com mais de 23 parques de energia eólica, é o Estado com maior número de parques eólicos no Brasil e o maior produtor de energia elétrica por fontes eólicas do país, seguido pelo estado do Rio Grande do Sul. Conforme apontam os dados provindos de notícias coletadas em jornais locais, os parques eólicos do Ceará se concentram, principalmente, nos municípios de Aquiraz, Acaraú, Amontada, Aracati, Beberibe, Camocim, Paracuru, Trairi, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza. Segundo apontam os dados do mapa de conflitos socioambientais, elaborado em 2014, no âmbito do projeto intitulado *Rota das Emoções: estudo etnográfico da dimensão institucional na implantação de um importante roteiro turístico da região NE*,

coordenado pela professora Lea Carvalho Rodrigues e realizado no âmbito do Laboratório de Estudos da Cidade (LEC/UFC), os parques eólicos situados no litoral Oeste do Ceará se concentram em oito municípios do total de 17 existentes no referido litoral, sendo eles: Paracuru, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Camocim e Barroquinha. Neste último município, onde se situa a praia de Bitupitá, objeto de estudos desta pesquisa, a construção de dois parques de energia eólica foi outorgada e o início das obras tramita nas instâncias federais e municipais.

Como se pode verificar, o polo de desenvolvimento eólico no Ceará vem sendo expandido em toda a zona costeira e conforme os dados da Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE, 2010), já estão outorgados, até 2016, outros 33 parques eólicos e, destes, já estão sendo instalados os parques nos municípios de Trairi e Itarema. Em relação ao parque eólico que está sendo construído no município de Itarema há uma estimativa de criação de 2,4 mil empregos diretos e 2,5 mil indiretos durante a construção, com a previsão de R\$ 3,5 milhões para aplicação em projetos sociais no entorno dos complexos eólicos (ADECE, 2010).

No entanto, o que se pode observar a partir dos estudos realizados sobre o tema e, em especial, conforme consta no parecer técnico elaborado pelo geógrafo Jeovah Meireles (MEIRELES, 2008), as ações para a construção dos parques de energia eólica (como por exemplo a terraplenagem e a realização de cortes e aterros para a implantação das vias de acesso e do canteiro de obras) são, na sua maioria, realizadas dentro de sistemas ambientais de preservação permanente (Código Florestal e resolução do CONAMA nº 303/2002), em campos de dunas fixas e/ou móveis, promovendo o desmatamento e o soterramento de setores das dunas, extinção e fragmentação das lagoas interdunares, movimentação de grandes volumes de areia por meio dos tratores, alterações na morfologia dunar (e dos demais sistemas ambientais definidos na área de influência direta da usina) e alterações na dinâmica natural de transporte de areia pela ação dos ventos.

Considerando que as dunas representam reservas estratégicas de sedimentos, água, paisagens e ecossistemas, como aponta Jeovah Meireles, e que cumprem relações socioeconômicas vinculadas ao uso ancestral e sustentável das comunidades litorâneas e étnicas, como apontam os estudos de Rodrigues e Alencar (2012) e Aragão (2014), é evidente que os impactos gerados pela indústria da “energia limpa”, como denominada por pesquisadores do assunto, ultrapassem o nível de impactos ambientais e atinjam as dimensões sociais, econômicas e culturais, já que os referidos parques de energia

renovável são instalados em territórios tradicionalmente ocupados, gerando efeitos nos modos de vidas tradicionais de pescadores, indígenas, quilombolas e população local em geral.

A falta de regularização das terras do litoral Oeste do Ceará facilita, em muitos casos, que as áreas costeiras sejam griladas e utilizadas indevidamente em descumprimento não só da legislação ambiental como também da legislação sobre povos e comunidades tradicionais. Como é o caso da praia do Xavier, em Camocim (Ce), que desde a implantação do parque eólico denominado “Formosa”, no ano de 2009, teve toda a área da praia cercada e privatizada, só podendo ter acesso a ela alguns moradores que mantêm residência na referida localidade.

Em visita à região, no ano de 2013, acompanhada de um dos pescadores da localidade de Amarelas (vilarejo que está localizado a menos de dez quilômetros da praia do Xavier) fomos até a entrada do parque e após uma série de exames por parte do funcionário que estava no posto, como o exame dos nossos documentos e questionamentos sobre o que iríamos fazer na praia, nos foi liberado o acesso à área da praia privatizada para a construção da maior Usina de Energia Eólica do Ceará. Com potência instalada de 104,4MW, a Usina Praia Formosa é considerada o maior Parque de Energia Eólica do Nordeste, elevando o Ceará à condição de líder na produção de energia eólica do País. Neste caso, as populações locais tiveram seus modos de vida afetados, uma vez que o acesso ao local de realização das práticas pesqueiras foi interrompido pela companhia de energia eólica.

Quando instalados na costa litorânea, os Parques de energia eólica “privatizam” a praia e, em alguns casos, interrompem o fluxo dos moradores locais. Nos últimos anos, na tentativa de não concorrer com a indústria do turismo, isto é, para não tornar pouco atrativa a paisagem litorânea de áreas com forte potencial turístico devido à instalação de imensos aerogeradores, que além de diminuir os atrativos visuais, produzem fortes ruídos, tornando difícil a implementação do turismo. Os empresários do ramo de energia eólica estão instalando os referidos parques em áreas mais afastadas do litoral, desta vez atingindo famílias de agricultores, como foi constatado na localidade de Venâncio, município de Barroquinha e no município de Trairi. Houve relatos de moradores locais da praia de Guajiru, no referido município, da existência de algumas práticas clientelistas, de forma que os moradores ao permitirem que a fiação dos aerogeradores passe por dentro dos seus terrenos recebem em troca bens materiais como televisores, cestas de alimentos e até valores em dinheiro, sendo

estas trocas entre moradores e empresários dos parques de energia eólica mediadas pelas lideranças e representantes políticos locais.

Conforme apontam os dados do mapa de conflitos socioambientais (ANEXO I- MAPA I.1) os segmentos de povos e comunidades tradicionais mais atingidos pelos parques de energia renovável são as comunidades de pescadores e as famílias dos vilarejos agrícolas, alcançando mais de sete municípios do litoral Oeste habitados pelos referidos grupos. Trata-se de pescadores que praticam as mais variadas formas de pesca artesanal, indo desde a pesca de linha e pesca de caçoeira até a pesca de curral. Quanto às famílias de agricultores, essas têm na sua maioria um modo de vida baseado nas relações parentais que atuam como fator organizador do território. Aqui se faz imprescindível elucidar que o conceito de território do qual esta dissertação se vale é apoiado nas concepções de Haesbaert (2007) e Escobar (2005).

A respeito da discussão existente entre alguns teóricos do tema (AUGÉ, 1994; DE CERTEAU, 1998) quanto à dissociação feita entre os espaços dos fluxos e os espaços dos lugares, para estes autores, as duas categorias não estariam em lados opostos. Haesbaert (2007) defende que: “o lugar, enquanto espaço caracterizado pela contiguidade e por ações de co-presença, é uma das formas de manifestação do território, e embora no lugar não se privilegiem os fluxos e as redes, estes não podem ser vistos em contraposição a ele” (p. 44).

É evidente que o conceito de lugar em Haesbaert traz a ideia de território e identidade que, para o autor, é uma construção histórica, constituída por diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, assim como são as territorialidades, que são forjadas ao longo do tempo em um processo de relativo enraizamento espacial.

Escobar (2005), assim como Haesbaert, formula no plano teórico um conceito de lugar vinculado à ideia de território e de identidade. Como exposto pelo autor, “o lugar é uma experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (p. 133).

É importante perceber como a categoria lugar pode emaranhar-se com o conceito de território em ambos os autores e por isso é possível empreendermos uma relação direta de lugar com a categoria identidade, já que para Haesbaert (2007) e Escobar (2005) é necessário ver as categorias espaço, lugar, identidade e território de uma perspectiva mais relacional, como um construto histórico e social, por meio de relações de poder que envolvem sociedade e espaço geográfico. Entretanto, não se pode

confundir, conforme discussão proposta pelos autores, o território com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem comparar com o conjunto de forças mediadas por essa materialidade. Mas, é preciso conceber o território como sendo concomitantemente apropriação e domínio de um espaço socialmente partilhado, ou seja, o território tem uma dimensão subjetiva (identidade territorial) e outra mais objetiva (dominação do espaço).

Tomando emprestadas as noções de lugar e território de Haesbaert e Escobar é possível questionar sobre o *lugar* conferido aos pescadores artesanais e agricultores em contextos de implementação de projetos turísticos na praia de Bitupitá e de efetivação das políticas de carcinicultura que, também, estão sendo empreendidas na referida região, da qual irei me ater agora.

Quanto aos investimentos e incentivos à carcinicultura, é com a criação do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) dentro do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, em julho de 1998, que esta indústria ganha força e vai buscar financiamentos públicos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB) e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (*SUDENE*).

No litoral leste do Ceará, os sete municípios que constituem o litoral Leste já vivem mudanças com a criação das fazendas de camarão, como é o caso da comunidade do Cumbe, no município de Aracati, que presencia transformações na paisagem provocadas pelo uso de tecnologia de contenção de dunas e pelo plantio de vegetação típica para fixação das areias, usadas com o objetivo de conter as movimentações das dunas móveis. As referidas tecnologias são usadas para criação das fazendas de camarão nessas regiões e provocam a aceleração do assoreamento dos rios, desmatamento do manguezal, desmatamento da mata ciliar e do carnaubal; extinção de setores de apicum, bem como o soterramento de gamboas e canais, segundo os estudiosos do tema (MEIRELES, 2003; QUEIROZ, 2007; TUPINAMBÁ, 2002).

Segundo Tupinambá (2002), desde 1997 a produção de camarão em cativeiro no Brasil, e especialmente no Nordeste Brasileiro, vem crescendo de maneira vertiginosa, saindo de uma produção de 3,6 mil toneladas (1997) para cerca de 40 mil toneladas (2001). Dessa maneira, aponta a referida autora, que nos últimos anos o Brasil passou, no cenário mundial, de 18º para 8º produtor (1997 e 2000, respectivamente). Sobre o crescimento de fazendas de carcinicultura no Nordeste do Brasil, Tupinambá expõe:

A velocidade dessa ascensão, no entanto, traduz uma lógica de “corrida ao ouro” que, como em outros setores cujos investimentos tomam essa mesma rapidez e proporção, torna impossível o controle e a garantia de sustentabilidade à atividade — uma vez que os empresários envolvidos no ramo interpretam qualquer ação normativa e de controle como “medidas impeditivas ao desenvolvimento”. O rápido crescimento da atividade em países como Equador, Tailândia, Indonésia, Índia — e, agora, mais recentemente, no nordeste brasileiro — deve-se, em especial, ao reduzido preço das terras costeiras; a permissividade da legislação, que facilita a apropriação dos terrenos da marinha e uso por parte dos empresários do cultivo de camarão; os investimentos públicos e estímulos à atividade (TUPINAMBÁ, 2002, p. 12).

No litoral Oeste, foco desta pesquisa, a atividade atinge Áreas de Proteção Permanente (APP), sendo mais de 33 fazendas de camarão espalhadas em sete municípios dentre os 17 do referido litoral, estando entre eles os seguintes municípios: Paraipaba, Trairi, Itapipoca, Amontada, Itarema, Acaraú, Camocim e Barroquinha. Segundo informações coletadas no site da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), os investimentos na indústria de carcinicultura se intensificaram no litoral Oeste desde 2012, ano em que a região, especialmente o município de Acaraú, ganhou o selo de produtor do melhor e o mais caro camarão de cativeiro do mundo. Conforme informações do mesmo *site*, o cultivo do crustáceo no Ceará movimenta toda a economia local e gera quase cinco mil empregos.

No entanto, o que se pode constatar na localidade de Curral Velho, em Acaraú, segundo Amorim (2009), é que a velocidade de crescimento desta atividade econômica trouxe consigo não somente a degradação ambiental do Rio Acaraú, como também a expulsão de marisqueiras e pescadores artesanais das suas zonas de trabalho e sociabilidade, uma vez que a criação das fazendas privatizou as zonas de manguezais, ecossistema intimamente vinculado com a produção e reprodução dos modos de vida dos referidos grupos tradicionais. Conforme a autora em questão, são inúmeros os conflitos entre os pescadores e as empresas de carcinicultura pelo uso e ocupação dos espaços de manguezais, indo desde os fatores de poluição do rio Acaraú pelas fazendas de carcinicultura, causando a mortandade de várias espécies de crustáceos e peixes, até a expulsão dos pescadores de seus territórios, uma vez que a geração de empregos é apenas temporária nas fazendas de criação de camarão.

Na praia de Biupitá, distrito do município de Barroquinha, apesar da existência de duas fazendas de carcinicultura, denominadas “Cia de Camarões Bitupitá”,

instaladas nas gamboas do Rio Timonha e Ubatuba, já na área da APA - Delta do Parnaíba, não há conhecimento de nenhum morador da região empregado nestas fazendas de camarão.

Os estudos desenvolvidos por Rodrigues e Alencar (2012) e por Aragão (2013), apontam que a inserção de localidades eminentemente agrárias e pesqueiras no circuito de políticas de desenvolvimento, como os projetos de construção de parques de energia renovável e de carcinicultura, pode trazer uma série de reconfigurações sociais e econômicas aos povos e comunidades tradicionais, em que se destacam a presença de conflitos fundiários, segregação interna e intensificação das disputas entre lideranças locais antagônicas, causando a desagregação e trazendo novos níveis de envolvimento entre essa nova dinâmica e os grupos locais, o que se mostra, em grande parte, desfavorável aos povos e comunidades locais.

São 573 quilômetros de zona costeira cearense, estando a Costa Oeste com mais de 40% desse litoral. Entretanto, mesmo com uma extensão de área costeira composta por uma paisagem de praias, dunas móveis e fixas, estuários, canais, lagoas, manguezais e as áreas de influência da maré, esses territórios não foram regularizados nem pelas instâncias e órgãos competentes estaduais, nem pelo governo federal, já que se trata de terras da União. Há o reconhecimento, no litoral Oeste do Ceará, de apenas uma Unidade de Conservação (UC), que é o Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ). No entanto, os territórios ocupados por povos indígenas na extensão do litoral Oeste e por pescadores artesanais, remanescentes de quilombos, agricultores e ribeirinhos aguardam que o Estado reconheça e regularize estas áreas como territórios habitados por povos e comunidades que têm um modo de vida tradicional, como é o caso dos pescadores artesanais da Vila de Tatajuba, em Camocim, e da praia de Bitupitá, em Barroquinha.

Com a falta de fiscalização e ordenamento dos referidos territórios costeiros, os pescadores artesanais da praia de Tatajuba, no município de Camocim, tiveram que enfrentar na justiça a imobiliária Vitória Regia Empreendimentos para garantir a permanência no território e a continuidade da produção e reprodução dos seus modos de vida (Rodrigues e Alencar, 2012). A referida imobiliária tem os registros de posse de toda a extensão de terras da praia de Tatajuba, onde a legislação ambiental coíbe a existência de propriedade privada plena, uma vez que se trata de uma APA (Área de Preservação Ambiental), terras da Marinha, área de manguezal e área habitada há mais de cem anos por populações tradicionais.

Segundo Rodrigues (2014), as políticas de energia eólica e de carcinicultura se fazem com a concessão de terras da União e em seus textos orientadores há como principais objetivos e metas ações condizentes com a visão de mercado, do agronegócio, ocupando o ambiente e às populações residentes na área um lugar periférico na política (BRASIL, 2015). A tônica, no caso da aquicultura, trata-se da atividade que representa “nova fronteira para crescimento do agronegócio” e é “construída em parceria com o setor produtivo”, sendo objetivos claros facilitar o crédito e agilizar a cessão de terras do domínio da União (BRASIL, 2015).

Nas praias de Tatajuba, Curimãs e Maceió, evidenciaram-se fortes conflitos fundiários. Geralmente, estes se dão entre os moradores e uma empresa do ramo imobiliário e às vezes com representantes políticos locais que facilitam a entrega de documentos de posse das terras aos empresários, como ocorreu na praia de Curimãs, distrito de Barroquinha, em que os pescadores tiveram suas residências ilhadas pela construção de pousadas e um hotel de médio porte de propriedade de espanhóis e italianos. Após a chegada de um espanhol à localidade, no ano de 2007, e após seu contato com representantes políticos locais que lhe facilitaram o acesso aos processos cartoriais, os terrenos e as zonas de coqueirais da referida praia foram vendidos não somente para este espanhol, como também para seus amigos e parentes, que compraram áreas de 120 metros de comprimento por R\$10 mil. Atualmente, quase toda a extensão de coqueirais que formava a localidade de Curimãs está vendida para estes espanhóis. Relatos dos moradores locais apontam que o ex-vereador do município se dizia proprietário de toda a área costeira que foi vendida aos referidos estrangeiros. Muitos moradores da praia de Curimãs se indignaram e atearam fogo na pousada de um italiano, no ano de 2014, quando esta se encontrava desativada. No entanto a ausência de lideranças políticas e associações que estimulem a organização dos pescadores da referida praia em busca dos seus direitos dificulta a articulação pela conquista dos direitos desses agrupamentos sociais. Além disso, os interesses e as disputas dos dois grupos políticos locais dificulta a ação conjunta de resistência dos pescadores frente aos interesses imobiliários e facilita a continuidade da relação desigual com os donos de currais, visto que esses grupos políticos quando se contrapõem uns aos outros, se colocam uns do lado dos proprietários de currais e outros do lado dos interesses imobiliários. Na praia de Curimãs e na praia de Tatajuba diante da intensa especulação imobiliária ocorreram desentendimentos entre os pescadores e moradores locais que resultaram na tomada de decisões precipitadas, como a tentativa de alguns moradores da

praia de Curimãs e de Bitupitá de construir barracas na orla da praia como garantia de algum ganho com o turismo.

Outros moradores economizam o dinheiro conseguido na pesca e constroem quartinhos nas suas próprias residências para alugar em período de alta estação em vez da venda de suas casas a especuladores estrangeiros, como no caso de um pescador de linha da praia de Curimãs que está com sua casa ilhada por duas pousadas de italianos.

Segundo Rodrigues e Araújo (2014), na praia de Maceió havia igual situação de conflito fundiário, envolvendo os moradores e um grupo do ramo imobiliário que à mesma época se apresentou como proprietário da totalidade das terras. Mas em Maceió, praia com pequena comunidade de pescadores, marcada por forte associativismo, a associação local conseguiu contornar os conflitos internos, chegando a um consenso no enfrentamento à empresa e a uma primeira vitória judicial que suspendeu os títulos de propriedade da empresa para averiguação da legalidade na aquisição das terras. São duas situações interessantes de se contrapor para perceber os agenciamentos locais em defesa da terra, bem como as causas de conflitos, os interesses envolvidos e as mudanças ocorridas.

Quanto a Unidade de Conservação do litoral Oeste do Ceará, o Parque Nacional (PNJ) de Jericoacoara, os investimentos em parques de energia renovável e em fazendas de carcinicultura não são fatores de conflitos e nem de desmatamento do ecossistema do referido território, mas há outra atividade de desenvolvimento que já se consolidou no Parque ao longo das últimas quatro décadas, a indústria turismo, existente na região desde meados de 1970. O referido destino turístico no Ceará está sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Estudos recentes (Rodrigues; Araújo, 2014) revelam conflitos dos moradores locais da referida UC (Unidade de Conservação) com o poder público em razão de possíveis mudanças na administração do Parque Nacional de Jericoacoara, em razão do projeto de parceria público-privada proposta pelo governo federal para o gerenciamento do parque, o que está sendo já denominado pelos moradores e pela imprensa de “privatização de Jericoacoara”. Evidentemente, neste último caso serão atingidos não apenas os antigos moradores, os chamados “nativos”, mas todos os que, hoje, vivem do turismo na localidade.

Neste momento, é imprescindível expor que a proposta de políticas públicas de turismo vem sendo adjetivada pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, pelos termos

sustentável e ecológico, na tentativa de seguir uma tendência mundial, bem como as recomendações de organismos internacionais como a Organização Mundial do Turismo (OMT), o que confere uma nova roupagem às políticas de desenvolvimento de turismo para que as ações, planos e programas sejam divulgados em eventos, discursos e planejamentos oficiais, como uma das grandes bandeiras em consonância com o desenvolvimento econômico do país.

De fato, em termos econômicos o incentivo e a consolidação de políticas públicas de turismo deu destaque, no primeiro semestre do ano de 2015, à Zona Costeira do Ceará que teve o PIB (Produto Interno Bruto) elevado 4,36% em relação a 2013, com destaque para a indústria do turismo. A referida atividade é responsável por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Ceará desde 1991 e representou 73,1% no ano 2013. Entre 1991 e 2013, o PIB da Zona Costeira cresceu 14%, a uma taxa consideravelmente maior do que a do estado do Ceará (8%), sendo o setor de Serviços – que agrega o setor do turismo – o de maior contribuição. Esse dado está em consonância com a efetivação e intensificação de investimentos em políticas públicas de turismo na referida região, e evidencia a manifestação da força global desta atividade econômica.

No entanto, é necessário apreender quais são os efeitos das políticas de turismo nas zonas costeiras, tanto sobre o ecossistema quanto sobre o modo de vida de povos e comunidades tradicionais que residem há anos nestas regiões. Nesse sentido, é de extrema importância perceber os impasses entre o normativo e o executado e investigar empiricamente e de forma processual os contextos da implementação das referidas políticas, uma vez que somente o registro e acompanhamento aprofundado dos casos em questão tornará possível a realização de estudos comparativos futuros, com a finalidade de apreender os efeitos que esses projetos podem gerar nas populações ali residentes.

Neste sentido, sigo as premissas de Rodrigues (2008), assim como de Rodrigues, Ortolan e Gonçalves (2014), quanto à pertinência de articulação entre antropologia e políticas públicas, e a proposta analítica apresentada, que confere especial atenção ao conteúdo das políticas, sobretudo às concepções e valores que estão na base dos conceitos nelas apresentados. Primo, também, de acordo com a proposta das autoras, em proceder a uma análise processual, que permita o acompanhamento dos acontecimentos ao longo do tempo e a percepção das tensões, conflitos, ressignificações

e estratégias desenvolvidas pelos diferentes agentes em contextos marcados por fortes mudanças.

Desse modo, tomando como foco empírico os modos de vida dos pescadores e agricultores das localidades de Bitupitá, Curimãs e Venâncio, assim como os processos de diálogo, resolução e enfrentamento das situações vividas por esses grupos diante da efetivação das políticas de desenvolvimento, parto do pressuposto que a implementação de políticas de desenvolvimento em áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais requer uma atenção às questões territoriais envolvidas, mesmo que os grupos locais tentem agenciar os conflitos existentes pela não resolução da questão territorial em muitas destas políticas, isto é, da regularização das terras – que permeia boa parte da história das políticas públicas do Brasil – mediando e negociando as transformações advindas das referidas políticas para ter direito a permanecer na terra. Tornou-se evidente durante a pesquisa de campo que o caráter contraditório e tenso dessas políticas coloca os sujeitos frente à necessidade de desenvolver avaliações que orientem suas escolhas, bem como os situa frente a alguns impasses, que deslocam o foco de atuação da esfera dos “direitos” para a dos “interesses”, flexibilizando direitos constitucionalmente conquistados (ZHOURI, 2014).

Além disso, considero que quanto maior o número e a diversificação das políticas de desenvolvimento em ação, mais se exacerbam algumas práticas locais, como as relações clientelistas que favorecem os grupos políticos locais que estão no poder e os sujeitos pertencentes aos seus “currais de eleitores”, bem como pessoas com melhores condições financeiras, como os donos de currais, funcionários do município e até comerciantes, e as pessoas que tem graus de instrução mais elevados, as quais conseguem usufruir das melhorias advindas com as referidas políticas. Desenvolverei este ponto no próximo tópico.

De outro modo, a chegada de ações de infraestrutura, como a construção da estrada asfaltada ligando os referidos distritos ao município de Barroquinha, bem como a facilidade de acesso de turistas de todo mundo à região, quanto dos próprios moradores a outras localidades gerou em algum nível o reforço das identidades locais tanto dos agricultores e pescadores, quanto das marisqueiras. Estas conclusões foram feitas a partir das observações da pesquisa etnográfica e estarão melhores detalhadas no próximo tópico que versará sobre o contexto de efetivação das políticas de turismo nos distritos de Bitupitá, Venâncio e Curimãs, em particular o Roteiro turístico *Rota das*

Emoções, bem como sobre os aparatos jurídicos da questão de terras e da Lei de Povos e Comunidades tradicionais.

3.1 Conflitos sociais no litoral Cearense e legislação pertinente

No presente, dissertações e teses acadêmicas vêm mostrando os efeitos das políticas de desenvolvimento sobre o litoral cearense. Lustosa (2012) enfatiza que desde a década de 1970, a zona costeira do Ceará vem experimentando um crescimento populacional acentuado e um processo desordenado de urbanização, industrialização e crescimento turístico que resulta em impactos negativos, principalmente de natureza social e ambiental. A autora vislumbra ainda que com esse atual contexto, há uma crescente desestruturação sociocultural das populações locais e a degradação ambiental causada pelos inúmeros projetos e programas que estão sendo executados na zona costeira.

De acordo com o mapa de conflitos socioambientais (Anexo I- Mapa I.1) os conflitos e desapropriações no litoral Oeste do Ceará referente aos grandes empreendimentos turísticos já atinge mais de 70% das praias, sendo as mais atingidas: Praia do Cumbuco (Caucaia - Região Metropolitana de Fortaleza), Praia de Flexeiras, Mundaú e Guajirú (Trairi), Praia da Baleia (Itapipoca), Praia de Amontada (Amontada), Praia de Jericoacoara (Jijoca) e as Praias de Tatajuba e Maceió (Camocim).

Segundo dados coletados por Jefferson da Silva (2003) sobre a expropriação das terras litorâneas no Ceará, além da presença de conflitos fundiários entre empresários e pescadores que se aglutinam, no âmbito jurídico, a existência de um cotidiano de discussões e pequenos atritos aflige o modo de vida dos moradores das referidas praias. Em Flecheiras (Trairi) e Paracuru, bem como na praia de Jericoacoara e Bitupitá, as discussões entre pescadores, turistas e proprietários de hotéis e pousadas é constante. São conflitos que dizem respeito ao uso e ocupação da orla da praia.

A maioria dos casos se dá entre as práticas de ocupação feita pelos moradores locais e as atividades dos turistas, como presenciado em Jericoacoara, em que os passeios de triciclo em alta velocidade chegam a provocar colisões que revoltam os moradores locais. Em Bitupitá, a morte de um jovem à beira da praia, provocada pelo filho do ex-vereador local que estava na condição de turista, quando conduzia uma moto em alta velocidade, causou indignação nos moradores. Em outros locais, como na praia de Trairi e Paracuru, as discussões giram em torno da realização dos jogos de bola pelos

moradores locais e a presença das jangadas dos pescadores e seus materiais de trabalho na praia que, segundo os proprietários de pousadas, atrapalham o trânsito dos turistas.

Diante desse contexto, é evidente a necessidade da gestão do espaço litorâneo para regularização da ocupação desses territórios; no entanto, é flagrante, nas ações institucionais, o privilégio de ações desenvolvimentistas como a criação de políticas públicas consubstanciadas na forma de planos, programas e projetos de incentivo e apoio à ocupação dessas praias do litoral cearense – não somente para fins de investimentos turísticos como também para outras atividades econômicas emergentes, como é caso da indústria energética e da aquicultura.

Por meio de dados catalogados, gráficos e descrições da caracterização territorial do litoral do Ceará apresentados em relatórios de órgãos como o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) é possível acessar as estratégias institucionais, como se pode averiguar nesses dois trechos dos documentos de órgãos estatais:

O Estado do Ceará [...] sua posição geográfica privilegiada o favorece devido à proximidade em relação a regiões como o Continente Africano, a América do Norte e a Europa permitindo excelentes condições para o desenvolvimento do comércio exterior e do turismo internacional. (IPECE, 2010, p. 3)

E num parágrafo do Relatório de “Atração para investimentos no Ceará, Mapa Territorial de parques eólicos 2010” publicado pelo Governo do Estado do Ceará:

O estado do Ceará possui uma costa e regiões serranas com **disponibilidade territorial para a instalação de usinas eólicas**. Vários entraves nos últimos anos ocorreram com relação ao zoneamento territorial energético, isto é, **terras que estão realmente disponíveis** para receber um projeto eólico/solar. Muitos investidores não conseguem formalizar contratos de arrendamentos territoriais por não conhecerem **as práticas cartoriais locais e por não terem informações suficientes sobre a disponibilidade de terras**. A ADECE, através de seu corpo técnico, fornece toda a assistência ao investidor que a procure para **escolher terreno**. Sobrevãos pela costa e **indicação de áreas** abreviam o processo de escolha e o tornam mais seguro. (ADECE, 2010, p. 28 grifos meus).

Essas informações apresentam não somente a localização geográfica do estado do Ceará, incentivando o investimento imobiliário na região, como também indica uma possível abertura dos procedimentos para a irregularidade, dado o que já se tem de constatado sobre o envolvimento de cartórios locais em registro irregular de terras. Este foi o caso vivido pelos pescadores da praia vizinha a Bitupitá - Maceió - que entraram em disputa judicial com um grande grupo imobiliário por terras situadas na orla marinha, conforme relatado por Rodrigues e Santos (2011), quando a justiça colocou sob suspeita os títulos de propriedade em mãos do grupo imobiliário por

suspeita de envolvimento de um cartório local. Outras irregularidades ficam evidentes no caso dos arrendamentos de terras litorâneas praticadas pelas instâncias governamentais locais, como já foi dito.

Outra faceta da ação do Estado que merece ser considerada refere-se à implantação de novos instrumentos legislativos teoricamente privilegiados na constituição de uma esfera pública, como aponta Gomes (2002). Como é o caso do Programa de Gerenciamento Costeiro que no Ceará foi criado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) em conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente e da Política Nacional para os Recursos do Mar e instituiu, no ano de 2006, a Lei 13.796 que estabeleceu a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. A referida Política estabelece dentre outros princípios,

[...] **a proteção das comunidades tradicionais costeiras**, promovendo sua preservação e **o fortalecimento cultural**, com ênfase na subsistência e na garantia de sua qualidade de vida; o controle e zoneamento de atividades potencial ou efetivamente poluidoras e o planejamento e **fiscalização do uso dos recursos ambientais presentes na zona costeira** [...] (CEARÁ, Lei nº 13.796, de 30 de junho de 2006, grifo meu).

O princípio de proteção dos povos e comunidades tradicionais na referida Política Pública Estadual de Gerenciamento Costeiro está em consonância com a Lei nº 7.661/88 que instituiu como interesse do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro a promoção de ações para “orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural” (BRASIL, [Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988](#)).

A Política Estadual de Gerenciamento Costeiro institui no Art. 9º a criação do Colégio Estadual do Gerenciamento Costeiro, fórum consultivo vinculado diretamente à Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente, com a finalidade de reunir os segmentos representativos dos governos estadual e municipal e da sociedade para a discussão, proposição e encaminhamento de políticas, planos, programas e ações destinados a gestão da zona costeira, que têm o intuito de fundamentar uma execução descentralizada e participativa da gestão da zona costeira.

No entanto, esse plano de gerenciamento costeiro que parece se desenhar ampliando a possibilidade do debate e de decisões sobre aspectos fundamentais para a vida dos povos e comunidades que vivem no litoral são usados pelos governos para legitimar a sua atuação e cumprir obrigações contraídas com instituições multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e o Banco Mundial —

BIRD, não contemplando em suas dinâmicas a incorporação e participação efetiva das comunidades litorâneas em suas instâncias de decisão e formulação de políticas e ações, conforme apontado por Silva (2003, p. 91).

No que diz respeito ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) abrirei um tópico para tratar da sua criação e implementação na zona costeira do Ceará.

3.2 A Política Nacional de Turismo e o PRODETUR no litoral do Ceará

Rodrigues (2014) aponta que o modelo de desenvolvimento do turismo que está sendo implantado no Brasil segue, em seus delineamentos centrais, as orientações dadas pelas agências internacionais (BID, BIRD). A autora ressalta que o Brasil apostou no turismo como estratégia de desenvolvimento a partir da criação do Ministério do Turismo (Mtur) em 2003, com o delineamento de uma política clara de indução do turismo, de forma regionalizada, além da aposta nos megaeventos como forma de impulsionar o turismo no país.

Segundo pesquisas realizadas sobre os efeitos do turismo em outras áreas litorâneas do mundo, como na Ilha de Cozumel, no norte do Estado de Quintana-Roo, México, Rodrigues (2014) informa que naquele país, mesmo as terras de reforma agrária, foram objeto de expropriação para posterior venda ao capital imobiliário do mercado turístico. Rodrigues (2014) pontua que a área costeira da Riviera Maya, antes ocupada por pescadores, é hoje ocupada por grandes *resorts* e parques temáticos, tendo ocorrido o deslocamento de povoados inteiros de origem maya das áreas que correspondiam a terras de reforma agrária, os *ejidos*, para áreas interioranas. A autora esclarece que devido às especificidades dessa reforma agrária, em que as terras comunais eram de uso dos agricultores, mas de propriedade da nação, no processo de desenvolvimento da indústria turística o governo simplesmente expropriou essas terras com recurso ao argumento do interesse público.

No Brasil, a política nacional de turismo, definida pela Lei Geral do Turismo nº 11.771/08 e promulgada em 17/09/2008, ocupa um lugar bastante relevante dentre o conjunto de políticas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e social do país, integrando, desse modo, o conjunto de ações que conformaram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado pelo governo Lula em 2006 e lançado em 2007. Desse modo, mediante a criação do Ministério do Turismo em 2003 e

a instituição da Política Nacional de Turismo, com a promulgação da Lei do Turismo de 2008, o Plano Nacional de Turismo (PNT) passou a ser editado em forma de publicações trienais, fornecendo os rumos estratégicos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Dentre as diretrizes do PNT referente ao triênio 2003–2007 (BRASIL 2003), identificamos a intensificação da ação conjunta entre agentes públicos e privados, priorizando as parcerias e a gestão descentralizada em todo o país. Por sua vez, as propostas do PNT referentes aos anos 2007–2010 (BRASIL 2007), mantêm o foco das ações previstas na edição passada, levando também em conta a expansão do mercado interno e a concreta inserção do país no cenário turístico mundial (BRASIL 2003, p.16). Por último, o PNT 2013–2016 (BRASIL 2013) visou incorporar todas as ações já implantadas nos outros PNT aos megaeventos (Copa FIFA de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro).

Dentro da referida Política Nacional de Turismo, o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) foi criado como uma das linhas de ação propostas pelo Ministério do Turismo, operando por meio de ações descentralizadas em todo o país para criação e financiamento de *destinos turísticos*, tais como o roteiro turístico *Rota das Emoções*.

O PRODETUR, como um dos programas de apoio ao PNT, possui como credor principal o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF). Desse modo, as ações e atividades do programa são orientadas pelas políticas e diretrizes do BID referentes a salvaguardas e controle de seus prováveis impactos sociais e ambientais, assim como a legislação ambiental brasileira.

Nesse âmbito, as ideias e concepções que dão sustentação às suas diretrizes, qual seja a Lei nº 11.771/08 que institui a Política Nacional de Turismo, são baseadas na noção de *desenvolvimento sustentável*, a Lei tem ainda como meta a conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro (parágrafo único artº 3 e 4). Tendo como proposta o desenvolvimento sustentável, a prática do turismo preconizada coloca como meta a conservação do meio ambiente, com o objetivo de impacto mínimo sobre o meio natural (item VIII, artº5). Quanto aos povos e comunidades tradicionais, a PNT faz apenas a menção de “preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística” (item XIX, art. 5º). A respeito, Rodrigues (2011) aponta ainda uma contradição entre a lógica de

desenvolvimento em termos mercadológicos que pauta a política e a concepção de desenvolvimento sustentável que deveria orientá-la.

O documento que institui a política nacional de turismo, apesar de recomendar, em relação ao tratamento das unidades de conservação, “que quando se tratar de unidades de conservação, o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no plano de manejo da unidade” (Parágrafo Único, PNT), o mesmo documento não menciona quais são os dispositivos e estratégias que serão ativados para colocar em prática seus objetivos e nem menciona a existência de povos e comunidades tradicionais dentro ou fora dessas Unidades de Conservação.

Uma das divergências encontradas entre o plano normativo e o prático diz respeito ao que propõe a política quanto às populações que vivem nas áreas priorizadas pela mesma. A lei preconiza “o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica” (item VI, artº5) bem como a preservação “da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística” (item IX, artº5). Entretanto, é preciso considerar que em contextos de unidades de conservação e de territórios tradicionalmente ocupados por povos e comunidades tradicionais, a política não menciona nenhum instrumento ou estratégia para a “efetivação do turismo” de forma diferenciada nestas áreas.

Nas praias de Bitupitá, Curimãs e no povoado de Venâncio, as ações de incentivo ao turismo já se consolidam desde 2010 e as transformações provocadas por essas ações colocam as comunidades que vivem nessas localidades diante de alguns impasses e necessidades de escolhas, posto que a situação de entrada do turismo, especulação imobiliária e demandas por serviços; os enquadramentos legais representam forte pressões locais e a situação da maior parcela dos moradores é de fragilidade, sobretudo, por não terem a propriedade de suas moradias regularizada. Faremos adiante uma análise das ações da *Rota das Emoções* nas referidas localidades e seus impasses com os modos de vida locais.

3.3 Os processos de mudanças nas praias de Curimãs e Bitupitá em razão da expansão do turismo.

Como já ressaltado, o turismo na costa Oeste do litoral do Ceará tem sido favorecido pelas ações em torno do roteiro turístico denominado *Rota das emoções*:

Jeri-Delta-Lençóis, por meio do Programa de Desenvolvimento ao Turismo (PRODETUR/NE), formulado dentro das diretrizes do Ministério do Turismo (MTur). O *Rota das Emoções* é um roteiro turístico que teve sua origem no ano de 2007 (a respeito vide RODRIGUES; SANTOS, 2012), quando da assinatura de um convênio pelos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com apoio do Ministério do Turismo (MTur) Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O financiamento se deu com recursos da Cooperação Andina de Fomento (CAF) e Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), operacionalizado pelo Banco do Nordeste (BNB) e Secretarias de Turismo dos estados envolvidos, visando a implementação de um roteiro turístico que inclui os municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Chaval, Cruz e Barroquinha, no Ceará; as cidades de Parnaíba, Luis Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí; e as cidades de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araisos, no Maranhão, considerados de grande potencial turístico.

Os pequenos vilarejos dos três estados que compõem o roteiro turístico são acessados pelos turistas por meio de carros de passeio 4x4, barcos e jangadas que atuam por meio de agências de turismo, as quais, por sua vez, atuam em parceria com as cadeias de hotéis, pousadas e agências.

Os turistas chegam a Fortaleza, geralmente, já com os pacotes de passeios turísticos comprados. O roteiro é o primeiro do país onde é possível montar e comprar o pacote de viagem pelo seu *site*, de qualquer lugar do mundo. O turista, por meio do *site*, poderá saber como chegar, o que fazer, onde dormir, o que comer e ainda ter dados gerais sobre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão e os 14 municípios que formam o roteiro integrado. O acesso é feito em transportes das agências de turismo que seguem por via terrestre pela Via Estruturante CE-085/ BR-402, ou Rota do Sol Poente, como também é conhecida.

Na primeira pesquisa exploratória que realizei na praia de Bitupitá, em 2010, o acesso e a comunicação do povoado com os arredores e a sede do município, Barroquinha, era difícil e feito por carros tipo “pau de arara” – tipo de transporte comum na região. A estrada de piçarra seguia por quase quarenta quilômetros e em épocas de chuvas, ou quando o barro endurecia e nela se formavam buracos, a travessia era bastante penosa. Eram poucos os locais para hospedagem, três pousadas e aluguel de quartos em um bar, além de serem bastante precárias as instalações; o comércio era majoritariamente de produtos alimentícios; a assistência médica estava restrita ao posto de saúde local, durante a semana, e a vida ali transcorria de forma pacata: os pescadores

saindo com os barcos pela madrugada, negociando o peixe até o meio da manhã, trabalhando ao longo da praia, alguns na parte da manhã, outros na parte da tarde. A praia era tomada pelas crianças pequenas nadando e acompanhando as atividades dos adultos na lida com os barcos e a pesca, as mulheres tratando os peixes nas pesqueiras, o peixe salgando ao sol, estendidos em inúmeros varais, ali mesmo, na beira da praia; os homens estendendo e trançando as esteiras na areia e, ao final da tarde, os jovens praticando esportes como o futebol e o voleibol, enquanto mulheres e homens se postavam a frente das casas, dos bares e bodegas, até o cair da noite.

No final de 2014 foi concluída a estrada asfaltada que liga as Praias de Bitupitá e Curimãs ao município de Barroquinha e, a partir de então, muita coisa mudou. As últimas viagens de campo, em janeiro e julho de 2015, permitiu coletar informações sobre os acontecimentos mais recentes. No ano novo o lugarejo recebeu um número expressivo de visitantes – os moradores afirmam que chegaram mais de duas mil pessoas à localidade; já está ocorrendo o treinamento de jovens para atuar como garçons; o número de pousadas passou a sete; há demanda junto aos pescadores para a realização de passeios de barcos com turistas; já se faz passeios às praias adjacentes e já antevendo a especulação imobiliária terrenos começaram a ser cercados, inclusive na área próxima ao mangue, para onde escoam as águas do rio Timonha.

Os pescadores e seus familiares se entusiasmam com a chegada do turismo, vendo nesta atividade uma possibilidade de ganho extra no período da entressafra, quando coincide com a festividade religiosa mais importante da localidade, a Festa de Santa Adelaide, que atrai um número elevado de visitantes. O mesmo ocorre no período de carnaval e mais recentemente, com a inauguração da estrada, também aos finais de semana. Os pescadores são demandados pelos turistas para a realização de passeios de canoa pela orla e até a região do Pontal, onde ocorre o encontro entre águas dos Rios Timonha, Ubatuba, seus afluentes e o mar, formando um pequeno delta ou, ainda, algumas praias mais distantes. Os pescadores, até o presente, têm atuado de forma clandestina porque para exercerem a atividade legalmente teriam que se registrar no Cadastur, perdendo a condição de pescador profissional, o que a maioria rejeita. Não ter o registro de pescador profissional os impediria do acesso a linhas de crédito especiais, aos benefícios do Programa Bolsa Família, quando é o caso, à aposentadoria na referida categoria e ao seguro defeso, mas também à perda de uma identidade profissional. Este impasse e a necessidade de escolhas os levam a refletir sobre direitos e sobre a profissão e, no geral, tem reforçado os sentimentos de pertencimento à categoria de pescadores, o

que não significa que isto persista indefinidamente, uma vez que os dados de pesquisas realizadas em regiões que há décadas já experimentaram processos de mudança dessa natureza indicam a tendência ao paulatino afastamento da atividade pesqueira, a inserção nas atividades de turismo, com modificações no modo de vida e, quando o pescador continua na atividade, também há mudanças nas atividades de trabalho (DIEGUES, 1983; KOTTAK, 1981, 2009; PESSANHA, 2003; ADOMILLI, 2006).

O número de pousadas aumentou (quatro no ano de 2013, sete no ano de 2015), mas por não terem cadastro no site do Mtur como atuantes nas atividades turísticas, estes atores sociais não têm acesso às linhas de crédito oferecidas pelo Ministério do Turismo.

Especificamente sobre a pesca, já se constata várias mudanças: uma empresa do Sul do país está comprando o peixe, as pesqueiras onde antes muitas mulheres trabalhavam, estão fechando, muitas se transformando em garagens. Outra informação coletada diz respeito aos resultados da excelente safra de pescado em 2013 que, segundo eles, “enricou muita gente”. Informações preliminares também indicam que estes recursos que ingressaram na localidade tendem a se direcionar para as atividades turísticas. Sobre este tópico ver capítulo 3 desta dissertação.

Como se vê, a região está em processo acelerado de mudanças, e isto em razão de políticas de incentivo ao turismo, de incentivo à implantação de formas de energia renováveis (usinas eólicas) e de expansão da piscicultura e carcinicultura (criadouros de espécies em cativeiro). Todas essas políticas demandam a posse de terras por parte de grandes empresários que atuam no setor, sendo um elemento central para o desenvolvimento das três atividades elencadas. Esta demanda atinge diretamente os pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores locais, já que as áreas de interesse empresarial são as que essas populações habitam e sobre as quais não detêm a propriedade da terra.

No caso do turismo, a atividade precisa de terras para se fixar e se expandir, mas não em qualquer área e sim naquelas de grande beleza, como as praias e os acidentes geográficos com vista para o mar. Os pescadores vivem exatamente nos locais de interesse do capital turístico e o que tem ocorrido em toda a orla brasileira, como já relatava Diegues (1983) sobre os acontecimentos da década de 1970 no litoral paulista, é a venda das terras pelos pescadores aos pequenos e grandes empresários do ramo com seu deslocamento para zonas periféricas, afastando-os da praia e reduzindo seu espaço de trabalho, bem como a migração para atividades turísticas. Sobre os efeitos do turismo

e as mudanças mais recentes no litoral do país vide Adomilli (2006), Gódio (2006), Knox (2009), Rodrigues (2010, 2011), Silva (2012).

Atualmente, tendo já acompanhado o processo vivido por outras comunidades da redondeza e com o apoio de organizações não governamentais, muitas localidades têm reagido às ameaças de perda da terra, reivindicando judicialmente o direito ao uso do território ou transformando-as em reserva extrativista, enquanto outras se veem fragilizadas frente às estratégias do capital turístico imobiliário (RODRIGUES, 2010, 2011) e, enredadas em conflitos internos e disputas pela terra, têm dificuldades para uma tomada de posição unânime sobre a questão. Por outro lado, quando confrontamos os princípios que orientam a Política Nacional de Turismo e os mecanismos de sua implantação, notamos algumas contradições e insuficiências para que ela atinja o que se propõe, em especial o objetivo de desenvolvimento e inserção social dessas comunidades tradicionais (2003, 2007, 2013). Rodrigues (2011) expõe esses elementos contraditórios e a difícil compatibilização entre esses objetivos, orientados por paradigmas opostos e conflitantes, o que redundando em pouca garantia dos direitos das comunidades tradicionais residentes nas áreas de interesse do capital turístico, assegurados em lei, bem como a premissa do baixo impacto ambiental, já que os órgãos estaduais e federais que emitem as licenças ambientais, como têm mostrado nossa pesquisa, nem sempre são isentos.

O acompanhamento processual do contexto de implementação de políticas de desenvolvimento no litoral Oeste cearense, sobretudo a pesquisa longitudinal na praia de Bitupitá, permite desenhar um quadro processual das mudanças aceleradas que vêm atingindo esta localidade. E, se por um lado, os pescadores artesanais de curral dessa localidade reforçam suas identidades como pescadores quando da chegada de políticas de desenvolvimento, acentuando em seus relatos expressões como “sou mesmo é pescador de curral”, “só faço esses trabalhos quando aparece turista, mas sou pescador, sempre pesquei desde menino”, por outro lado, eles veem a chegada do turismo como possibilidade de exercerem atividades de “ganho extra” nos períodos de alta estação. No pré-carnaval de 2016, no mês de janeiro, alguns pescadores de curral construíram barracas de venda de comidas e bebidas na orla da praia e no depoimento desses pescadores é notável tanto um sentimento de identidade como pescador, quanto o desejo de melhorar as condições financeiras de vida com o turismo.

Nesse contexto de expansão das políticas de desenvolvimento no litoral cearense, se faz imprescindível refletir sobre a classificação dos pescadores de curral

como povos e comunidades tradicionais, uma vez que o conceito surgiu, segundo Little (2002 p.22), para englobar um conjunto de coletividades que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este. Nesse sentido, o próximo capítulo versará sobre os modos de vida dos pescadores de curral de Bitupitá e os processos de mudanças vividos por esses pescadores, na tentativa de apontar as possibilidades de reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade sobre o território habitado e das regras que os fundamentam.

4 A PESCA DE CURRAL E OS PROCESSOS DE MUDANÇAS NA PRAIA DE BITUPITÁ, CEARÁ

No capítulo anterior, considerando o atual conjunto de agentes, relações e interesses envolvidos no litoral do Ceará, desenvolvo uma breve abordagem enfocando os processos políticos que comandam a dinâmica de efetivação de políticas públicas no referido litoral, bem como aponto que esses processos produzem transformações e conflitos que são vividos pelos povos e comunidades que vivem na zona costeira cearense. Nesse capítulo o enfoque recairá sobre a praia de Bitupitá, em especial aprofundamento sobre de que modo a referida localidade – que é alcançada pelas três políticas de desenvolvimento supracitadas no capítulo anterior e habitada por famílias de pescadores tradicionais que não tiveram seus territórios regularizados – agencia os processos de mudanças advindos com a dinâmica de efetivação das políticas públicas e quais os mecanismos jurídicos acionados por eles para reivindicarem o território que habitam e do qual retiram sua sobrevivência.

A localidade de Bitupitá tem aspectos peculiares que a tornam instigante ao estudo da atividade pesqueira tradicional em contexto de efetivação de políticas de desenvolvimento, uma vez que os pescadores de Bitupitá podem ser classificados como comunidades tradicionais, tanto no âmbito acadêmico como no plano legal, por vários aspectos, que foram apontados por Rodrigues e Araújo (2014). Na praia de Bitupitá a pesca ainda é a base da economia local sendo a única localidade da costa cearense onde a pesca de curral ainda é exercida de forma intensiva e os modos de vida e de trabalho são condizentes com as características apontadas pelos primeiros estudos sobre a pesca

artesanal no Brasil. Mais adiante irei descrever os aspectos do modo de vida dos pescadores da referida praia.

Conforme consta no aparato legal, o decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, pelo qual o governo brasileiro instituiu a PNPCT, são povos e comunidades tradicionais “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”, com formas de organização social próprias, com a ocupação de territórios e uso de recursos naturais “como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”, valendo-se de práticas e saberes transmitidos pela tradição.

Diegues (1999, 2001) e Alfredo W.B de Almeida (2008), desenvolveram estudos no meio acadêmico trazendo à tona uma discussão e uma definição de comunidades tradicionais. Para Diegues, comunidades tradicionais são grupos humanos que se diferenciam culturalmente, caracterizados por: intensa relação com a natureza e um conhecimento aprofundado sobre a mesma, transmitido de geração em geração; um modo de vida construído nessa inter-relação; noção de território que delimita a área que o grupo ocupa para morada e trabalho e no qual se reproduz; o exercício de atividades de subsistência ainda que haja relação com o mercado; a baixa acumulação de capital e pouca divisão do trabalho, sobre o qual o grupo detém controle sobre todo o processo, constituindo-se em práticas artesanais; tecnologia simples e reduzido impacto ambiental, além da importância atribuída à unidade familiar, às práticas culturais e à autoidentificação como comunidades tradicionais. Cunha e Mauro Almeida (2009), ao contrário de Diegues e Alfredo W.B. Almeida, se valem da noção de populações tradicionais, que nessa formulação se refere a grupos que lutam por se afirmar como tais e fazer valer os direitos que esta condição lhes garante.

Alfredo W.B. Almeida, entretanto, acentua o caráter político da forma de denominação, preferindo a denominação comunidades tradicionais a populações tradicionais em razão de considerar o segundo conceito esvaziado de seu sentido político à medida que adentrou na esfera governamental.

Para esclarecer esta classificação, é imprescindível apresentar as diferentes etapas do trabalho da pesca de curral e a lógica que rege as relações materiais e simbólicas de todo o processo. Irei apresentar as características principais que marcam a referida modalidade de pesca conectando com alguns estudos clássicos da pesca no Brasil.

4.1. Dimensão histórica da pesca de curral a partir dos estudos clássicos

O primeiro estudo no âmbito das ciências sociais sobre pesca de curral foi realizado pelo antropólogo Florival Alves Seraine intitulado “Curral de pesca no litoral cearense” publicado no Boletim de Antropologia (1958, v. 02). O autor realizou sua pesquisa etnográfica na Praia de Paracuru, registrou a existência de currais de pesca em quase todo litoral cearense, destacando os municípios de Acaraú, Paracuru, Itarema, Barroquinha e Trairi. Seraine, assim como Chaves (1973), registrou a presença mais intensa dos currais de pesca no município de Acaraú, na praia de Almofala. Seraine (1958) aponta ainda que à medida que se aproxima do litoral Leste do Ceará, a presença de outros tipos de pescaria como a pesca de linha e a pesca de caçoeira são privilegiadas, quase inexistindo a presença de currais de pesca (p. 257).

O referido antropólogo (SERAINE, 1958) aponta que a pesca de curral era uma modalidade de pescaria presente em todo litoral do Ceará que consistia na construção de grandes armadilhas de cipó e madeira instalados em alto mar. O referido autor vislumbra, citando alguns autores como, Sainz e Sancho, o registro do uso dessa modalidade de pesca desde 1801, estando dentre os principais tipos de pescarias realizadas no séc. XIX, sendo encontrada em países do continente africano, europeu e americano.

Luís Geraldo da Silva (1998) vislumbra que o processo de constituição histórica de comunidades marítimas na região Norte e Nordeste é muito mais complexo se comparada com a região Sul e Sudeste. O impacto da colonização portuguesa sobre a ocupação tradicional dos *Tupinamba*, o início da produção açucareira após a década de 1530, a presença maciça de africanos ocidentais desde finais do século XVI para trabalhar no mundo do açúcar, entre outros fatores, fez emergir quanto na pesca marítima no Nordeste, uma confluência de tradições culturais muito distintas.

Silva (1998) expõe que em fins do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, a multidão de “gente da Guiné” que invade o Nordeste, sobretudo como decorrência dos lucros provenientes da produção açucareira, foi destinada ao trabalho dos engenhos, mas também a outras atividades, como a pesca. Em Pernambuco, por exemplo, haviam corporações de pescadores na segunda metade do século XVIII, que tinha por “governadores” negros livres ou libertos.

Ainda segundo o referido autor, o fato dos negros livres passarem a imperar no domínio do mundo do mar do Nordeste, desde o início do século XIX, ou antes, está diretamente relacionado às linhas mais amplas da própria dinâmica histórica regional da população. Não apenas no Nordeste, mas em todas as áreas de escravidão precoce, isto é, iniciada em massa ainda no século XVI — caso do Peru, do México e do Panamá, entre outras áreas ibéricas do Novo Mundo — a população livre de cor tende a superar numericamente a população escrava, africana ou crioula, desde a segunda metade do século XVIII.

Seraine (1958), citando Gabriel de Mortillet, vislumbra que existiam povos e comunidades negras da África que utilizavam uma técnica de pesca idêntica à pesca de curral, em especial os negros Susu que em ocasião dos movimentos das marés construíam na praia cercados com ramagens e realizavam a despesca na preamar.

O uso do referido artifício, que pode mudar de denominação de acordo com o lugar que é praticado (por exemplo, gamboa e camboa em Moçambique, cercada no Pará e curral no Ceará e Pernambuco), é usado por ocasião dos movimentos das correntes de marés e construído por intermédio de uma relação peculiar com os fenômenos naturais de forma a garantir o funcionamento pleno da armadilha.

Na década de 1950, conforme levantamento feito pela Federação das Colônias de Pescadores do Ceará havia mais de mil currais construídos na costa cearense. No entanto, nos anos 1960 o mesmo levantamento foi feito e registrou menos de setecentos currais no Estado do Ceará. O município de Acaraú era o maior centro de produção do pescado do Estado do Ceará na referida época e era nesse município que havia a maior concentração de currais de pesca.

Em 1923, o art. 65 do Decreto nº 16.184, de 25 de Outubro do mesmo ano, instituiu a proibição da construção de currais em todo o Brasil. Segundo Seraine (1958), a lei foi criada devido aos prejuízos que os currais em alto mar ocasionavam as grandes navegações. No entanto, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, foi criado o Decreto nº 21.544, de 16 de junho de 1932, que instituiu a proibição de currais somente em rios e estuários e estabeleceu as regras para construção de currais no mar e nos mangues. Segundo o referido decreto os donos de currais deviam pagar taxas anuais e se inscrever na Capitania dos Portos para construir um curral no mar. Os locais devidos para construção de um curral eram definidos pela Capitania dos Portos e eram classificados como do tipo *a* e *b*, sendo os de tipo *a* os que tinham 30 a 50 braças (uma braça é igual um metro e meio, assim 50 braças equivale a 75 metros.) de comprimento

de espia; o tipo *b* deveria ter de 50 a 200 braças de comprimento de espia. Ver mapa de currais construídos na praia de Bitupitá do ano de 2016 e os “chãos de mar” dos currais que foram levantados em anos passados e que estão desativados (ANEXOS I).

A partir de 1932, os currais que eram construídos sem licença da Capitania dos Portos, eram derrubados e os pescadores tinham seus apetrechos de pesca apreendidos. Ainda no que se refere a esse decreto, havia outra taxa que os donos de currais deviam pagar sempre que a Capitania dos Portos julgasse necessário. Segundo consta no referido documento, as taxas pagas eram investidas em serviços de saneamento básico do litoral.

Atualmente, segundo os dados de campo informam, não há mais possibilidades de registro de novos currais na Capitania dos portos. Se antes de 2013, para construção de um curral, em Bitupitá, era necessário que os pescadores fizessem a inscrição na Capitania dos Portos solicitando o número de curral desejado para fazer o “levantamento do curral”, no ano de 2016, os pescadores que desejam possuir um curral devem comprar de outras pessoas que possuem um curral. Não há taxa alguma para ser paga na Colônia nem na Capitania dos Portos, o registro do documento de “posse de um curral” fica no nome do antigo proprietário e, desse modo, a pessoa que comprar um curral nos dias de hoje na praia de Bitupitá tem a obrigação de “dar uma maré” ao antigo dono do curral.

Algumas características geográficas da costa da praia de Bitupitá favorecem o desenvolvimento deste tipo de pesca, tais como as amplitudes das marés, os terrenos de fraca declividade e a existência de baixios próximos às margens. Trata-se de uma técnica de pesca artesanal que captura peixes de médio e até de grande porte. Os pescadores, orientados pelos fluxos das marés, instalam grandes cercados a distância de uma e até duas milhas da costa (entre 1600 a 3200 quilômetros). Essas armadilhas chegam a medir de 400 a 700 metros de comprimento por 6 a 12 metros de altura. São construídas geometricamente com varas e mourões - madeiras roliças - fincadas em águas rasas ou profundas, redes de nylon e telas de arame que revestem toda a estrutura de madeiramento do curral.

Segundo aponta Chaves (1973), o surgimento da pesca de curral, que em meados do século 1970 era praticada em quase todo litoral Oeste do Ceará, tem relação direta com o florescimento da pecuária no Nordeste, em particular no Estado do Ceará. Para Chaves, a técnica de pesca com imensas armadilhas instaladas em alto mar surgiu

como tentativa de aplicar um sistema tecnológico que fosse semelhante ao complexo da pecuária que teve resultados positivos e de alto prestígio no Ceará (CHAVES, 1973) .

Outros autores (SERAINÉ, 1958; TUPINAMBÁ, 1999) também fazem essa relação entre curral de terra e curral de boi. Para Tupinambá, a linguagem é um reflexo da interpenetração do binômio “terra e mar” que perpassa a cultura dos povos do mar. A autora cita os currais de pesca do litoral oeste do Ceará como um exemplo dos elementos da terra, em especial ao universo da linguagem de um sertão em seu processo histórico marcado pela pecuária influenciando as formas de uso do espaço marítimo.

Segundo Chaves (1973), a hipótese da influência da criação de gado sobre a pesca de curral se baseia, sobretudo no fato de existir, na pesca de curral, muitas das regras e categorias que existe na pecuária. A partir da concepção desse autor, pontuei no texto monográfico (ARAÚJO, 2013) que além do nome da armadilha ser denominada “curral”, mesmo nome do estabelecimento de criação de gado, há também os compartimentos da grande armadilha que recebem os nomes de chiqueiro, sala grande e salinha, e os trabalhadores dessa atividade são denominados por vaqueiro e mata – vaqueiro, são os mesmos nomes dados aos trabalhadores da pecuária e aos compartimentos onde o gado. Outro elemento semelhante da pesca de curral com o curral de gado diz respeito à divisão do dinheiro, que na pesca de curral é realizado pelo sistema quatro por um, o mesmo que prevalecia nas relações de trabalho da pecuária.

O antropólogo Chaves (1973) e o oceanógrafo Jacinto (1982) realizaram seus estudos no município de Acaraú, Ceará. O estudo realizado por Chaves enfatizou a organização do trabalho pesqueiro artesanal, privilegiando as modalidades pesca de curral e pesca de linha, já o segundo autor fez um trabalho minucioso da catalogação de mais de 78 espécies marinhas capturadas nas pescas de currais nos anos de 1978 a 1981 na praia de Almofala, Ceará.

Os estudos anteriores realizados sobre a pesca de curral mostravam a complexidade dos processos de trabalho desta pescaria. A primeira pesquisa sobre pesca de curral realizada na praia de Bitupitá (TAHIM, 1990), foco empírico deste estudo, aponta que a existência dessa modalidade de pesca no povoado provinha de Acaraú, trazida por filhos de imigrantes portugueses, por volta de 1869. A autora expõe que:

Desta época para cá, essa atividade evoluiu bastante, atingindo certo aperfeiçoamento em suas técnicas de construção. Antigamente eram feitas primitivamente de varas e cipós, fixadas na costa a pequenas profundidades, sendo uma espécie de cercado arredondado com uma entrada afunilada para o peixe. Com o tempo os curraleiros adquiriram

experiências pela prática e foram melhorando suas técnicas. (1990, p.09).

A referida autora aponta, ainda, que o emprego da pesca de curral no Nordeste, em especial no Ceará, vem desde o período colonial, e exerce papel de relevância na produção pesqueira deste Estado. Sendo os principais municípios que ganham destaque nessa produção aqueles em que há predominância da pesca de curral: Barroquinha, Camocim e Acaraú.

Já para Maneschy (1993) a pesca de curral era a base de uma das ‘grandes pescarias amazônicas’ do século XIX, tendo origem indígena e chega a se confundir com a identidade cultural dos próprios pescadores. Os elementos de origem indígena, segundo o autor, são expressos na própria terminologia correspondente, por exemplo, a palavra caiçara que provém do idioma tupi guarani (caá = mato, galhos, paus e içara = armadilha, cercado) e era usada tanto para denominar estacas colocadas à volta das aldeias como uma armadilha de pesca feita com galhos fincados na água. Outro exemplo, as redes cônicas com que se recolhem os peixes, eram denominadas puçás, também, chamadas de paris as varas que formam as paredes dos currais.

Outros estudiosos defendem que a pesca com armadilhas fixas teria sido exercida primitivamente no Algarve (Portugal) por colonos fenícios e cartagineses, na época grandes navegadores. Mais tarde, os árabes atribuíram às armadilhas fixas o nome de Almandravas, (do árabe Alma = lugar, e Darab = matar), ou seja, “lugar de matança” (PESSOA, 1997).

Segundo Silva (2001), apenas em 1869 foi que imigrantes portugueses ao se estabelecerem nas cidades cearenses de Acaraú e Camocim, perceberam que o mar tranquilo, a plataforma continental larga e a baixa declividade ofereciam condições ideais para o desenvolvimento da pesca de curral.

Para esse estudioso (SILVA, 2001) os primeiros currais de peixe surgiram em Pernambuco, mais precisamente na praia de Pau Amarelo, litoral Norte, pelas mãos de três portugueses, Pedro Lelou, Bartolomeu Bravo e Baltasar de Araújo, por volta de 1694.

Linster (2003) vislumbra que somente em 1915 o comerciante Demétrio Elias Tahim introduziu a pesca de curral no povoado de Pontal das Almas, na divisa do Ceará com o Piauí, nome do antigo povoado que foi soterrado pelas dunas. Hoje a área povoada é denominada de Bitupitá e está localizada a menos de 15 km do ainda chamado “Pontal das Almas”.

Segundo relatos dos pescadores da praia de Bitupitá, Demétrio Tahim foi esposo de Adelaide Tahim - mulher muito caridosa que morava na região que, como já dito, após seu falecimento foi considerada santa pelos moradores de Bitupitá. Os pescadores mais antigos da praia quando interrogados sobre a figura de Demétrio Tahim, recordam: “Eu num era vivo nessa época não, mas lembro de que meu pai dizia que ele era um homem muito ruim, mandava em todos da praia por que tinha muito dinheiro”.

Muitos moradores da praia e das regiões adjacentes narram que Demétrio Tahim e Adelaide Tahim eram casados e no início do século XIX, fugindo das guerras que ocorriam no seu país de origem, segundo eles denominado Palestina, se instalaram na localidade denominada Pontal das Almas, então pertencente ao município de Camocim.

Talvez o antigo nome dado à localidade, Almas, e que hoje é chamada de Bitupitá se justifique pelo fato de Demétrio Tahim ter origem Palestina e ter sido o primeiro homem a instalar a pesca com curral na localidade, dando o nome de Almandravas a essa técnica de pesca, que, como já dito, no árabe significa Alma (lugar) e Darab (matar), ou seja, lugar de matança (PESSOA, 1997).

No entanto, historicamente, como afirma Pessoa, não se sabe bem quem começou a usar essas grandes armadilhas, mas elas aparecem em muitos pontos do litoral brasileiro, sempre onde as marés comandam o ritmo da vida. Esse tipo de pesca é denominado de curral em muitos pontos do litoral da região Norte e Nordeste do Brasil, devido à disposição e à maneira como os peixes são capturados.

Levantamentos procedidos em 1958 pela Federação das Colônias de Pescadores do Ceará mostravam que existiam 1.122 currais de pesca no Estado, já os dados de 1961 mostraram o declínio para apenas 648 currais em toda a costa (PAIVA, 1997).

Segundo informações concedidas pelo presidente da Colônia de Pescadores Z- 23, Sr, Jonas Veras, em março de 2013 existia na orla marítima da praia de Bitupitá 220 canoas. A praia é considerada uma das maiores Colônias de Pescadores do Ceará, já que é constituída por mais de 1.500 pescadores artesanais que realizam a técnica da pesca de curral e as atividades associadas a mesma, como a construção de redes de emalhar. Ainda conforme seu relato, existia, no referido ano, vinte currais armados na distância de uma a duas milhas da orla da praia (uma milha corresponde a 1,600 km), e 18 pesqueiras de alvenaria e de palha em toda a praia, e dois marceneiros que são os responsáveis pela construção das canoas da região. No ano de 2015 alguns destes

números mudaram: 39 currais de pesca, mais 2.000 pescadores e um numero reduzido de pesqueiras, menos de cinco pesqueiras na região.

Até 2015 a maioria dos moradores de Bitupitá vivia exclusivamente da pesca de curral e das atividades relacionadas a ela durante todos os períodos do ano, isto é, tanto no inverno quanto no verão os pescadores realizam atividades pesqueiras como única fonte de renda, não havendo a articulação entre pesca e agricultura apontada por Acheson (1981), Diegues (1983) e Maldonado (1993).

No entanto, é interessante ressaltar que grande parte dos pescadores de Bitupitá quando se aposentam dedicam-se integralmente aos trabalhos na lavoura. Muitos deles possuem um pequeno terreno nas áreas adjacentes da localidade, onde plantam milho, feijão e melancia. Quando questionados sobre as suas inserções na atividade pesqueira o pescador Sr. Cleonor, por exemplo, relatou:

Trabalhei muitos anos pescando, desde meus 16 anos pesco, mas agora to veio não dá mais. Tenho um roçado bem ali, planto feijão, mandioca e melancia. O trabalho na roça é melhor que pescar por que pelo menos lá (referente ao roçado) tô no que é meu.

Outros fazem afirmativas parecidas como a do Sr. Ricardo pescador de 83 anos: “meus pais eram agricultores, mas o negócio ficou difícil e meu pai decidiu vir tentar a sorte em Bitupitá por que sempre as pessoas diziam que pra essas bandas tava dando muito peixe”.

As atividades para realização desta pesca são desenvolvidas em total sinergia com as fases da natureza comportando diversas etapas que se dão numa intensa relação tanto no ambiente marítimo, quanto na terra. Os trabalhos vão desde a retirada da madeira entre as matas e estradas, quanto do transporte da madeira para preparação de mourõesna praia, a preparação dos arames e telas, bem como das esteiras que revestem o curral; depois, no mar, a construção dos currais, que envolve várias fases: a marcação, o soterramento dos mourões e o revestimento dos mesmos com as esteiras; e, por fim, a despesca (retirada dos peixes da armadilha), que envolve outros trabalhadores com habilidades específicas de lançamento da rede, mergulho e manejo das mesmas no fundo do mar, bem como a sua condução à superfície, repletas de peixes para carregamento nos barcos que estão à espera. Mas, há ainda as tarefas de manutenção de barcos e currais e, conseqüentemente, um número mais elevado e mais diversificado de técnicas e habilidades envolvidas.

É importante expor que existe, também, na praia de Bitupitá, apesar da presença intensa da pesca de curral, tanto a coleta de mariscos e ostras na região de

manguezal, atividade realizada pelas mulheres para o consumo familiar, quanto variadas modalidades de pesca como a de espinhel, rede de gamboa, manzuá, tarrafa, linha e caçoeira; essas últimas são realizadas geralmente por jovens filhos dos pescadores mais velhos ou antigos da praia. Na Pesca de espinhel o pescador amarra em dois troncos de madeira uma linha de nylon com, no mínimo, trinta anzóis (pedaços pequenos de peixes ou minhocas) e estica a linha, fixando-a em águas rasas - onde o nível não ultrapasse a cintura - os dois troncos de madeira. Após seis horas, o pescador (a) retira a linha, que muitas vezes vem com bastante peixe. O fato dessa modalidade de pesca poder ser realizada em águas rasas – também são colocadas espinheis em águas profundas, geralmente os pescadores que despescam os currais realizam esta pesca - permite que algumas mulheres a pratiquem.

Quando estão na faixa etária de 15 a 18 anos, os filhos dos pescadores praticam a pesca de linha e de caçoeira - espécie de redes de nylon tecidas com pequenos espaçamentos. Essa prática de pescaria representa a iniciação dos jovens na vida marítima, é o primeiro nível de conhecimento adquirido para serem pescadores de curral. A canoa entra no mar com dois ou até quatro pescadores que levam na embarcação o rancho (comida composta geralmente por frango assado e farinha), uma lamparina (espécie de lâmpada a óleo) e espécies de pequenas redes para dormir, chamadas puças. Esses pescadores passam no mínimo três e no máximo cinco dias no mar realizando a pesca com linha ou com caçoeira.

Estudiosos da pesca de curral, tanto no Ceará (SERAINÉ, 1958; PAIVA E NOMURA, 1965; PAIVA E FONMALDONADO- FILHO, 1968; COLLYER; AGUIAR, 1972; CHAVES, 1973 JACINTO, 1982; TAHIM, 1990; OSÓRIO; ARAÚJO, 2002; RIBEIRO, 2004) quanto em outros estados da região nordeste (FIDELLIS, 2013; MANESCHY, 1993; PIORSKI, 2009; SILVA, 2013) e alguns em território internacional (BENTO, 2010) apontam em seus estudos que a pesca de curral se constitui como um processo de trabalho bastante complexo e anunciam que apesar de cada lugar adotar nomes diferentes para esse tipo de pesca – cercadas, armadilhas, gamboa, estacadas, marcas de barragens, tribobós e ganchos – há alguns aspectos culturais e sociais similares nos mais diversos locais em que são encontradas. Uma delas diz respeito à dimensão artesanal ou/e tradicional desta técnica de pesca.

Observei que a atividade da pesca de curral na praia Bitupitá é uma pesca artesanal, uma vez que para sua execução os pescadores possuem um conjunto de conhecimentos sobre meio ambiente, as condições das marés, a identificação dos locais

de pesca e o manejo dos instrumentos de pesca. E este conjunto de conhecimentos faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais que é, em geral, transferido de pai para filho e guardado cuidadosamente pelos pescadores, como apontam alguns estudos antropológicos e sociológicos realizados no Brasil recentemente (MOURÃO, 1971; DIEGUES, 1983; SILVA, 1993; MALDONADO, 1993) sobre a discussão da pesca artesanal.

Bento (2010) destaca a dimensão artesanal da técnica de pesca com curral em Moçambique, denominada de gamboa armadilha. Em trabalho de campo realizado entre 1969 a 1974, o antropólogo Carlos Lopes Bento (2010) descreve no texto “Memórias de Cabo DelRenato - Notas sobre algumas das seculares manufaturas das Ilhas de Querimba ou de Cabo Delgado” as dimensões artesanais de como é realizada a pesca de gamboa-armadilha:

Para além das redes, principalmente de emalhar, utilizam-se, ainda na pesca a gamboa, também denominada luando, uma espécie de tapa esteiros a que Romero chamou de ganvôa, é constituída por um cercado de paus entrelaçados de laca-laca, com cerca de um metro de altura e 50 de comprimento que se espetam no lodo ou areia. Com a forma de V ou de ferradura, a gamboa se fixa com ajuda de suportes, próximo da beira mar, em locais com algum declive, de tal modo que na baixa mar fiquem em seco. Com a encher da maré as espécies entradas no cercado ficarão, com o abaixamento das águas, retidas, na parte mais baixa da gamboa, em gaiolas (quiumba), onde, normalmente, se colocam engodos apropriados, capazes de atrair grandes quantidades de pescados. (Bento, 2010, p. 8).

Outro autor que dá destaque ao caráter artesanal da pesca de curral é Joilson Cruz da Silva (2013) na sua pesquisa intitulada “As Comunidades Remanescentes de Quilombos e a Preservação Ambiental na Região da Baía de Camamu – Bahia”. Segundo o autor, a prática de instalar gamboas é comum na referida região. E enfatiza que se trata de uma armadilha feita em estrutura de madeira, envolta em uma esteira feita com a folha da piaçava. Silva (2013) aponta que essa estrutura é armada artesanalmente pelos pescadores de tal maneira que os peixes, ao entrarem, dela não conseguem sair, tornando-se uma presa fácil que, dependendo do tamanho e do peso dos peixes, os pescadores pegam-nos com rede ou com arpão, há, também, na região, áreas no mar que os pescadores denominam de pesqueiros e, que, como as gamboas, por tradição, passam de pais para filhos .

Os estudos de Seraine (1958), Chaves (1973) e Tahim (1990) no litoral do Ceará já informavam que a construção de um curral de pesca não se dá de forma aleatória, desde a escolha do ponto de fixação da armadilha. O local é escolhido de

acordo com a natureza do solo onde serão fixados os mourões e de acordo com as carreiras d'água e o sentido dos ventos. Um ponto interessante é a forma como se estabelecia a propriedade do “chão do curral”. Uma vez que o terreno marinho era marcado pela primeira vez ali se instalava o “marcador” , indivíduo responsável pela tarefa de fixar o local onde os mourões serão colocados, o que estabelece o dono daquele chão (hoje, o termo utilizado é terreno) sendo possível, após o seu registro na capitania dos portos, a venda ou arrendamento a estranhos; também cabendo transferir a posse de pais para filhos.

No ano de 2016, não existe mais a possibilidade de expandir o número de currais naquela área – há na região mais de 35 currais em uso, divididos em terrenos que recebem o nome de linhas ou carreiras A, B, C e D e que estão sob o registro e controle da Capitania dos Portos – mas esta atividade sempre conferiu ao marcador uma grande importância na territorialização do espaço marinho, já que a cada dois anos o curral tem que ser “remarcado”. O marcador de curral, na referida praia, tem um respeito e prestígio semelhantes ao que grande parte da literatura sobre a pesca artesanal atribui ao mestre das equipes de pesca quando da descoberta de pesqueiros, locais que a partir de sua descoberta e posterior publicização tornam-se posse da equipe para a exploração dos recursos marinhos (MALDONADO, 1993). Como apontado por Rodrigues e Araújo (2014), isto se faz presente também nos estudos desenvolvidos por Forman (1970), Kottak (1966), Cordell (1989). Vale notar, também, que os atuais marcadores são antigos mestres de embarcação.

Na construção dos currais, os saberes transmitidos por gerações e o saber vivido e experienciado de cada pescador são privilegiados. O Sr. Cleonor, de 76 anos e com mais de 35 anos de experiência em armar e levantar curral, - orgulhoso de todo seu conhecimento - , relata:

Minha fia todo curral é igual, tem a espia, a sala grande, a salinha e o chiqueiro, mas se o montador do curral não for experiente e a montagem não for bem feita, não pega peixe. Ai também tem o marcador que diz o lugar bom pra gente armar o curral, esse sim tem que ser bom, por que um curral marcado num lugar ruim não pega peixe. Ele tem que saber o lugar bom pra marcar onde vai ser feito o curral. Olha eu já montei e armei muito curral, mas sempre que vou montar um aprendo coisas novas. Para armar o curral precisa de muito cuidado, se num souber colocar os mourões o curral é derrubado com o movimento da maré. Oh se o curral for bem feito mesmo dura dez meses, aí depois precisa ser refeito. Porque aquele arame que fica ao redor do chiqueiro a gente tem que trocar por que a maresia acaba com eles. A gente coloca novos arames e bate novamente os mourões para ficar firme lá no chão, por que a maré deixa mole sabe, mas é só alguns.

Os construtores de currais desenvolvem, organizam e transmitem esses saberes no exercício rotineiro das atividades de cunho pesqueiro. A transmissão de saberes, assim como o próprio conhecimento tradicional opera de forma similar ao apontado por Cunha (2009), “com unidades perceptuais, com qualidades segundas, coisas como o cheiro, cores, sabores” (CUNHA, 2009). Com o relato do Sr. Cleonor fica evidente que o conhecimento desses pescadores não se limita a um tempo cronológico, nem com algo estático e fechado. Trata-se de uma obra aberta, inacabada que está se fazendo cotidianamente, como afirma Cunha (2009), ao discorrer sobre os saberes e conhecimentos tradicionais.

No Ceará, na praia de Bitupitá a pesca de curral consiste na captura do peixe pela construção de arranjos de cercas de cipó e esteiras de madeiras roliças, nylon e arame que possuem passagens intrincadas e sinuosas consideradas como labirintos e que são instaladas na plataforma continental. Na referida praia, a pesca de curral é realizada em mar aberto a uma distância de uma até duas milhas da costa litorânea (equivale à distância de 1.600 a 3.200 quilômetros). Há mais de cem anos essa técnica de pesca é utilizada pelos pescadores da região a partir do conhecimento metódico, orientador das diferentes fases do processo de trabalho do pescador de curral e, de forma mais ampla, das técnicas e das estratégias desenvolvidas nesta atividade, fruto de planejamento, perspicácia, observação e relação aprofundada com a natureza. Essas estruturas de conhecimentos e de técnicas estão em constante aprimoramento e reformulações a partir das experiências cotidianas dos pescadores.

Almeida (2008) e Cunha (2007) afirmam que o conhecimento tradicional, se desenvolve pela interação dos povos e comunidades com as regularidades e com a diversidade da natureza, no aprendizado e domínio de sua dinâmica complexa, constituindo-se em saberes que se materializam nas práticas produtivas, sejam elas pesqueiras, extrativistas, agrícolas ou artesãs.

Tomando como referencia a concepção de Lévi- Strauss no que diz respeito aos saberes tradicionais, este defende que tanto o conhecimento científico, quanto o tradicional repousam ambos sobre as mesmas “operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo apetite de saber: procuram entender e agir sobre o mundo” (LEVI-STRAUSS, 1962, p. 53). Segundo o antropólogo, ao comparar o pensamento mítico com o científico, as diferenças provem dos níveis estratégicos distintos a que se aplicam.

O pensamento mítico não é estruturado a partir de outras estruturas, mas no plano prático utiliza resíduos e fragmentos de fatos para elaborar estruturas e a ciência com suas hipóteses e teorias, consequência de muitas estruturas cria seus meios e resultados e expõem em forma de fatos.”(LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 193)

Compreender a lógica do sistema de conhecimentos dos pescadores de currais da praia de Bitupitá a partir da analogia que Lévi-Strauss faz do pensamento mítico com a bricolage reside no fato de que, tanto o trabalho de um bricoleur, quanto a lógica dos saberes tradicionais se desenvolvem e operam a partir dos materiais e utensílios disponíveis no meio (LÉVI-STRAUSS, 1962). O bricoleur, assim como o pescador, quando diante de uma tarefa se vale de um conjunto predeterminado de conhecimentos teóricos e práticos que limita as soluções possíveis. Como podemos confirmar nesse relato do sr. Juvenal:

A gente tem que tá todo tempo consertando o curral. Fui pegar esses pedaços de corda lá nas Almas pra amarrar uns mourões que estão solto no meu curral. Tenho uns arames ali no meu quintal [...] vou levar amanhã para os currais pra consertar uns buracos que tem no cercado do chiqueiro. Os peixes menor tão tudo fugindo por esses buracos.

A lógica utilizada pelo pescador para consertar os apetrechos da pesca é semelhante a do bricoleur – artesão – que utiliza os recursos e materiais disponíveis no meio para criar seu artesanato. O pescador usando os materiais encontrados na praia- como pedaços de corda e arame- realiza, a partir de saberes acumulados de gerações e (re) atualizados cotidianamente, a manutenção necessária e urgente do curral de pesca.

Para se tornar um pescador de curral é preciso conseguir interagir, antes de tudo, com os recursos naturais e ter percepções do tempo e do espaço diferentes daquelas da sociedade abrangente - na qual a localidade está inserida-, já que os riscos e as incertezas das atividades pesqueiras exigem um arcabouço de saberes detalhados e exatos ligados ao meio ambiente. Um pescador disse-me, parodiando, que:

Ó, quando a gente vai mais de três vezes pro curral e não pega muito peixe, pode ir ver que tem mero na boca do curral (risos). Quando a pesca tá ruim a gente tem que descobrir o motivo. Quando a água tá muito limpa os peixes saem do curral, quando tem um tipo de peixe chamado tubarão- mero dentro do curral os outros peixes não entram não. Ó, os currais lá de fora são bons só num período do ano, depois fica ruim lá e fica bom aqui pros currais de beira.

Como confirmado pelos depoimentos dos pescadores percebe-se que a atividade de pesca de curral está enraizada na observação constante e cautelosa do ecossistema local. Não somente a etapa de despesca é permeada de conhecimento

tradicional, mas também a atividade de construção do curral, sendo uma fase marcada por fortes e intensas relações com o meio natural, relações essas completamente diferentes das que regem as formas modernas dominantes. O pescador Cleonor, de 75 anos, homem experiente na arte de marcar curral explica que:

O curral é interessante por que todo peixe gosta de madeira, mas tem que ter toda uma filosofia. Primeiro a gente tem que saber usar a madeira certa, por que se usar madeira de Eucalipto ela espanta os peixes, a madeira boa mesmo vem lá do Maranhão, perto das Barreirinhas... É assim o peixe vai seguindo a sombra dos mourões, sabe?! Ele vai indo pela sombra dos paus da espia até chegar na sala grande, daí num tem mais como ele sair, ele vira pra cá, pra lá (risos), mas a forma como a gente faz a sala grande não deixa ele sair-aí ele vai pro chiqueiro que é onde a gente pega eles.

São formas de pensar, agir, relacionar-se, construir e experimentar o natural de maneira peculiar. Trata-se, como afirmar Escobar (2005, p.03) de “um modo de vida em que o social está inteiramente integrado com o meio natural”. Acerca da caracterização precisa dos modelos locais da natureza, isto é, como povos e comunidades constroem a natureza de maneiras impressionantemente diferentes das formas modernas dominante, como eles designam, e portanto utilizam, os ambientes naturais de maneiras muito particulares, Escobar pontua que:

Apesar de as fórmulas específicas para ordenar todos estes fatores variarem imensamente entre os diferentes grupos, tendem a ter algumas características em comum: revelam uma imagem complexa da vida social que não está necessariamente oposta à natureza (em outras palavras, uma na qual o mundo natural está integrado ao mundo social), e que pode ser pensado em termos de uma lógica social e cultural, como o parentesco, o parentesco estendido, e o gênero vernáculo ou analógico. Os modelos locais também evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas. (2005, p. 4)

Sobre este ponto é importante expor que entre os pescadores artesanais do litoral Cearense, em particular os pescadores de currais de Bitupitá, há formas de apropriação do mar e da terra articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos tanto do meio marítimo, quanto do meio terrestre. No caso dos pescadores de Bitupitá, o usufruto de determinadas áreas estende-se para além da terra para incluir territórios marinhos. Segundo Soraya Tupinambá (1999) a “territorialidade” desses pescadores se constrói por meio de intensas relações que eles estabelecem com o mar e com a terra, ou seja, a territorialidade existe a partir do binômio “terra e mar” que se constitui através de uma espécie de “territorialidade relacional”, segundo a autora. Para os pescadores de currais de Bitupitá, a “marcação” do “chão de mar” realizada para

construção de um curral é um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar. A mesma importância é dada para a orla costeira, já que aí ficam os barcos que são levados para o mar pela técnica de rolamento. A familiaridade dos pescadores com os “territórios marítimos”, chamados de currais, cria “territórios relacionais”, como nomeia Tupinambá, que são incorporados à prática da pesca de curral. Nesse sentido, na mesma medida em que é um recurso, o mar compreende também a noção de lugar, mediante a qual os pescadores de currais definem e delimitam sua territorialidade.

Além da dimensão de total interação com o meio natural, a pesca artesanal deve ser considerada, segundo Diegues (1995) e Silvano (1997), como aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias participa diretamente da captura de pescado, utilizando instrumentos simples, baseando-se em conhecimentos adquiridos de pai para filho ou dos mais velhos da comunidade.

A transmissão do conhecimento tradicional na praia de Bitupitá é resultado da observação constante e, muitas vezes, do acompanhamento dos mais jovens na orla marítima nas atividades da rotina de trabalho dos mais velhos, geralmente seus pais. Como expõe esse pescador: “Meu pai pescou muito. Levava a gente pra pescar com ele em alto mar. Hoje sei pescar por que vi muito como meu pai fazia pra pegar os peixes. Desde dos doze que meu pai levava eu e meus três irmãos pra pescar com ele”.

A continuidade da pesca de curral fica a cargo das próprias famílias de pescadores de Bitupitá que no cotidiano inserem seus filhos, desde cedo, no mundo da pesca. Enquanto os meninos aprendem com os pais o manuseio dos apetrechos da pesca na orla marítima- acompanhando, muitas vezes, o pai até os currais -, as meninas, nos alpendres de suas próprias casas, se familiarizam com ato de tecer as redes de pesca; e, da mesma forma, acompanham as mães na coleta de mariscos no mangue.

Diegues (1973) elencou cinco dimensões principais na caracterização da pesca artesanal: relações de trabalho, tecnologia, tradição de pesca, comercialização e ambiente ecológico. Para o autor, o pescador artesanal tem controle total ou parcial dos meios de produção e do processo de trabalho. Ademais, “é o próprio pescador artesanal que faz ou conserta os aparelhos de pesca, movimenta a embarcação, procura os locais apropriados para a captura, pesca e vende o produto” (p.112). Um elemento importante que está presente nessa caracterização é a autonomia do pescador, a “liberdade” que o diferencia do pescador embarcado (DIEGUES, 1983). Isto fica bastante claro, também, na exposição das diferenças e conflitos entre os pescadores de canoas e de botes referidos por Robben (1994). A essa liberdade e autonomia se agregam os

conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, a experiência e o aprendizado com os mais velhos.

Outro elemento importante apontado por Diegues (1983) é a amizade, o companheirismo e a solidariedade existentes na equipe. Afirma o autor que o maior fator de distinção entre a pesca artesanal e a industrial seria o que ele denomina de “corporação de ofício”, ou seja, o sentimento expresso pelos pescadores artesanais de formarem um grupo que detém uma profissão, conhecimentos e técnicas específicas que lhes confere o sentido de pertencimento e, portanto, de identidade. E mesmo quando existem formas variadas de relações de trabalho e de domínio dos meios de produção o autor indica outro elemento de diferenciação: o controle do processo de trabalho que distingue a pequena produção da grande empresa capitalista. Cita casos também em que ocorre o que ele denomina “parceria”, situações em que não há um controle total nem sobre os meios de produção nem sobre o processo de trabalho. Exemplifica com o caso dos pescadores de lagosta do Espírito Santo em que o pescador tem a rede, mas não o barco, sendo o resultado dividido pelo sistema de partes.

Em seu estudo sobre os caiçaras do litoral brasileiro e de outras populações tradicionais, Diegues (1996) descreve as variadas formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais baseadas num conjunto de regras e valores consuetudinários, da “lei do respeito”, e de uma rede de reciprocidades sociais, onde as relações de parentesco e compadrio assumem papel preponderante.

Em Bitupitá, as relações de parentesco estão bem mais presentes na composição de equipes de trabalho nos currais de beira e de meia-carreira, estando as relações de trabalho nos currais de fora menos marcadas por essa característica.

Mas o que interessa reter é que se, por um lado, a atividade pesqueira é marcada por relações que se configuram dentro de uma sociedade capitalista, como, por exemplo, os vínculos com a lógica de venda de peixe para o mercado, a incapacidade dos pescadores de acessarem o mar livremente para a pesca, por outro lado, não tendo a propriedade dos instrumentos de produção, como a canoa e o curral, eles se unirão entre eles, a um dono de curral e à sua embarcação e, ainda, receberão um tipo de remuneração que está diretamente vinculada aos resultados do trabalho, isto é, os pescadores são remunerados pela quantidade de peixe capturado e não pelos esforços e atividades demandados na pescaria.

Há várias características da atividade pesqueira que permitem interrogar o “seu caráter puramente capitalista” (PESSANHA, 2003) em comparação com a pesca

industrial. No caso da pesca de curral, na praia de Bitupitá, não há propriedade absoluta dos instrumentos de pesca por parte dos donos de currais, nem a remuneração na forma de salário, nem um trabalho comandado pelo tempo do relógio – mas um tempo marcado pelos movimentos da natureza.

No entanto, o fato de não terem horários determinados para realizarem essas tarefas é uma condição da atividade pesqueira e, conseqüentemente, dá ao pescador um status inferior ao do trabalhador assalariado. Isto porque a forma como são organizadas as suas relações de trabalho e o modo como o trabalho pesqueiro se realiza – por meio de relações informais que se desenrolam integradas às condições sociais e naturais do meio – liga a figura do pescador à imagem do aventureiro, do vadio e ocioso, ficando para esses a tarefa de construir uma imagem coerente da pesca como um trabalho. Nesse âmbito, os pescadores ficam cada vez mais em condições desfavoráveis e de marginalização (MALDONADO, 1993).

Apesar da pesca de curral de Bitupitá estar inserida na sociedade capitalista, ela não segue completamente a racionalidade do modo de produção capitalista, mas media os efeitos do modo de produção capitalista a partir de “esquemas culturais locais”, esta última expressão numa referência a Sahlins (2003).

Sobre a classificação dos currais em Bitupitá, Tahim aponta que desde 1990 é feita de acordo com a distância da costa, do tamanho do curral e do material utilizado na sua construção. Assim, notamos que currais de beira (mais próximos à praia), currais de meia carreira (a meio caminho entre os currais de beira e os de fundo) e currais de fora (situados a até três quilômetros da orla) exigem cálculos diferenciados quanto à força dos ventos e das marés, o que define o material que deverá ser utilizado para a feitura das telas, sendo obrigatório o uso do arame para aqueles localizados a maior distância. Dependendo do local onde os currais são instalados, o material é modificado e adequado à nova situação. Evidentemente há razões econômicas e ambientais que estão envolvidas nessas diferenças entre currais de beira, de meia-carreira e currais de fora, sobretudo porque a área do curral é tratada como terreno, adquirido e registrado, e fatores ambientais como a pesca predatória têm impulsionado os donos de currais a construírem cada vez mais nas regiões de fundo, mas estes são aspectos que não iremos aqui tratar detalhadamente. Como expôs Rodrigues (2014) o que importa reter é a lógica que rege todo o processo e as diferentes etapas do trabalho.

Os materiais necessários para a construção de um curral em Bitupitá, independente de sua classificação, são os seguintes: vara de manguezal, linha de nylon,

arame e mourão, espécie de madeira roliça, a mais usada para servir de mourão (madeira que sustenta todo o curral) é a “Pau-pombo” (*Tapiriraguianensis Alb.*), e são extraídas no estado do Maranhão sob a liberação do órgão competente, o (extenso se for a primeira vez que aparece no texto) IBAMA. Segundo depoimento dos pescadores, quando essa madeira entra em contato com a água adquire resistência de ferro. Pode ter até 15 metros de altura e até cinco centímetros de largura.

Os currais de Bitupitá podem chegar a medir, no conjunto de seus compartimentos: entre trezentos e quinhentos metros de comprimento e em torno de seis a nove metros de altura. A estrutura básica consiste em mourões firmemente fincados em bancos de areia e revestidos com esteiras de arame, possuindo a forma tipo coração, a mais comum dos variados tipos de currais que existem no Brasil. Esse formato de curral compõe-se dos seguintes compartimentos: uma espia – trata-se de uma cerca retilínea que penetra num compartimento em forma de coração que é o segundo compartimento chamado de sala grande que, por sua vez, se acopla ao terceiro compartimento denominado de salinha que tem a mesma forma da sala grande só que com menor dimensão; por último vem o chiqueiro que, acoplado ao compartimento anterior, tem o formato arredondado e complementa a “grande armadilha”.

A espia é composta por duzentos a trezentos mourões fincados em águas rasas ou profundas, em uma linha retilínea. Os mourões são instalados a uma distância de meio metro de um para o outro, sendo intercedidos por varas de manguezal. Essas varas são firmemente presas a uma tela de arame que reveste toda a espia. A montagem dessa tela de arame com varas é feita na orla marítima. Esse compartimento pode chegar a medir trezentos metros de comprimento. Esta parte do curral é aquela com a qual o peixe primeiro se depara.

A sala grande e salinha têm forma de coração e também são compostas por mourões, varas e esteiras de arame. A sala grande complementa a “espia”, encaminhando o peixe para os próximos compartimentos. As dimensões médias da sala grande são: largura da boca vinte metros; altura de dez metros; comprimento de 105 metros e largura de sessenta metros. São necessárias vinte esteiras de arame tamanho 12 com espaçamentos de cinco centímetros entre os nós para revestir os mourões e as varas desse compartimento. A salinha tem as mesmas características da sala grande, mas tem as seguintes dimensões: largura da “boca” cinco metros; altura 11 metros; comprimento trinta metros e largura de trinta metros.

O “chiqueiro” é um cercado circular que contém uma pequena abertura, chamada de “boca do chiqueiro” com uma largura média de quarenta centímetros, por onde o peixe entra. É formado de arame de polietileno tamanho 14. O “chiqueiro” é mais alto do que os outros compartimentos medindo até 15 metros de altura. Na armação do “chiqueiro” são fixados, na parte mais alta dos mourões, malhas de nylon de cinco centímetros entre os nós. A parte que fica abaixo da água são revestidas com esteiras de arame com três centímetros entre os nós (mesma dimensão da esteira de arame da salinha).

Um curral fica pronto para uso depois de três meses – os pescadores trabalham “três águas do mês” como dizem, e isto corresponde aos 15 dias de marés mais baixas do mês – de intenso trabalho realizado nas marés baixas pelos pescadores construtores de currais. Esses currais em média têm uma durabilidade inferior a um ano, em torno de nove meses, e após esse período os pescadores se envolvem seguidamente em diferentes atividades, como as de reparo e reposição de mourões, arames e outros materiais que compõem a sua estrutura; esse trabalho dura cerca de dois meses. Após dois anos de uso, o “chão de mar” ou terreno em que foi construído o curral é desativado e remarcado novamente pelos “mestres marcadores” que se orientam pelas mudanças de ventos, marés e alterações ambientais marítimas para reposicionar o novo curral a ser construído. Essa etapa de marcação dura menos de um mês – Tahim (1990) afirma que já em 1989 só havia três marcadores de currais em Bitupitá. Atualmente há quatro “mestres marcadores de currais” na praia.

Sobre a marcação dos currais um ponto de grande importância diz respeito às medidas de comprimento usadas na região pelos pescadores para todas as etapas da pesca de curral, desde a marcação até o momento de despesca. As medidas são feitas através das partes do corpo e em algumas etapas, há o uso de pedaços de cordas de nylon. No entanto, as braças, palmas e dedos são as medidas mais usadas para armação e construção do curral de pesca na praia de Bitupitá. Quando interrogados sobre o tamanho dos compartimentos dos currais eles não usam o sistema métrico decimal, utilizam sempre os termos, como por exemplo, “uma braça”, sendo essa correspondente a distância que vai num homem de tamanho médio, com os braços estendidos horizontalmente, da extremidade dos dedos de uma das mãos à dos da outra. É considerada a “braça marítima” que equivale a sete palmos e no sistema métrico corresponde a 1m60. Como podemos observar nesse trecho tirado da minha monografia (ARAUJO, 2013),

O marcador de curral com auxílio dos cinco homens realizará a ação de medir; “seis braças” (9 metros) de comprimento- uma braça equivale a um metro e meio- para o “chiqueiro”; dezenove braças (28,5 metros) para a “salinha”; e “setenta braças” (105 mt) para a “sala grande”. Para a espia são medidas 250 braças, que equivale a 200 metros de comprimento. As medidas da marcação do curral são tiradas pelo marcador com auxílio de seu braço e de um pedaço de corda; após mergulhar na água, o marcador indica o local em que o primeiro mourão deverá ser fincado. Depois de posto em pé e fincado na água pelos cinco homens- chamados de “batedores de mourão” - essa madeira servirá de referência para se retirar as medidas dos outros compartimentos do curral que também serão marcados com mourões e medidos com os braços e as pernas dos pescadores. (ARAÚJO, 2013, p. 34).

Segundo Seraine (1958, p. 272), em referência ao estudo do antropólogo norte-americano Robert Lowie no seu livro *Antropologia Cultural* (1947), sublima que essas formas de medida foram usadas para medir as peles de gado e que os californianos e melanésios mediam as conchas que serviam como moeda de troca por medidas marcadas com a mão.

Na etapa de construção há as seguintes fases: “marcação”, “amourramento” e o “levantar de esteiras”. Já no momento de despesca constatamos que o trabalho de despesca o curral é constituído de quatro fases cruciais, as quais classificamos da seguinte maneira: a “saída para o curral”, a “despesca no chiqueiro”, a “divisão nas cordas” e a “chegada em terra”, marcada por uma espécie de leilão do que foi pescado. Nesses processos de trabalho, de marcação e construção dos currais, bem como nos processos de despesca e manutenção dos currais, há uma variedade de trabalhadores com habilidades específicas para garantir que essas armadilhas, que não utilizam nenhuma espécie de isca para a captura, funcionem de modo a levar o peixe a movimentar-se “espontaneamente” para dentro dela. Os fatores mais importantes que garantem a eficiência desta arte de pesca – além dos fatores naturais como o regime de chuvas, as marés, às luas e os ventos – são: a sua localização e a disposição de seus compartimentos com relação às correntes de maré. Segundo relatos de pescadores experientes da praia de Bitupitá, a pesca de curral é mais proveitosa nas águas de lua cheia, no inverno e quando os ventos estão brandos (geralmente, nos meses de maio a julho).

Em Bitupitá os currais são despescados- ato de retirar os peixes de um curral- uma vez por dia, na primeira baixa-mar – maré baixa –, com exceção dos que se situam perto da costa, os quais são despescados até duas vezes por dia. No Ceará, a fauna capturada por este tipo de armadilha, apresenta grande diversidade, sendo constituída por 78 espécies distribuídas em 35 famílias (JACINTO, 1982). Um aspecto

interessante diz respeito ao fato dos peixes ficarem vivos, dentro das armadilhas, até a chegada do pescador. Esse é um aspecto considerado pelos conservacionistas como uma das características mais interessantes do curral, pois evita a morte acidental de espécies não comerciais ou de exemplares fora de padrão. Os peixes indesejados são simplesmente soltos, sem ferimentos ou excesso de estresse. Neste momento é de suma importância destacar as etapas de despesca dos currais e suas dimensões simbólicas.

De acordo com as observações feitas em campo e registradas em um diário, e também, com auxílio de informações cedidas por pescadores da praia, pude constatar que a pesca de curral é constituída de quatro momentos cruciais, aos quais classifiquei e nomeei da seguinte maneira: 1) a “saída para o curral”; 2) a “despesca no chiqueiro”; 3) a “divisão nas cordas”; e 4) a “chegada em terra”.

Essas etapas da pesca de curral constituem um ritual que potencializa laços de identidade, relações de poder, hierarquias, conflitos, além das muitas fragilidades a que estão expostos os grupos envolvidos na atividade pesqueira. Para Peirano, o que se encontra no ritual também está presente no dia-a-dia, ficando para o pesquisador a tarefa de apreender o que os nativos estão indicando como sendo único, excepcional, crítico, diferente, ou, como diria Kant de Lima (1997), a “síntese da vida comunitária” (p.252).

Como parte da pesquisa de campo acompanhei a rotina de trabalho no curral “Gaiola”, um curral de beira que tem como proprietário o pescador Juvenal. Foi possível perceber que no momento da puxada da rede os tripulantes realçam sua identidade de pescador. É uma etapa marcada pela postura de indivíduos corajosos e destemidos, que veem no momento de “puxada da rede” a possibilidade de mudança, já que, dependendo da quantidade de peixe que vier na rede de pesca toda a embarcação poderá ter dias prósperos financeiramente e trabalho garantido por um bom período de tempo.

O primeiro momento da pesca de curral acontece antes mesmo dos pescadores partirem para o alto mar. No caso da embarcação do pescador Juvenal, na qual pude observar mais detalhadamente as atividades, desde o momento em que os pescadores se aglomeram, ainda de madrugada, na beira mar a contar anedotas enquanto esperam a maré baixar. Esses momentos de espera da maré baixa são contagiados pelo bom humor e pela jocosidade dos pescadores, que resguardam nesses instantes as fortes relações de companheirismo bem como as tensões geradas por trabalharem distantes da terra e, também, por enfrentarem perigos irrefreáveis do mar, com é também observado

por MALDONADO (1993) no seu estudo sobre a questão do saber, da territorialidade e do segredo entre os pescadores da Paraíba.

O segundo momento da pesca de curral, o da “despesca no chiqueiro” acontece já com os pescadores em alto mar e finaliza somente depois de realizado todo o trabalho de retirada de peixes e crustáceos do curral. Quando a embarcação se aproxima do curral é notório que cada pescador já vai assumindo sua função determinada. O vaqueiro se prepara para cair na água, pois como relatou outro pescador: “o vaqueiro é o primeiro que cai na água e o último que sobe no barco”. O mata-vaqueiro prepara a rede e o encarregado dá as ordens.

Esse momento é marcado por uma hierarquia, mas também coesão social, cooperação e por uma forte disciplina. Trata-se da pesca propriamente dita, ou melhor, da despesca. Ao mergulharem na água, os pescadores, dentro do “chiqueiro”, vão passando a grande rede pelo fundo do mar. Cada pescador – vaqueiro ou mata-vaqueiro – mergulha com a rede e, após nadar pelo fundo do mar até o próximo pescador que está a uma distância de dois a quatro metros, entrega a ponta da rede (que está amarrada a um pequeno mourão) para o próximo pescador e assim sucessivamente, até completar-se o “cercado”, isto é, até a rede chegar à “boca do curral”. Após passar a rede por todo “chiqueiro” o vaqueiro – que tem a função crucial de receber e fechar as pontas da rede sem que os peixes saiam – irá ficar na boca do curral segurando as duas pontas da rede. Nesse instante os outros pescadores que já estão no barco, puxam a rede e a colocam dentro da canoa.

É interessante notar que no instante final, quando se dá a “puxada da rede”, todos são pescadores, não há distinção entre encarregado, mata-vaqueiro e vaqueiro. Todos colocam a mesma força, como exclamou um pescador jovem, e todos estão unidos por um mesmo objetivo: a captura dos peixes. É durante o retorno para a terra que acontece o terceiro momento, a “divisão em cordas”, quando os pescadores se separam para classificar os peixes nas cordas. Os peixes pequenos como a sardinha são chamados de “bagana” e irão ficar numa corda, já os peixes maiores como bagre, tainha e o camurupim irão formar outra corda. As cordas dos peixes “baganas” são divididas entre os próprios pescadores da embarcação, ficando a maior parte desses peixes para o vaqueiro, enquanto as cordas com os maiores peixes são vendidas na orla marítima.

Essa etapa é marcada por jocosidade, relações de sociabilidade e descontração, tanto entre os próprios companheiros do mesmo bote quanto entre homens de botes diferentes quando cruzam suas embarcações em alto mar. Há também

nesse momento a afirmação da hierarquia, já que o vaqueiro – que quando não é encarregado é o “braço direito do encarregado”- tem a função de separar e classificar os peixes e pode escolher a corda de peixe que levará para casa, enquanto os outros pescadores – os mata-vaqueiros e os ajudantes – ficam com as cordas que têm menor quantidade de peixe e não têm autonomia para separar os peixes.

A “chegada em terra” é caracterizada por muito alvoroço, desordem, gritaria, desentendimentos e discussões. Antes mesmo da embarcação chegar em terra, os compradores de peixe, chamados guarás, vão de encontro com o seu alvo: os peixes. Entram na embarcação e começam a negociar as cordas que têm os melhores peixes, a um custo baixíssimo, antes que os outros guarás as comprem. As transações se iniciam em mar e quanto mais próxima a embarcação fica da orla marítima mais intensas e complexas se tornam as relações e as redes que vão se formando.

Os guarás negociam cordas de peixes com os mestres das embarcações, nesse mesmo instante os carregadores de peixe –jovens que trabalham carregando peixe em carros de mão até os atravessadores— aguardam ansiosos pelo “chamado” de algum guará que queira “contratar” seu serviço. Há os donos das pesqueiras que negociam cordas de peixe bagana com os vaqueiros, mata-vaqueiros e também com os guarás. Os carregadores de gelo e os ajudantes –homens que auxiliam os donos de currais –também fazem parte desse cenário de alvoroço, gritaria e negociações.

Em todos os momentos é possível perceber a presença de certos aspectos semelhantes aos rituais de “reforço” e “reversão” e às noções de estrutura e *communitas* elaboradas por Victor Turner (1974), como já havia elucidado Kant de Lima no seu estudo sobre pescadores de Itaipu (1997).

Para Turner (1974) a liminaridade e a *communitas*, a estrutura e a anti-estrutura são noções capazes de revelar um sujeito oculto pelas normas e estruturas de uma sociedade. São mecanismos que possibilitam compreender que o indivíduo não é expressão de um único sistema, mas é constituído na intersecção de sistemas relacionais, que em muitos casos são conflitantes.

Nesse sentido, nos três primeiros momentos que constituem a pesca de curral, a “saída para o curral”, a “despesca no chiqueiro” e “a divisão nas cordas” há uma harmonização entre os indivíduos para a realização das atividades. Torna-se nítida a afirmação de um coletivo social, orientado por valores locais e a existência de uma hierarquia interna no grupo – a posição de hierarquia do vaqueiro e do mestre se faz prevalecer –, bem como se acentua uma unidade que se revela na identidade do grupo.

Percebemos uma “estrutura” já estabelecida, regras e normas definidas. Como Kant de Lima já havia vislumbrado, as características da “estrutura” e dos “mecanismos de reforço” em seu estudo sobre os pescadores de Itaipu mostram:

(...) a continência verbal e gestual, o sentido de unidade e corporação, a estrutura hierárquica manifesta, o mínimo de divisão interna, a centralização e a personificação, a periodização adequada em termos de começo, meio e fim determinados, o destaque de um “sujeito” e o posicionamento de uma “assistência”, o planejamento, o respeito (Kant de Lima, 1997, p. 255).

No momento de “chegada em terra” se destacam aspectos como a desordem, a suspensão da hierarquia, a informalidade e há também a possibilidade de mudanças de papéis sociais. São estabelecidos laços sociais transitórios que se contrapõem àqueles encontrados nos três momentos anteriores ao momento de “chegada em terra”, marcados com as características da “estrutura” (TURNER, 1974, p. 118-120). Encontramos nesse último momento algumas características da *communitas* e dos “mecanismos de inversão” (KANT DE LIMA, 1997), uma vez que os pescadores assumem posições de negociações, não há nenhum “contrato fechado” com qualquer das partes que compõem a rede de relações, podendo um carregador de peixe retornar para casa sem ter o seu serviço “contratado”, um guará não efetuar a compra que desejava ou ainda um encarregado não lucrar o valor estimado com a quantidade de peixe capturada naquele dia.

O trabalho na fase liminar é duplo, como afirmaria Zeca (2012), citando Schechner, já que,

[...] se por um lado reduz aqueles que adentram no ritual a um estado de vulnerabilidade, de forma que estejam abertos à mudança – as pessoas são despojadas de suas antigas identidades e lugares determinados no mundo social para entrarem num tempo-espaco onde não são nem-isto-nem aquilo, nem-aqui-nem-lá (p. 63).

O momento de “chegada em terra”, marcado por intensas e complexas relações na orla marítima, não esgota o circuito nem os princípios de circulação do produto, como também não finaliza o processo ritual da pesca de curral. As redes de relações se estendem até os compradores de peixe das cidades e continuam no cotidiano dos pescadores, que depois de finalizadas as negociações precisam receber o dinheiro na casa do guará, dentre outras relações que ficam “semiabertas”.

Sobre os diferentes aspectos socioeconômicos dos “currais de beira” e dos “currais de fundo” Tahim (1990) aponta que os proprietários dos currais de beira, bem como seus pescadores possuem um padrão econômico baixo, se comparado com os

proprietários e pescadores dos currais de fora. Outro ponto de destaque, elencado por ela, diz respeito ao fato de nos currais de beira o proprietário ser o próprio mestre de embarcação, ficando com a responsabilidade da venda e divisão da produção. Já nos currais de fora, o proprietário dificilmente participa da tripulação e para realizar as atividades de comercialização do pescado contrata um “vaqueiro” que, em muitas ocasiões, é o mesmo mestre da embarcação – trata-se de um tipo de líder informal com obrigações de um mestre de embarcação.

Ainda segundo a referida autora, mais de 80% dos pequenos pescadores de Bitupitá – que ela denomina vaqueiros – não possuem outra fonte de renda além da pesca de curral, diferentemente dos proprietários de currais que possuem outras atividades como salineiros, comerciantes e estivadores. A autora faz questão ainda de pontuar uma dependência financeira dos proprietários de currais com os atravessadores, ou intermediários, homens que compram a produção das embarcações e vendem nas cidades vizinhas. Aqui se faz necessário tratar do tema do processo de escoamento da produção e comercialização do pescado da praia de Bitupitá no qual as relações com os intermediários torna-se bastante complexa.

4.2 Para onde vai o peixe e de onde vem o “quinhão”?

Este subtópico tratará do custo, produção, partilha e comercialização da pesca de curral na praia de Bitupitá. Tahim (1990) aponta que a forma de escoamento da produção, ou seja, a infraestrutura de comercialização da praia de Bitupitá é baseada numa complexa e desigual cadeia de intermediação que distancia o produtor do consumidor final, bem como leva o intermediário a ter “domínio” sobre os proprietários de currais e estes por sua vez se tornam dependentes dos intermediários, mas criam, também, relações de exploração sobre os pescadores.

Sobre este ponto, Chaves (1973), ainda que considerasse a pesca de curral como uma atividade produtiva eminentemente artesanal, dada a pluralidade de pessoas envolvidas e a diferença entre elas quanto à propriedade – quem detém e controla os recursos tecnológicos e os que não o fazem –, considerou que a atividade como um todo se assemelhava a uma unidade produtiva, uma empresa, onde alguns buscam a subsistência (os que não têm os meios tecnológicos) e outros o lucro (os que ficam com a maior parte dos ganhos auferidos com a pesca); lucro para o qual os primeiros contribuem. Assim, ele considerou que apenas na fase que ele denominou “levante”, de

revestimento do curral com as esteiras, é que ocorreria uma tarefa que se poderia considerar como apoiada na reciprocidade de serviços. É quando as turmas de trabalho em um dado curral ajudam outros com os quais mantêm vínculos sociais mais fortes na difícil tarefa de transporte das esteiras e fixação dos mourões.

A ótica de Chaves, em si, pouco contribui para a compreensão dos processos identitários e das representações dos grupos em estudo. Aqui se faz indispensável uma reflexão quanto ao que Diegues (1983) caracteriza por pesca artesanal e da qual esta dissertação se vale. O referido autor aponta que a amizade, o companheirismo e a solidariedade existentes na equipe são fatores presentes na pesca artesanal. Afirmar ainda que o maior fator de distinção entre a pesca artesanal e a industrial seria o que ele denomina de “corporação de ofício”, ou seja, o sentimento expresso pelos pescadores artesanais de formarem um grupo que detém uma profissão, conhecimentos e técnicas específicas que lhes confere o sentido de pertencimento e, portanto, de identidade. E mesmo quando existem formas variadas de relações de trabalho e de domínio dos meios de produção o autor indica outro elemento de diferenciação: o controle do processo de trabalho que distingue a pequena produção da grande empresa capitalista. Aqui podemos citar uma situação presenciada em campo quando um pescador, dono de um curral de beira, quis vender seu curral e desistir de ser pescador diante da dificuldade da pesca e de subsequentes safras ruins, além de um pequeno atrito com o próprio filho. O mesmo ao informar para equipe de trabalho que iria vender o curral é rebatido com argumentos de ordem afetiva e familiar, já que quase toda a equipe que trabalhava no seu curral era composta por parentes e amigos. O sentimento de apoio e diálogo também foi construído entre os companheiros que trabalhavam naquele curral.

As relações de reciprocidade e lealdade, além do sentimento de parceria entre os próprios pescadores é percebida nitidamente quando são observadas profundamente as relações de trabalho entre os pescadores de currais de Bitupitá. Não somente quando da etapa de “levantar” do curral, mas os momentos de despescas dos currais são permeados pela cooperação, parceria e solidariedade entre os pescadores, como mecanismo de fortalecimento dos laços sociais e para bom funcionamento e rendimento do trabalho pesqueiro. Os pequenos pescadores constroem relações de parceria com os seus parentes, o que permite que esses se sobressaiam de condições de pobreza mais graves.

O trabalho de marcar o curral é contratado pelos “donos de currais”, homens que pagam R\$ 1.000,00 pelo serviço contratado do marcador e R\$ 50,00 (diária) para os

cinco ajudantes. Após contratado, o marcador assumirá a função de encontrar a melhor área dentro da já definida pelo dono do curral que deverá ser marcado os quatro compartimentos da imensa armadilha.

Após a marcação do local de instalação do curral no qual foram fincados apenas 12 mourões de forma a indicar a marcação e a divisão dos quatro compartimentos, ocorre o enterramento vertical dos outros “mourões” (mais de mil) e o “estacamento” das varas entre cada “mourão”, sendo utilizados durante o processo apenas os seguintes instrumentos: dois “mâi” (grande martelo de madeira que pesa cerca de 10 kg) e um “banco” (estrutura de madeira que tem forma de cavalete, apoiada no fundo do mar e que forma uma plataforma acima do nível da água para que os trabalhadores façam suas tarefas de bater os mourões), além de cabos de polietileno e nylon.

Os homens responsáveis por fixar os mourões nos bancos de areia, isto é pela etapa do “amouramento” do curral são chamados de “batedores de mourão”. São necessários dez homens para fincar todos os mourões que formam um curral. Cada homem pode chegar a fincar de cinco até sete mourões por dia (o que determina a quantidade de mourões colocados é a rigidez do solo marinho; se o “chão de areia” for duro o batedor de mourão colocará apenas cinco mourões por dia). Desta forma, num período de três meses esses homens já terão instalado toda a estrutura de mourões e varas do curral. Cada batedor de mourão recebe R\$ 20,00 por dia de serviço.

Primeiramente, os mourões são posicionados a cada braçada (medida dos pescadores que equivale a 1,5 met.) enquanto que as varas são colocadas à meia braçada. Para fincar os mourões os homens utilizam um martelo de madeira e um banco - com as seguintes dimensões: 1,5 a 2 met. de comprimento por 50 cm de largura - amarrado com cabos de corda a outros dois mourões já fixos. Os pescadores utilizam também uma âncora para deixar o banco em pé.

Os “batedores de mourão” utilizam esses dois martelos de madeira que, como já enfatizado, chegam a pesar 10 kg cada, dois homens equilibram-se em cima do banco. Em pé esses homens aguardam um terceiro batedor de mourão que terá a tarefa de afundar o mourão e levá-lo até o devido local onde deverá ser fincado. Depois de colocado firmemente em pé, o mourão agora é fixamente segurado por um dos homens que está no banco. Este, por sua vez, impulsiona com sua força o mourão para baixo na intenção de manter a vara na vertical. O outro homem que está no banco em pé utilizando o “mâi” começa a martelar o mourão, enquanto o que segura faz movimentos

circulares com o mourão no intuito de que esses movimentos facilitem a formação da cavidade na qual ficará fincado permanentemente o mourão. Esse processo é feito até que o mourão esteja pelo menos meio metro fincado no solo. Acompanhando o ritmo das intensas marteladas os homens emitem com a mesma força que arremessam o “mâi” no mourão, os seguintes sons: “Hei” e “Ha”, intercalados. Essas ações, movimentos, gestos e sons são realizados com todos os mourões e varas que são fincados na formação do curral. Num período de quase três meses é finalizada essa etapa de fixação dos mourões e varas.

Por fim, os homens irão colocar as esteiras de arame. Com o auxílio de uma canoa eles levam a esteira de arame, em partes, carregando-a da orla marítima, por meio de canoas, até o local onde está sendo instalado o curral. Com pedaços de arame e cabos eles prendem as esteiras de arame nos mourões da espia, da sala grande, da salinha e do chiqueiro de forma a revestir todos os compartimentos do curral.

Os tecedores das esteiras de arame, meses antes da construção do curral, iniciam a referida atividade, pois é uma das etapas de grande importância para a eficácia da armadilha, já que se a esteira não for bem tecida o peixe poderá escapar com facilidade dos compartimentos. São necessários entre quatro a sete homens para tecer essas esteiras, usando para o seu serviço tábuas cheias de pregos que marcam as dimensões das malhas.

Em relação ao custo da construção de um curral na praia de Bitupitá, o valor varia dependendo do seu tamanho e localização. Os currais de beira custam entre 10 mil a 30 mil reais, os de meia-carreira podem chegar a custar quase de 40 a 50 mil reais, já os de fora custam de 90 a 150 mil reais. Os custos da Tabela 1 abaixo se referem aos materiais e aos serviços de mão de obra de um curral de fora no ano de 2013, os valores de um curral de fora são atualizados na Tabela 2, os valores correspondem ao curral 40 que estava sendo construído em janeiro de 2016, e na Tabela 3 estão os valores referentes a construção de um “curral de beira” no ano de 2016.

TABELA 01
MATERIAL E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE “CURRAL DE FORA” OU
“CURRAL DE MAR” NO ANO DE 2013

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	
O		U	TOTAL
MATERIAIS			
Arame 14	7.000(kilos)	R\$ 6,20	R\$ 43.400, 00
Arame 12	2.000 (quilos)	R\$ 6,00	R\$ 12.000,00
Mourão	1.200 (unidade)	R\$ 6,00	R\$ 7.200,00
Vara de Manguezal	1.200 (unidade)	R\$ 3,20	R\$ 3.840,00
TOTAL			R\$ 66.440,00
SERVIÇOS			
01 Marcador de Curral	04 dias	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
05 Ajudantes do marcador	04 dias	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
10 Batedores de Mourão	60 dias	R\$ 20,00	12.000,00
01 Tecedor de esteira de arame 14	25 dias	R\$ 150,00	3.750,00
01 Tecedor de esteira de arame 12	20 dias	R\$ 50,00	1.000,00
TOTAL			R\$ 18.750,00
TOTAL DO CURRAL			R\$ 85.190,00

Fonte: Informações dadas por construtores de currais em entrevistas cedidas no ano de 2013.

TABELA 02
MATERIAL E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE “CURRAL DE FORA OU
CURRAL DE MAR” NO ANO DE 2016
Curral “40” (doze metros de profundidade)

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)	
		U	TOTAL
MATERIAIS			
Arame 14	500(quilos)	R\$ 7,50	R\$ 3.750,00

Arame 12	6.000(quilos)	R\$ 6,70	R\$ 40.200,00
Mourão	1.200(unidade)	R\$ 7,00	R\$ 8.400,00
Nylon	200(quilos)	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00
Vara grossa	00(unidade)	R\$ 0,00	R\$ 00,00

Fonte: Informações dadas por construtores de currais em entrevistas cedidas no ano de 2016.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
O	U	TOTAL
	N	
	I	
	T	

**A
R
I
O
\

D
I
Á
R
I
A**

MATERIAIS

Arame 14	500(quilos)	R\$ 7,50	R\$ 3.750,00
Arame 12	500(quilos)	R\$ 6,70	R\$ 3.350,00
Mourão	800(unidade)	R\$ 7,00	R\$ 5.600,00
Vara grossa	300(unidade)	R\$ 7,00	R\$ 2.100,00
Vara fina	10.000(unidade)	R\$ 150,00 (mil)	R\$ 1.500,00
Cipó	10.000 (unidade)	R\$ 120,00(mil)	R\$ 1.200,00

TOTAL

R\$ 17.500,00

SERVIÇOS

01 Marcador de Curral	03 dias	R\$ 100,00	R\$ 300,00
03 Ajudantes do marcador	03 dias	R\$ 00,00	R\$ 00,00
03 Batedores de Mourão	42 dias	R\$ 30,00	3.780,00
02 Tecedor de esteira de arame 14	12 esteiras	R\$ 75,00	1.800,00
07 Tecedor de esteira de Cipó e vara	30 esteiras	R\$ 10,00	2.100,00

TOTAL

R\$ 7.980,00

TOTAL DO CURRAL R\$ 25.480,00

Fonte: Informações dadas por construtores de currais em entrevistas cedidas no ano de 2016.

É comum, na região, os donos de currais pedirem dinheiro emprestado aos intermediários, ou seja, aos atravessadores, como são denominados nos estudos de pesca os sujeitos que compram e transportam a produção de pescado para venda nas cidades. Em alguns casos os donos de currais fazem empréstimos pelo programa PRONAF ou pelo ADAPVARIADO, duas formas de crédito que são liberados pelo BNB. No entanto, os pescadores relatam que há muita burocracia e demora na liberação do recurso, fazendo com que muitos proprietários dos meios de produção, como ocorre entre os donos de curral e os atravessadores que possuem meio de transporte, construam suas próprias redes de empréstimos entre eles mesmos.

Essa é uma das alternativas adotadas pelos os donos de currais, que para construção das referidas armadilhas pedem dinheiro emprestado aos atravessadores. Essas formas de financiamento estão imbricadas pelas relações sociais e políticas da vida local e pelas relações de parentesco. Os sistemas de financiamentos informais têm se mantido por meio das relações com grupos políticos locais, com donos de currais detentores de grande capital e por meio das relações de parentesco existentes na pesca de curral, permeadas das relações de companheirismo e reciprocidade, essas últimas existem com mais frequência entre os companheiros dos currais de “beira” e “meia carreira”. No entanto, percebe-se que o domínio dos meios de produção por parte de uma pequena parcela de moradores, sendo eles os donos de currais, donos de embarcações e donos de carros para transporte do pescado, fortalece a continuidade de laços assimétricos de poder entre pescadores e proprietários dos meios de produção, sendo essa assimetria mais marcante nos processos de trabalho dos currais de “fora”. No entanto é preciso atentar para uma reflexão sobre a existência de um sistema misto que domina o sistema de produção da pesca de curral, já que, conforme elucidei em trabalho anterior (ARAÚJO, 2013, p. 84), se por um lado não há propriedade absoluta dos instrumentos de pesca por parte dos donos de currais, nem a remuneração na forma de salário, nem um trabalho comandado pelo tempo do relógio – mas um tempo marcado pelos movimentos da natureza, por outro lado o proprietário do curral sempre ganha uma porcentagem maior do que os pescadores que não tem o meio de produção.

Um dos sistemas para financiar a construção dos currais na praia de Bitupitá são as linhas de crédito do Banco do Nordeste (BN), em especial o Programa de crédito denominado “Crediamigo”, que consiste na liberação de recursos em valores que variam de R\$ 300, 00 à R\$ 5.000,00. A referida linha de crédito é liberada para micro

empreendedores que têm algum tipo de comércio ou serviço de pequeno e/ou médio porte.

A disponibilidade de capital dos construtores de currais de fora – que tem um custo mais alto – também tem a ver com a propriedade de outros meios de produção e com o acúmulo de dinheiro das boas safras e do ganho com outros instrumentos de trabalho como o barco, conforme relato de um dono do curral, conhecido como Renato que possui um comércio de alimentos e ganha ainda parte da produção de pescado do aluguel do seu barco:

Agora tem que ter a reserva. O negocio é que tem muita safra boa também. Ai desde pequeno eu sou muito econômico sabe... se pego num dinheirinho num gasto não... desde de outubro guardo um bom dinheiro dessas safras boas que vieram. O resto do dinheiro é empréstimo no Banco do Nordeste no Credi Amigo. A gente tira dez mil. A gente também tem canoa, tem outros currais de beira.

Muitos dos donos de currais de fora, antes de possuírem essas armadilhas têm primeiramente um curral de beira, que tem um custo bem menor que os de fora. Esses homens, normalmente, começam a acumular dinheiro com esses currais de beira e, somente depois de passadas boas safras é que constroem um curral de fora. É característico dos homens que possuem curral terem uma venda, um comércio de produtos alimentícios ou de materiais de construção, como é o caso do dono de curral entrevistado, que indicou o seu “ponto de venda” como mais uma fonte de renda para garantir a vida útil dos seus currais por um bom tempo mesmo durante os períodos de baixas safras. Em muitos casos esta venda ele mantém, também, com recursos do BNB (Banco Nacional do Brasil).

É preciso salientar que a produção do que é pescado nos currais varia dependendo das áreas de pesca, das marés, das fases da lua, das épocas do ano e do regime de chuvas. As condições das águas estuarinas e costeiras do norte e nordeste do Brasil são dependentes dos ciclos de chuvas e/ou cheias nos baixos cursos dos rios, com épocas de salinidade mais baixa ou mais alta, devido à vazão das águas doces ou marinhas.

Segundo dados fornecidos por um pescador, um curral pode ser bastante produtivo, e isso dependerá de sua localização e tamanho. Os currais maiores podem chegar a capturar, na época de safra boa, até duzentos quilos de peixe por maré. Nos períodos de poucas chuvas, quando os ventos estão intensos, a média geral é de apenas trinta a cem quilos por maré. As variações nos níveis de produção têm os seguintes

motivos: os períodos do ano, o regime chuvoso, as luas e marés; bem como os motivos de ordem social como a área em que se localiza o curral, a marcação do curral, a sua construção e o conserto de seus compartimentos.

A partilha do que é conseguido na pescaria fica a cargo do mestre da embarcação que, em muitos casos, é subordinado ao dono do curral sendo que este, muitas vezes, é também dono da canoa. É responsabilidade do mestre da embarcação vender o peixe para os guarás ou atravessadores, receber o dinheiro, fazer a partilha e levar para o dono do curral o que foi conseguido na pescaria, como é também observado em outras formas de pesca (PESSANHA, 2003; LIMA, 1997).

Na experiência objeto desta etnografia, a divisão é chamada “quatro por um”, já que 40% do ganho da pescaria vai para o dono da embarcação e 60% é dividido para o mestre, vaqueiros e mata-vaqueiros. A divisão é feita da seguinte forma: se o conseguido for R\$ 100,00, o dono do curral fica com R\$ 40,00; o encarregado de toda embarcação fica com R\$ 20,00; os vaqueiros ficam com R\$ 20,00 e o restante é dividido igualmente para os outros tripulantes, que são chamados de ajudantes e mata-vaqueiros.

Nesse “sistema de partes” o percentual que cada pescador ganha depende da posição ocupada por ele na pesca de curral e da quantidade e qualidade do peixe. Cada posição – mestre, vaqueiro ou mata-vaqueiro- tem as suas habilidades e as suas atribuições e essas responsabilidades assumidas por cada posição é que determinam, na ótica dos pescadores, a remuneração do trabalho de cada companheiro de embarcação (PESSANHA, 2003). O que determina a remuneração de cada pescador não é a quantidade de horas trabalhadas por dia, mas o volume de peixe capturado em cada maré, sendo o tempo dedicado às atividades relacionadas à pesca não incluído no valor de remuneração de cada pescador.

Dito isto é necessário vislumbrar que o trabalho efetuado na pesca de curral não termina após a captura do peixe. As tarefas de limpeza dos materiais de pesca, de manutenção das canoas e até do conserto do curral estão inclusas na jornada de trabalho dos pescadores, e, como dito acima, não sendo acrescentado nenhum valor em espécie pela realização dessas atividades.

É comum após a despesca nos currais, que duram aproximadamente duas horas, os pescadores ficarem mais duas horas limpando as cracas dos mourões e consertando algumas falhas nas telas de arames. Quando retornam da pescaria, no final da tarde, se encontram na beira mar para organizarem o material do dia seguinte. As

tarefas são as mais diversas, indo desde o conserto de uma rede de despesca até a preparação de varas – cortar afiando as pontas da madeira- para reposição nos compartimentos dos currais.

Para Estevão, presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadores de Bitupitá,

Eu acho interessante a pesca de curral...porque um curral dá dinheiro para muita gente. A divisão do dinheiro é certa, o dono do curral num ganha muito dinheiro não, nem o guará por que ele gasta muito comprando gelo. Ó...esse dinheiro que ele (dono do curral) fica vai ter que consertar rede, curral, canoa, é muita coisa para ele manter o trabalho de um curral. A maioria desses donos de curral só ganha para manter o curral. Ai quando tem uma safra boa é que ele tira um dinheirinho bom, mas os pescadores da embarcação também ganham. Todo mundo ganha. Por isso é preciso manter o curral...o dono tem que ter esse dinheiro para isso.

Em entrevista com um vaqueiro, ao perguntar sobre o ganho da produção de cada pescador, este expõe que,

Ganho mais um pouquinho que o mata-vaqueiro porque sou o primeiro a cair na agua né...eu tenho a obrigação de tirar a canoa da terra e também sou o primeiro a cair na água lá no curral... eu num posso faltar um dia de trabalho, tenho que ser o primeiro a chegar. Já o vaqueiro tem suas obrigações, mas ele querendo faltar pode.

Há variações na divisão da produção da pesca entre as embarcações, no entanto na maioria dos casos o dono do curral ou da embarcação faz essa divisão chamada “Quatro por Um”. O pagamento é feito pelos guarás ao encarregado da embarcação somente no final do dia e ele se responsabiliza pela divisão do dinheiro para os demais integrantes da embarcação. O vaqueiro e o encarregado recebem um valor maior do que os ajudantes, segundo depoimento do presidente do Sindicato e de conversas com alguns pescadores, por que exercem algumas ações específicas, como, por exemplo, o vaqueiro que é o responsável por tirar a canoa da terra e coloca-la no mar, sendo o primeiro a cair na água, como relatam os pescadores. Já o encarregado se responsabiliza pela “cobrança” da produção do dia para o guará.

Assim como observou Pessanha (2003) no seu estudo sobre os pescadores de Itaipu, em Bitupitá a aleatoriedade da quantidade de captura dos peixes torna a jornada de trabalho variável e, conseqüentemente, torna também imprevisível o ganho financeiro de cada pescador, inclusive o do dono da embarcação e do curral.

O sistema de partes, isto é, o mecanismo que rege as relações econômicas de divisão da produção do pescado de Bitupitá é executado de acordo com a quantidade e

qualidade do peixe pescado, mas sempre a divisão é feita cabendo quatro quartos do pescado ao dono do curral. O estudo realizado por Seraine em 1958, em Paracuru, expõe o mesmo sistema de divisão da produção.

4.3 Trabalhadores da pesca de curral: *vaqueiros*, mulheres e os processos de mudanças

Seraine (1958) ao se referir aos trabalhadores da pesca de curral enfatiza e classifica os trabalhadores como *vaqueiros*, “*vaqueiro - chefe*” e ajudantes. Tahim (1990) elenca além dos *vaqueiros*, os donos de currais, intermediários e guarás (compradores de peixe). É interessante perceber como a figura do *vaqueiro* é ambígua em ambos os estudos. No primeiro, o autor aponta a figura do *vaqueiro* como um “mestre de embarcação”, já Tahim ora classifica de *vaqueiro* todos os pescadores de curral, ora pontua este como um “líder informal”, uma espécie de encarregado. Já o estudo realizado em Acaraú por Chaves (1973), elencou cinco categorias de trabalhadores que se alternavam entre “trabalhos de terra” e “trabalhos de mar”. Na fase dos trabalhos de terra atuavam os “tiradores de madeira” e os “tecedores de arame”; nos “trabalhos de mar” sobressaíam os “*vaqueiros*”, “ajudantes” e o “canoeiro”. O marcador tem uma função para a qual é preciso perícia, habilidade, rigor, ordem, conhecimento, observação, destreza e cálculo. Chaves, em vista a estas características da atividade, denominou todo o processo de feitura de um curral como “tecnologia artesanal” (1973, p.55).

Atualmente, há um número maior de categorias de trabalhadores durante os serviços efetuados no mar e na terra. Na marcação do chão do curral, os trabalhos do marcador são feitos com o auxílio de mais cinco homens, denominados “batedores de mourão”. Note-se ainda que tanto no passado como no presente a estrutura física do curral permanece inalterada, composta de uma “espia”, trata-se de uma linha de mourões enfileirados até a entrada do primeiro compartimento, que deve guiar os peixes para o interior da armadilha, e os compartimentos dentro dela: a sala grande, a salinha e o chiqueiro, locais onde os peixes ficam definitivamente aprisionados. Além das semelhanças no formato da armadilha, outro fator similar na pesca de curral de Paracuru de 1958, de Almofala de 1973 e na praia de Bitupitá, tanto em 1990, conforme o estudo de Tahim, quanto em 2016, como observado nesta pesquisa, diz respeito às técnicas de marcação do curral. Primeiro é estabelecida a marca do primeiro mourão, o chamado

mourão mestre, na parte central do chiqueiro. Em entrevista concedida por um marcador de curral da praia este expôs que:

Tiro o rumo da carreira olhando pra terra, veja bem, olha lá esta aquele coqueiro aculá, eu tenho que quando arriar esse primeiro pau aqui (mirar o coqueiro), a gente fica em pé no banco aqui pra olhar, por que se vir pra cá ele já vai sair já, já tá “roubando” já. O primeiro que eu enfio é esse aqui aí depois eu enfio esses dois mourões aqui, depois desses dois mourão aqui aí eu vou pra cá aí depois por este outro aqui aí tem que preencher um no outro, porque se eu botar aqui e botar um bem ali naquela caminhonete eu tenho que balizar na caminhonete aqui pra pegar aquele ultimo de lá, tem que preencher os três igual, se sair da rota já tá robando já pelo outro lado. A gente tira a medida pela terra, como bem por um coqueiro, um “prediozinho” aqui a gente tem que se balizar pra fazer o primeiro aqui bem cheio, bem certo. Porque se botar lá e não conferir aqui no final vai sair todo as avessa. Um coqueiro é bom da gente se basear lá fora, avista bem, aí a gente preenche aqui aí não tem como roubar. Porque a gente tem que botar os pau tudo de acordo pra ficar tudo igualzinho.

As estratégias de marcação são as mais variadas, mas segundo relatos dos marcadores uma das técnicas mais usadas para estabelecer a posição e fincar o primeiro mourão, que irá servir de guia para determinar a posição dos outros mourões que compõe a marcação do curral, é feito tomando como referência pontos estratégicos da terra, como as árvores ou casas de dois ou mais andares. Essa técnica é similar á de marcação de caminho e assento utilizada em pescarias de linha em toda a extensão costeira do Nordeste brasileiro (BRAGA, 2013; MALDONADO, 1993).

Ainda quanto às categorias de trabalhadores, nas pesquisas recentes realizadas em Bitupitá encontramos um número mais extenso de denominações também para as atividades da despesca, a retirada dos peixes do cerco: “vaqueiros” e “mata-vaqueiros”, as figuras centrais na condução do trabalho de retirada do peixe dos currais e embarque nos botes; mas também o “lançador”, os “mergulhadores” e o “boqueiro”, este último incumbido de ficar na boca do chiqueiro, prendendo a rede ao fundo com os pés, para que os peixes não saiam; este deve, também, ao final da varredura, fechar a rede nas suas partes superior e inferior. Já os mergulhadores têm a tarefa de conduzir a rede rente às esteiras e aos mourões que formam as paredes da armadilha de forma a fazer uma varredura no chiqueiro e capturar os peixes. Cinco mergulhadores revezam-se entre fundo do mar e superfície, até que a rede tenha percorrido todo o chiqueiro. Há um rodízio de atividades durante o processo da despesca e ao exercerem as diferentes atividades são atribuídas novas classificações aos sujeitos, conforme as funções que passam a executar, como podemos observar melhor na descrição do momento de despesca:

Ao chegarem próximo da imensa armadilha os pescadores amarram a canoa na parte de fora do curral tarefa exercida principalmente pelo vaqueiro. Após amarrada a canoa, o mata-vaqueiro cai na água, segurando a rede e é auxiliado pelo vaqueiro, e entram no chiqueiro através de uma “espécie de portinha” desse mesmo compartimento. Um desses dois pescadores irá realizar a função do chamado “boqueiro”, pois ficará na entrada do “chiqueiro” (chamada de “boca”), segurando um dos dois calões da rede com o pé. O “boqueiro” terá que se equilibrar com um dos pés em cima de um mourão da “boca do chiqueiro” enquanto que o outro pé estará impulsionando o calão da rede para baixo de forma que não permita a saída de nenhum peixe. Enquanto isso, três pescadores já estarão distribuídos em lugares diferentes do chiqueiro a uma distância de dois metros um do outro para realizarem a função de mergulhadores. Ao mergulhar, o pescador encosta os pés na superfície do mar e segura a parte inferior do calão, enquanto o outro mergulhador segura o calão na superfície. O que mergulhou terá que caminhar para frente, segurando com uma das mãos, nos mourões do chiqueiro e, com a outra mão, levando o calão rente a areia e à estrutura de esteiras do compartimento. O mergulhador que segura o calão na superfície terá que empurrá-lo para baixo, no intuito de não deixa-lo flutuar, mas também caminhará para frente de forma que o calão acompanhe os movimentos da “parte inferior”. Passado um tempo de até, no máximo, dois minutos, o homem que estava na superfície mergulhará e o que estava submerso irá para cima . Quando o calão está se aproximando do final do chiqueiro o “boqueiro” fecha a rede nas tralhas de boias e chumbadas, isto é, puxa uma espécie de cabo (carregadeira) que fecha tanto a parte superior quanto a parte inferior da rede. Segurando nas “carregadeiras”, os homens sobem na embarcação e puxam a rede para dentro da canoa. (ARAÚJO, 2013, p. 39).

Antes de partirem para o alto mar para realizar a despesca nos currais, os pescadores do curral de beira denominado “Gaiola”, do proprietário Juvenal, reúnem-se ainda de madrugada em local próximo à orla marítima e ficam a contar histórias, piadas e brincadeiras sobre, e com, seus companheiros de trabalho. A jocosidade acompanhada das relações amistosas é constante tanto entre os pescadores de um mesmo bote, quanto entre homens de botes diferentes quando cruzam suas embarcações em alto mar. Segundo Maldonado (1993) essa jocosidade e amizade entre os pescadores é fator indispensável para a realização e a continuidade da atividade pesqueira. Esses instantes de brincadeiras e conversas são momentos para desopilar as tensões provocadas pelo distanciamento da terra e, também, para enfrentar a instabilidade, imprevisibilidade e os perigos e riscos do mar.

Um aspecto importante a ser destacado referente à dimensão simbólica da atividade pesqueira diz respeito à classificação das canoas. Os pescadores mais experientes – quando têm algum poder aquisitivo- possuem sua canoa, sendo, em muitos casos, ele o próprio mestre da sua embarcação; outros poucos são donos de currais e distribuem os lucros de suas armadilhas para o encarregado da embarcação, os

vaqueiros e mata – vaqueiros e para outros serviços necessários com o do carregador de peixes.

Relata um jovem com função de vaqueiro que “toda canoa tem seu nome, às vezes a gente que dá o nome (referindo-se aos companheiros de embarcação) ou o dono do curral mesmo escolhe”. Os nomes são os mais variados, como “Garota da praia”, “Felicidade”, nome de uma canoa que segundo relato do dono se devia ao seu desejo de que o veículo lhe oferecesse esse sentimento. Desde Durkheim e Mauss (1995) sabemos que classificar não é somente dispor em grupos, mas colocá-los segundo relações muito especiais. A sociedade seria a fonte geradora dessas classificações, pois é dela que parte o modelo organizador desses sistemas. Nesse sentido, o nomear as canoas segue a mesma lógica.

Durkheim e Mauss (1995) propõem que os sistemas de classificações australianos e africanos dizem respeito a agrupamentos dos objetos naturais segundo os agrupamentos sociais. Para os autores estes tipos de classificação refletem e surgem a partir da morfologia do grupo; estas classificações “nada mais fazem senão exprimir, sob diferentes aspectos, as próprias sociedades no seio das quais elas foram elaboradas.” (DURKHEIM, MAUSS, 1995, p.441).

Na praia de Bitupitá existem ainda canoas com os seguintes nomes: Santa Adelaide, Rosa, Fortuna, Dois Irmãos, Ventania, Bom Tempo, Tainha, São José, Vai com Deus, Deus é mais, Peixe Boi, Gerlania, dentre outras classificações. Os nomes estão associados a parentes, familiares, como é o caso do nome de companheiras e filhas, a santos e divindades – representando uma forma de invocar sua proteção –, a fenômenos climáticos, a espécies marinhas ou ainda a nomes ligados ao mundo imaginário dos pescadores.

O momento da escolha do nome das embarcações é um instante de descontração, mas também é um momento único para o proprietário, já que, uma vez escolhido o nome – ou num momento de jocosidades dos companheiros de trabalho, ou pelo próprio dono da embarcação –, este não poderá ser alterado posteriormente. Segundo relatou o pescador Juvenal “não existem barcos com dois nomes, se você der um nome pronto! é aquele que todo mundo vai chamar sua canoa, num tem mais como mudar”. A estada de uma semana na residência do pescador Juvenal, percebi que os momentos que antecederiam as idas aos currais para despesca eram marcados por fortes relações de sociabilidade, acompanhadas de descontração e companheirismo. Em várias madrugadas me surpreendi com o Sr. Juvenal na calçada de sua residência a olhar o mar,

as nuvens e em certos momentos a mirar o seu curral, antes mesmo da chegada de seus companheiros de embarcação. Naquela mesma manhã Sr. Juvenal exclamou:

Hoje o mar tá bom! Tu vai hoje com a gente pro curral? Bora que o mar tá bem mansinho, tem nem muita correnteza, o vento tá brando, bora? Ah ela tem medo, tu se embriaga não, a gente chega lá tu fica dentro do barco só vendo a gente tirar os peixes.

A observação dos fenômenos naturais é comum entre os pescadores de Bitupitá, já que desprovidos de conhecimentos científicos e de “instrumentos industrializados” utilizam o saber tradicional como forma de manipularem o meio em que trabalham.

A pesca de curral constitui um modo de vida regido por saberes técnicos particulares e detalhados, já que a prática da atividade pesqueira se constrói em um meio instável e imprevisível constituído de incertezas e riscos. Entre as várias características que marcam os riscos da atividade pesqueira “sobressaem as variações constantes e irrefreáveis do tempo e do mar e também dos seres marítimos” (MALDONADO,1993). Na praia de Bitupitá é constante aparecerem algas marinhas que dificultam a chegada dos peixes aos currais. A relação que os pescadores têm com a fauna e a flora marítima é constituída por um universo de saberes edificado a partir do senso de observação acentuado que eles adquirem na prática. Com mais de dez anos de experiência em construir currais, e carregando o legado de conhecimentos de seu pai, de 65 anos, o pescador José relata:

Já faziam mais de quarenta anos que não aparecia um tipo de alga chamada lodo algodão. Fazem três anos que esse lodo apareceu aqui na praia e gerou fome pra muita gente viu?! Por que esse tipo de lodo destrói os paus do curral e aí a gente tem que renovar quase todo curral.

A vida desses homens que vivem do mar é também marcada por temores relacionados aos seres do mar, como a arraia, e pela perecibilidade do pescado, já que o transporte do gelo até os currais de fora é dificultoso e, ainda, existe apenas uma fábrica de gelo para abastecer todos os pescadores da praia. Muitas vezes o conhecimento exato dos recursos do mar não impede a ocorrência de ataques de arraia, como narra o pescador Tahim:

Faz uns meses que morreu aqui na praia um pescador atacado por arraia. O agulhão da arraia rasgou a coxa do rapaz [...]” Acontece muito acidentes com arraia aqui na praia, por que as vezes elas entram dentro do curral e quando os meninos vão fazer a despesca elas tentam fugir né e daí acaba esporando os meninos?! É muito perigoso por que a gente nunca sabe quando vai ter

uma, as vezes olhando de baixo da água dá pra ver se tem alguma, mas as vezes não dá pra ver.”

Podemos constatar que o trabalho dos pescadores de curral de Bitupitá é construído e elaborado pelo recurso a um arsenal de saberes provenientes de vários processos de observação que se caracteriza como uma atividade tecnicamente calculada e de muita investigação, principalmente, das marés, das luas e dos períodos de surgimento de espécies marinhas. Trata-se de uma interação intensa entre natureza e cultura, marcada pelo aspecto coletivo e social. Os processos de trabalho nos currais dizem respeito não somente a um meio de produção de alimentos, meio de sobrevivência, mas representa para os pescadores autonomia, confiança no outro e ainda é símbolo de integração com o mundo, uma vez que o seu exercício se dá a partir das observações, das experiências e da compreensão da dinâmica do meio natural, sendo, desse modo, inteiramente alicerçada, no que Ingold(2000) denominou por “sinergia entre a dinâmica do organismo e a do ambiente”.

Assim, os pescadores de curral de Bitupitá possuem um sistema de conhecimentos, estratégias, saberes e técnicas rigorosas, cautelosas e detalhadas da dinâmica do meio natural, sendo essa dimensão da construção do conhecimento e da transmissão dele fatores de extrema relevância, uma vez que estabelece o tipo de atividade que é realizada por esses trabalhadores do mar e também se define a que categoria pertence estes grupos de pescadores: artesanal e tradicional, ou industrial.

4.4 Mudanças sociais e espaciais no povoado de Bitupitá, Ceará.

Valendo-se da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que institucionaliza como povos e comunidades tradicionais “grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, como também dos estudos acadêmicos sobre povos, comunidades e saberes tradicionais (Diegues, 1973, 1999, 2001; Almeida, 2008) que vão de encontro, nas suas reflexões e análises as de ideias e acepções da PNPCT, é possível afirmar que a pesca de curral é uma pesca artesanal, uma vez que para sua execução os pescadores possuem um conjunto de conhecimentos sobre meio-ambiente,

as condições de marés, a identificação dos locais de pesca e o manejo dos instrumentos de pesca e por se valerem de um conhecimento tradicional que se constitui tanto em seus processos de investigação cotidianos quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores (CUNHA, 2009) nos seus modos de produção e reprodução da vida social podem ser classificados como povos tradicionais. E este conjunto de conhecimentos faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais que é, em geral, transferido de pai para filho e guardado cuidadosamente pelos pescadores, como mostram alguns estudos antropológicos e sociológicos realizados no Brasil (Mourão, 1967; Diegues, 1983; Silva, 1993; Maldonado, 1993).

No entanto, a chegada acelerada da efetivação políticas de desenvolvimento na região –que impulsionou a construção da estrada asfaltada em 2014 – políticas estas que demandam a posse de terras por parte de grandes empresários que atuam no setor, sendo um elemento central para o desenvolvimento tanto o turismo, quanto da produção de energia eólica e da carcinicultura, atrelada à ausência de regularização e demarcação do território ocupado pelas famílias de pescadores de currais gera demandas que atinge diretamente os pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores locais já que as áreas de interesse empresarial são as que essas populações habitam. Irei elencar abaixo os principais processos de mudanças que estão ocorrendo na praia de Bitupitá com chegada das referidas políticas, discorrendo, ainda, sobre as consequências na vida local tanto no plano simbólico quanto material.

Ainda que a PNCPT tente abarcar a exigência de políticas diferenciadas para os variados segmentos étnicos e grupos sociais, respeitando as suas especificidades, o *território* é o elemento central e comum às lutas desses segmentos e deve assim ser pensado à luz de sua capacidade de, enquanto categoria compartilhada e comum à maior parte dos povos e comunidades tradicionais, abarcar e evidenciar, por outro lado, particularidades e identidades específicas. E é sobre os efeitos no território habitado pelos pescadores tradicionais que irei me debruçar, primeiramente.

Segundo Sr. Jonas Veras, presidente da Colônia de Pescadores locais, há um projeto para construção de casas do “Programa Minha casa Minha Vida” num terreno de dunas que pertence à igreja E que fica na beira mar de Bitupitá. O intuito, segundo o mesmo, é que os moradores locais que ocupam a região do Salgado outras áreas de mangue sejam alocados para estas casas.

A região do Salgado é uma área de manguezal que faz parte do povoado de Bitupitá e desde o ano de construção da estrada, 2014, é ocupada de forma desordenada

e irregular por pessoas vindas de fora e por “conhecidos” dos pescadores locais. A especulação imobiliária na região aumentou assustadoramente desde a construção da estrada asfaltada que facilitou não somente o acesso à praia e à sede do município de Barroquinha, como também trouxe uma melhoria na forma de locomoção entre praia e sede – até 2014 o único transporte existente eram os carros tipo pau de arara e atualmente esses carros foram trocados por pequenas vans.

No ano de 2015 foi introduzida uma balsa para realização do traslado da Barra dos Remédios para a praia de Bitupitá, interligando o município de Camocim a Barroquinha. Segundo relatos dos donos de pousadas locais, no último período de alta estação (janeiro de 2016) já foi percebido um aumento no número de turistas vindos de Camocim através da Balsa para a praia de Bitupitá. A busca por ganhos com o turismo levou alguns moradores locais a construírem barracas de palha na beira da praia, o que é motivo de desentendimentos e conflitos entre os próprios moradores, já que a iniciativa de um levou outros donos de pousadas a anunciarem que vão fazer o mesmo, construir sobrados de palha na areia da praia como ponto de apoio para os turistas.

As casas da praia de Bitupitá, que ficam de frente para o mar, por serem de pescadores possuem um tipo de anexo onde instalam as chamadas “pesqueiras” – espécie de compartimento que serve para armazenar, tratar e conservar os peixes pescados. Essas pesqueiras eram construídas e utilizadas por homens que possuem curral ou que têm canoa ou ainda pelos próprios guarás, homens que compram o peixe na orla marítima diretamente dos pescadores e que necessitam de um local para armazenar o peixe comprado, bem como os materiais de uso na pesca.

A maioria dessas pesqueiras, desde 2014, desapareceu da orla da praia de Bitupitá como local de trato dos peixes. Muitos proprietários não consideram ser vantajoso colocar peixes para serem tratados nesses compartimentos, quando se pode vender o pescado diretamente para os atravessadores. Isto também eliminou o processo de secagem ao sol. Muitas pesqueiras se transformaram em garagens de carros e outras apenas servem para guardar instrumentos e aparelhos do trabalho de pesca. Diante desta mudança, há que se refletir sobre o desaparecimento de um local de socialização e de trabalho feminino, já que o trabalho nas pesqueiras era realizado por mulheres e era um dos espaços marcado por forte sociabilidade entre elas. Dissertarei um pouco sobre essa atividade.

As mulheres que trabalhavam nesses compartimentos tratando os peixes “espadinha”, denominação dada por elas às espécies de peixes pequenos, recebiam em

media de R\$ 4,00 a R\$ 8,00 por 1.000 peixes tratados. São mulheres de vinte e até sessenta anos que realizam o trabalho de tratar os peixes. Ali, acoradas no chão de terra batida, essas mulheres passam de quatro a oito horas realizando a ação de cortar os minúsculos peixes ao meio e retirar suas vísceras. A cada instante um assunto novo é lançado por uma delas que, mesmo envolvendo-se na conversa com as outras colegas, não perde o ritmo da atividade, já que em muitos casos trata-se de uma atividade praticada desde a juventude por essas mulheres.

A sociabilidade está inteiramente presente nesse ambiente. As mulheres falam de assuntos familiares, relações afetivas e da vida local. Além da necessidade utilitária, esse é um ambiente que serve de ponto de encontro entre as mulheres, são espaços descontraídos e de construção de intensas relações amistosas e por isso é também um momento de trocas não só materiais, mas também simbólicas. Em muitos relatos essa dimensão afetiva fica evidente como nesses trechos de falas informais dessas mulheres: “O dinheiro que a gente ganha aqui é pouco [...] é dez reais o dia, mas isso quando tem muito peixe mesmo, fico aqui de sete da manhã e vou até umas duas horas da tarde”; “é bom, eu gosto de vir pra cá, a gente fica conversando, brinca e ainda ganha um dinheirinho, é pouco, mas é alguma coisa, né?”.

Algumas mulheres, como Vera, de 23 anos, entrevistada na sua residência, relata que tem vontade de ir trabalhar nas pesqueiras, mas não trabalha por que seu companheiro não quer. Sobre essa postura do esposo, a mulher expõe: “ele não deixa eu ir trabalhar nas pesqueiras não, diz que lá só tem é bagunça e mulher conversando besteira”. Enquanto outras mulheres, como dona Cleide, senhora de 56 anos, impetuosa exclama sobre a referida atividade:

Criei meus filhos só trabalhando nessas pesqueiras e também catando mariscos e pegando caranguejo ali no mangue. Meu marido foi embora quando esses meninos eram tudo pequeno, aí foi o jeito eu trabalhar todo dia nessas pesqueiras. Minhas costas às vezes doíam muito, por que a gente fica sentada no chão.

O trabalho nas pesqueiras apesar de ter uma dimensão simbólica, certo aspecto “emancipador” e de “autonomia” para as mulheres, é também tenso, árduo e doloroso, já que, como relatou dona Cleide, as pesqueiras não têm um local adequado para as mulheres se sentarem para a realização do trabalho, sendo obrigadas a ficarem sentadas no chão numa posição desconfortável para as costas e para as pernas.

Outra dimensão importante para ser destacada quanto ao desaparecimento das pesqueiras, diz respeito às outras atividades e profissionais que demandavam o

trabalho nesses estabelecimentos, já que até chegar aos locais de comércio o peixe que era tratado nas pesqueiras tramitava pelas mãos de muitos trabalhadores da praia. Desde o lavador de peixe até o homem que estende os peixes nos varais, chamados de estaleiros. Depois de tratado pelas mulheres nas pesqueiras os peixes eram lavados na praia por um homem que exercia somente esta função, o “lavador” de peixes. Logo após serem lavados os peixes eram salgados e “empacados” – se refere à ação de enfiar dez peixes em cordas de palha de carnaúba – pelas mesmas mulheres que “trataram” os peixes. Essas cordas com dez peixes são chamadas “ati” e são, então, estendidas nos estaleiros para secar ao sol, sendo que esta última ação é realizada por um homem. Depois de passarem de oito até dez horas expostos ao sol, os “atis” transformam-se em “paias” - referente à junção de quatro “atis” em uma corda de carnaúba maior. Essas “paias” com quarenta peixes pequenos, isto é, com quatro “atis” são vendidas a R\$ 4,00 para os intermediários ou maloqueiros – homens que compram o peixe dos guarás e revendem nas regiões adjacentes.

Há também as pesqueiras de peixe fresco, ou seja, que servem para conservar os peixes maiores que são vendidos para Municípios da serra de Ibiapaba e muitas vezes para outros estados do Brasil. Ao total, até o ano de 2014, eram dezoito pesqueiras, sendo onze de peixe seco e sete de peixe fresco. Essas pesqueiras de peixe fresco não necessitam da mesma mão de obra das pesqueiras de peixe seco. Os donos dessas pesqueiras de peixe fresco apenas contratam o serviço dos carregadores tanto de peixe quanto de gelo. Depois de transportados em “carros de mão” da orla da praia para as pesqueiras e serem colocados em imensos isopores com gelo, esses peixes são vendidos para os mesmos homens que compram peixe seco – os intermediários. Os peixes que são conservados nessas pesqueiras são os seguintes: camurupim, robalo, peixada amarela e demais peixes de valor alto no mercado. No entanto, desde o ano de 2013, quando os resultados de uma excelente safra de pescado “enricou muita gente” na região – como exclamam os pescadores – uma empresa do Sul do país passou a comprar o peixe fresco da praia. Segundo depoimento de um dos intermediários da praia, a referida empresa é de Santa Catarina e, quando a safra de peixe é boa em Bitupitá, a referida empresa compra todo o peixe pescado na praia e faz o processamento em Itarema exportando a produção para o exterior, segundo relato do intermediário. Desse modo, as pesqueiras onde antes muitas mulheres trabalhavam, estão fechando, muitas se transformando em garagens.

Segundo Maldonado (1993), em grande parte do litoral Brasileiro há processo de industrialização da pesca, no entanto, a autora enfatiza que a pesca artesanal, em muitos casos, se articula com a industrialização da pesca sem necessariamente alterar profundamente a estrutura da pesca simples. De outra forma, é com a entrada das relações capitalistas na pesca que ocorrem profundas alterações nas estruturas da pesca simples (MALDONADO, 1993, MOURÃO, 1967). Nesta mesma direção aponta Pessanha (2003) em pesquisa realizada na década de 1970. A autora analisa os processos de produção de um grupo de pescadores artesanais na praia de Itaipu, Rio de Janeiro, e aponta que no próprio sistema de remuneração do trabalho denominado “partilha” há um movimento de ajuste de racionalidade “artesanal” à lógica capitalista.

No ano de 2011 foram inseridos os primeiros motores nas embarcações da praia de Bitupitá. Naquele ano havia apenas três motores, denominados “rabetas” e estes foram utilizados nos trabalhos de despesca em currais de fora, a dois quilômetros da orla marítima. No ano de 2015 todas as embarcações já possuíam os motores denominados “rabetas” e, segundo depoimento dos pescadores, só é usada quando as condições climáticas não facilitam a entrada no mar. Em 2015 foi também introduzida uma nova ferramenta para construção dos currais. Trata-se de um equipamento para perfurar o solo marinho para a etapa de “amouramento” dos currais, técnica de fincar os mourões na plataforma continental. O primeiro dono de curral que possuiu este equipamento na região foi o ex-vereador do município de Barroquinha.

Apesar das transformações ainda não serem intensas, com a introdução de motores em todas as embarcações, é preciso salientar que na América Latina a pesca simples e a pesca industrial encontram suas diferenças tanto no âmbito social quanto no tecnológico, ou seja, a medida que há a atualização da pesca ou industrialização da pesca com a entrada de motores, redes de nylon e outros instrumentos, essa atualização, na maioria dos casos, traz consigo relações sociais de produção capitalistas, como o assalariamento e a concentração da posse dos meios de produção por empresas (MALDONADO, 1993, p. 172). A autora expõe que os processos de mudança na pesca nordestina se relacionam ao surgimento de empresas de pesca de pequena escala e de cooperativas que, paradoxalmente, convivem com a tradição e se apropriam dos saberes da pesca simples interferindo na sua lógica ao assalariar pescadores e motorizar as embarcações (p. 174).

Atualmente, tanto o uso do motor nas embarcações quanto do perfurador de solo é comum em quase todos os currais de fora. Com isso, percebe-se que o ritmo de alterações das percepções de tempo e espaço para alguns pescadores se acelera desde a pavimentação da estrada. As inovações técnicas adotadas pelos donos de currais e das embarcações, incluindo a introdução de arames mais resistentes para a construção das esteiras trazem mudanças que ocorrem mais vagarosamente, sendo acompanhadas de novas relações econômicas, particularmente por uma distribuição de bens e propriedades que se dá, em geral, em detrimento dos pescadores pequenos, ou seja, a maioria dos pescadores, que não detém a propriedade sob os meios de produção. A título de exemplo todas as pousadas que surgiram desde a construção da estrada são de proprietários de curral de fora, de canoas ou ainda os intermediários.

Além disso, o turismo existente na região se intensificou e os pescadores começaram a mesclar as atividades de pesca e agricultura com as atividades demandadas pelos turistas, tais como: passeios de barcos até os currais de pesca e no estuário no rio Timonha e Ubatuba; também são realizados passeios de buggys pelas praias do litoral de Barroquinha, atividade realizada apenas por um morador local. Até o ano de 2013, era possível encontrar quatro pousadas para hospedagem de turistas, no ano de 2016 são encontradas oito pousadas em funcionamento na praia de Bitupitá, sendo elas: Pousada Dunas, Pousada do Tahim, Pousada do Dadá (ou do kitsurf), Pousada Beira Mar e Pousada do Zé Belinha, todas localizadas na rua da praia. A pousada “Ronco do mar” e “Hotel Bitupitá” estão situadas na Rua do meio.

Outro fator de mudança na região é a inexistência de “chão de mar” no “espaço marítimo” para a construção de curral. Segundo o presidente da Colônia de Pescadores da praia de Bitupitá os locais para construção de curral são determinados pela Capitania dos Portos e estes terrenos já alcançaram seus limites. Sobre os terrenos que correspondem ao espaço geográfico ocupado pelo povoado de Bitupitá, conforme informou o secretário de turismo de Barroquinha os limites geográficos de Bitupitá para ocupação já foram excedidos, isto é, as casas construídas de frente para o mangue, bem como as extremidades leste e oeste do povoado já atingiram o limite de ocupação permitido pelo órgão responsável pela APA – Delta do Parnaíba. No ano de 2014, algumas pessoas, e não se sabe a procedência, começaram a construir casas nos terrenos próximos ao mangue e estas casas foram “destruídas” pelo Instituto Chico Mendes de Preservação e Biodiversidade – ICMBio .

É importante expor que o número de pescadores ainda não se reduziu na praia de Bitupitá, mas o estímulo à venda de casas feita por especulações imobiliárias aumentou em grande número, principalmente na praia vizinha, chamada praia de Curimãs, que já apresenta vários conflitos de ordem territorial entre antigos moradores e proprietários de pousadas de origem italiana, francesa e alemã.

A pavimentação da estrada foi determinante também para o processo de “urbanização” da praia que é uma das metas da Secretaria de Turismo (SETUR), via financiamento do PRODETUR, já que estando no trajeto do roteiro turístico *Rota das Emoções* e sendo uma das localidades do Ceará com maior potencial de desenvolvimento desta atividade depois de Jericoacoara, o programa tem direcionado para a localidade políticas públicas de melhoria de infraestrutura, como o recente asfaltamento da estrada que interliga a localidade à sede do município, bem como projetos de urbanização da praia e melhorias no sistema de transportes. Até 2015 uma parte área ocupada que fica de frente para o mar, isto é, metade da rua da Praia, recebeu iluminação pública e um calçamento, que segundo moradores locais, incentivou os proprietários de carros a transitarem em alta velocidade na beira da praia.

A atração da mão de obra juvenil para trabalhos com o turismo é também outro fator de mudança que acomete a região desde 2014, quando o lugarejo recebeu um número expressivo de visitantes – os moradores afirmam que chegaram mais de duas mil pessoas à localidade – no período da primeira alta estação de dezembro após a construção da estrada. Com isto a secretaria de turismo de Barroquinha, em parceria com o Sebrae, ofertou cursos de treinamento de jovens para atuar como garçons e cozinheiros nas pousadas, bem como incentivaram os proprietários das pousadas a oferecerem os serviços de internet wi-fi aos hóspedes.

Em relação a saída de alguns jovens dos grupos de pesca, isto atinge diretamente a continuidade do sistema de produção da pesca de curral em Bitupitá, já que um dos mecanismos que regem as relações econômicas pesqueiras, até o ano de 2013, era sustentado por um alto grau de confiança mútua entre os trabalhadores da pesca de curral e muitas embarcações funcionavam com grupos de pescadores de uma mesma família. No entanto, com os fatores de mudanças promovidos pelas ações do turismo na região, que gera atividades de trabalho que mesclam turismo e pesca, as relações econômicas entre os grupos de trabalho ficaram mais tênues e mesmo hostis.

Esses processos de mudanças demandaram de vários grupos sociais da local, como acentuam Rodrigues e Araújo (2014), o acionamento de sua rede de relações no

plano político para assegurar ganhos advindos das mudanças ou impedir prejuízos. A localidade próxima, Venâncio, habitada por um grupo familiar extenso, acionou políticos da esfera estadual com representatividade local para alterar os planos de deslocamento da estrada, o que prejudicaria as atividades comerciais de alguns moradores que constituem a liderança local e detém um pequeno comércio às margens da rodovia. Também os donos de veículos que fazem o trânsito dos moradores entre Bitupitá e a sede do município uniram-se em busca da interferência de um deputado estadual com base eleitoral na localidade. O intuito era evitar que uma empresa de um município vizinho ganhasse da prefeitura a concessão do transporte, o que mostra também uma relação conflituosa entre a localidade e a sede do município.

Quanto aos pescadores, o processo de mudanças também os coloca frente a alguns impasses e necessidades de escolhas. A chegada do turismo abre-lhes a possibilidade de ganho extra no período da entressafra, quando coincide com a festividade religiosa mais importante da localidade, a Festa de Santa Adelaide, que atrai um número elevado de visitantes. O mesmo ocorre no período de carnaval e mais recentemente, com a inauguração da estrada, também aos finais de semana. Os pescadores são demandados pelos turistas para a realização de passeios de canoa pela orla e até a região do Pontal, onde ocorre o encontro entre águas dos Rios Timonha, Ubatuba, seus afluentes e o mar, formando um pequeno delta ou, ainda, a algumas praias mais distantes.

Os pescadores, até o presente, têm atuado de forma clandestina porque para exercerem a atividade legalmente teriam que se registrar no CADASTUR que é o cadastro oficial do Ministério do Turismo que tem o objetivo de mapear a oferta de serviços e produtos do turismo brasileiro, perdendo a condição de pescador profissional, o que a maioria rejeita. Não ter o registro de pescador profissional os impediria do acesso a linhas de crédito especiais, aos benefícios do Programa Bolsa Família, quando é o caso, à aposentadoria na referida categoria e ao seguro defeso, mas também à perda de uma identidade profissional. Este impasse e a necessidade de escolhas os levam a refletir sobre direitos e sobre a profissão, e no geral tem reforçado os sentimentos de pertencimento à categoria de pescadores, o que não significa que isto persista indefinidamente, dado que os dados de pesquisas realizadas em regiões que há décadas já experimentaram processos de mudança dessa natureza indicam a tendência ao paulatino afastamento da atividade pesqueira, inserção nas atividades de turismo, com modificações no modo de vida e, quando o pescador continua na atividade, também

mudanças nas atividades de trabalho (DIEGUES, 1983; KOTTAK, 1982, 2009; PESSANHA, 2003; ADOMILLI, 2006).

Rodrigues e Araújo (2014) pontuam ainda que quem estiver mais bem situado politicamente, seja porque no momento seu grupo está no poder, ou porque sua rede de relações lhe permite o acesso a indivíduos que podem atendê-lo em diferentes âmbitos, terá melhores condições de se movimentar e auferir ganhos com as mudanças, obtendo uma licença para abrir um negócio em local turístico, como já vem ocorrendo com concessões de autorização para instalação de barracas nas areias da praia de Curimãs e Bitupitá para pessoas ligadas ao grupo político que está no poder. Um ramo do grupo familiar da localidade de Venâncio, por exemplo, iniciou a atuação no ramo de transportes, com o tempo abriu um comércio de alimentos e mais recentemente uma pequena pousada, o que indica um processo em curso de fortalecimento dos grupos de poder e a emergência de uma elite empresarial local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa etnográfica apoiada no aporte metodológico da análise processual e da intersecção de duas áreas de conhecimento, antropologia e políticas públicas (RODRIGUES; ORTOLAN E GONÇALVES, 2014) possibilitou apreender que a experiência de efetivação de projetos de desenvolvimento na região de Bitupitá, isto é, num território ocupado por povos e comunidades que constroem, há gerações, um complexo sistema de conhecimento acerca da natureza, elaborando práticas que são conduzidas por regras partilhadas entre seus membros, envolvendo conexões entre humanos, o meio terrestre, o meio marítimo, espécies aquáticas e plantas se dar de forma que a complexa rede de relações que conecta as instâncias de poder local, os proprietários dos meios de produção e as famílias de pescadores emoradores em geral de Bitupitá, reduzem, antes mesmo da efetivação das políticas, as possibilidades de alternativas aos planos e projetos de desenvolvimento, sobretudo inviabiliza a participação dos pescadores de modo igualitário e democrático em etapas de planejamento e execução das ações das políticas em foco e, ainda fortalece as assimetrias sociais entre os atores envolvidos no contexto em tela, visto que as dissidências de poder local fazem pender a balança para os que detêm mais poder na

região e se por um lado acirra a contenda entre os grupos de poder rivais, por outro subjuga ainda mais aqueles situados em posição inferior no campo de forças.

Além disso, estratégia metodológica desta dissertação, baseada na etnografia multiator permitiu identificar os diferentes agentes sociais envolvidos na situação, as interações entre eles e com os meios biofísicos (LITTLE, 2002) e possibilitou apreender que a atuação do Estado, das forças econômicas e dos representantes locais como associações, sindicatos e Colônias de Pescadores no contexto de implementação das políticas de desenvolvimento se dar numa trama complexa constituída pela dinâmica políticado local. Como observado na situação em que se veem os pescadores frente à necessidade de escolhas mais imediatas, como decidir-se por abrir mão ou não da categoria de pescador, mudar ou não o apoio a um grupo partidário, avaliando os custos e benefícios dessas decisões, mas muitas vezes tendo pouco espaço de ação frente aos constrangimentos do próprio jogo político.

Quanto aos mecanismos que asseguram os direitos ao território habitado aos pescadores, a PNPCT, isto, é, o aparato legal que assegura a garantia de direito dos pescadores de curral ao uso e apropriação dos recursos naturais e ao território, a realidade da comunidade de pescadores de Bitupitá, evidencia que não se trata apenas da inclusão de contingentes populacionais que se encontram vulneráveis às ações do capital e das políticas do Estado em categorias e conceitos que lhes forneçam mecanismos de luta por seus direitos, nem apenas da elaboração de mecanismos que façam valer esses direitos (RODRIGUES, 2010, p.18). Mas é necessária uma mobilização e organização política entre os grupos de pescadores em questão. Sobre esse ponto é evidente que a ausência de organização política entre os pescadores de Bitupitá,dificulta o reconhecimento destes pescadores nos termos da Política Nacional de povos e comunidades tradicionais. Essa ausência de organização política entre eles é um fator queretardaa percepção dos pescadores artesanais para uma identidade coletiva, o que propiciaria a esses grupos a viabilidade de produção e reprodução social, bem como asseguraria a continuidade dos saberes e conhecimentos tradicionais em torno da pesca de curral.

Outro ponto importante é o sistema de escoamento da produção da pesca de curral, esse se configura como um fator que mantém esses pescadores em condições sempre desiguais com os donos dos meios de produção, e esse sistema é caracterizado, também, pela dominação política desses proprietários que se opõe à pequena produção independente, como as embarcações de pescarias de linha e da pesca em “curral de

beira”. As especificidades desse sistema de escoamento da produção mantem as relações de poder e as hierarquias bem delineadas e conserva os pescadores sempre em condição desigual e de dependência do dono do curral e das elites políticas.

Ao interpretar a realidade empírica em Bitupitá, o jogo de forças e poder, bem como as disputas e reivindicações entre os diferentes grupos atuantes no contexto em tela, como os grupos partidários locais, os donos de currais, os atravessadores e os pescadores que não possuem os instrumentos de produção e ainda os empresários de turismo que moram na região, é possível apontar que essas reivindicações são externadas a partir de ações como de construir barracas de alvenaria em frente à casa de donos de currais sem a permissão destes (quando o grupo político do dono do curral é o adversário do que está na gestão); os donos de currais estão cada vez mais investindo na construção de pousadas; os atravessadores estão fazendo alianças com os políticos locais. Quanto aos pescadores, percebo que para além da resistência num sentido econômico, isto é, num sentido de construir seu próprio curral de beira ou fazer um ponto de venda para atender os turistas e não dependerem mais dos proprietários dos meios de produção há, também, entre eles uma resistência num sentido simbólico, quando são acometidos sobre as suas atuações em trabalhos turísticos e acionam suas identidades como pescadores de curral.

Nos últimos trabalhos de campo, no ano de 2016, observei a influente presença de dois grupos de poder em Bitupitá que em muitas situações tanto no que se refere a efetivação de políticas de desenvolvimento na região, quanto aos assuntos ligados a pesca de curral, divergem em opiniões e interesses. Uma é a elite econômica (donos de currais de fora e atravessadores) que por terem capital financeiro estão construindo pousadas e comprando terrenos na praia de Bitupitá e Curimãs e há uma elite política que está na atual gestão (o partido denominado “fundo mole”). Em muitas situações estes dois grupos colidem em interesses e disputam o campo de forças do atual contexto vivenciado pela localidade de Bitupitá. A gestão da Colônia de Pescadores é feita por um integrante do atual partido político que está no poder e segundo relatam os pescadores e o próprio presidente da Colônia não há mais possibilidade de construção de curral em Bitupitá, nem é mais cedido documento de “posse de curral”, como era feito em anos anteriores. Alguns pescadores relatam que os políticos da atual gestão anseiam pelo fim da pesca de curral na praia de Bitupitá.

Se, por um lado, a efetivação das políticas de desenvolvimento na praia de Bitupitá atenua e traz a tona conflitos e disputas territoriais que colocam em risco o

reconhecimento dos pescadores como povos e comunidades tradicionais e o direito ao uso ancestral destas terras, por outro lado, ficou evidente que a falta de organização e de uma identidade coletiva entre eles aliada as práticas clientelistas crescentes dos grupos partidários locais e a desigual e hierárquica relação entre esses pescadores e os donos de currais demarca bem um campo de conflitos em que os pescadores quase sempre estão em situação de desvantagem o que torna essa localidade mais vulnerável aos efeitos negativos dessas políticas, já que os pescadores são maioria na região.

É crescente o número de pontos de tráfico na localidade, há relatos que os jovens estão cada vez mais deixando de pescar e tornam-se dependentes químicos, o sentimento de insegurança depois da construção da estrada é constante entre os moradores, relatam que não é mais possível “saber quem entra e quem sai do povoado”. Os pescadores ficam diante de impasses e tentam articular ações para agenciar as mudanças advindas com a chegada dessas políticas na praia de Bitupitá de modo que, de um lado veem o turismo como uma possível fonte de garantia de renda extra para os períodos de pouca pescaria, e de outro, tentam resistir de modo simbólico pelo o reconhecimento de suas identidades como pescadores de curral, principalmente em situações quando são chamados de trabalhadores do turismo.

REFERÊNCIAS

ACHESON, J. M. Anthropology of Fishing, *Annual Review of Anthropology*, São Paulo, v.10, p.275-316, 1981.

ADAMNS, C. Os povos e comunidades caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Rev. Antropol. São Paulo*, v.43 n.1, 2000.

ADOMILLI, G. K. Território e mobilidade: notas sobre a relação entre global e local em uma comunidade pesqueira. RIAL Carmen; GÓDIO, Matías (org.), In. **Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

ALMEIDA, A.W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. Ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

_____. Prefácio. In: MENEZES, Elieyd Sousa de. **Os piaçabeiros no médio rio negro**: identidade étnica e conflitos territoriais, Brasília: Ed. Paralelo; ABA publicações, 2004.

ALMEIDA, J.M.L. O de. **Terrenos de Marinha, proteção ambiental e as cidades**. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2008.

ALMEIDA, M. V. de. **Corpo presente**: treze reflexões antropológicas sobre o corpo. Oeiras: Celta, 1996.

AMORIM, D. M. C. M.. **Diagnóstico dos impactos socioambientais no manguezal do rio Acaraú (Ceará - Brasil) devido à carcinicultura**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto), UP, 2009.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**: mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

ARAGÃO, L. L.. *Nas terras de parente “sangue bom”*: herdeiros, não herdeiros e o estado nas transformações socioambientais do litoral do extremo oeste cearense. 2014, 110 f. (Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais),UFC, 2014.

ARAÚJO, A. G. P de; ARAGÃO, L.L e RODRIGUES, L. C. Turismo, Populações tradicionais e Ambiente. Revista Gaia Scientia, Natal, p.161-171, out. 2014. Ed. Esp. Populações Tradicionais. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/22427/12526>> Acesso: 27 de abril de 2015.

ARAÚJO, A. G. P.; GONÇALVES, Bruno. **Mar de vaqueiros**: conhecimentos tradicionais da pesca de curral e os direitos territoriais dos pescadores artesanais de Bitupitá, Ceará. *Tessituras*, Pelotas, v.3, n. 1, p.231-269, jan/jun, 2015.

ARAÚJO, A. G. P. de. **Modos de saber, fazer e viver: uma etnografia dos ‘guardiões de currais’ da praia de Bitupitá (Barroquinha- CE)**. 2013, 106 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, UFC, 2013.

ARAÚJO, A. G. P. de. **Vaqueiros e mestres em alto mar**. Uma análise dos processos de trabalho dos pescadores de curral da praia de Bitupitá – CE. In. 36º Encontro Anual da Anpocs, 2012, Águas de Lindóia, SP, 2012.

ARAÚJO, F. A. **Memórias do passado**. A beira mar de Bitupitá. Fortaleza: EPGRAF, 2008.

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da super modernidade. Campinas: Papirus, 1994.

FELDMAN-BIANCO, B. (ORG.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília: ABA, 2013.

_____. **A Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo; Global, 1987.

BENTO, C. L. **Memórias de Cabo Delgado**: notas sobre algumas das seculares manufaturas das Ilhas de Querimba ou de Cabo Delgado. Lisboa: boletim da sociedade de geograifa de Lisboa, 2010.

BERNARDES, L. M. C. e BRITO, R. S. de. **Pescadores da Ponta do Cajú: aspectos da contribuição de portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara**. Revista Brasileira de Geografia, v. 20, n.2, abr.-jun, 1958. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n2.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BLACKWOOD, E. Falling in love with an-Other lesbian. In: KULICK, Don; Wilson, Margaret (eds.). **Taboo: Sex, Identity and the Erotic Subjectivity in anthropological fieldwork**. New York, London: Routledge, 1996.

BONETI, L. W. **O silêncio das águas**. Políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Editora Unijuí, Coleção Ciências Sociais, 1998.

BRAGA, M. S. de C.A **Navegação praticada por mestres marcadores nas embarcações a vela no Estado do Ceará**. In: **Embarcações a vela do litoral do Estado do Ceará: construção, construtores, navegação e aspectos pesqueiros**. 2013, 198 f. Tese (Doutorado no Programa de pós-graduação em Ciências Marinhas e tropicais) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Ciências do Mar, Fortaleza, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Art. 21. Institui os planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Constituição (1988) Art. 225. Declaração sobre floresta amazônica brasileira, a mata atlântica, a serra do mar, o pantanal mato-grossense e a zona costeira são patrimônio nacional. In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Lei 11.771/88. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico In: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e estuarina. Estatística da Pesca no Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo (2003). *Plano Nacional de Turismo 2003/2007: Diretrizes, metas e programas*.

_____. (2007). *Plano Nacional de Turismo, 2007/2010: Uma viagem de inclusão*. Ministério do Turismo.

_____. (2013). *Plano Nacional de Turismo 2013/ 2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil*.

CEARÁ. Lei nº 13.796, de 2006. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Lei nº 13.796, de 30.06.06 (D.O. de 30.06.06).

CEARÁ. Perfil Básico Municipal - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Governo do Estado do Ceará. Fortaleza-CE, 2010.

CEARÁ. Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) – Cadastro da Secretaria de Assistência à Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Barroquinha do Programa de Saúde da Família (PSF). Barroquinha, CE. 2010.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORDELL, J. **A sea of Small Boats**. Cambridge: Cultural Survival, 1989.

CHAVES, L. de G. M. C. **Trabalho e subsistência Almofala**: aspectos da tecnologia e das relações de produção. 1973, 87 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Museu Nacional, RJ, 1973.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.

COLLYER, E.C. e AGUIAR, D. **Sobre a produção pesqueira de alguns currais-de-pesca do Ceara**. Bol. Estação de Biologia Marinha, UFC, 1972.

CORBAIN, A. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CUNHA, M. C. da. **Antropologia do Brasil**: mito, historiografia, etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense/Edusp, 1ª Edição, 1986.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas**. São Paulo; Cosac Naify, 2009.

DAWSEY, J.C. **Schechner, teatro e antropologia**. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 20, p. 207-211, 2011.

DEMÓNIO, L.. A problemática anglo-saxónica: economia política e antropologia In: POUILLON, François. **A antropologia económica**. (correntes e problemas), Lisboa: Edições 70, 1978.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB, 2000.

DIEGUES, A.C e ARRUDA, R.S.V. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.**São Paulo: NUPAUB, 1999.

DIEGUES, A.C. **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** São Paulo, NUPAUB, 1999.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB, 1995.

_____. **Pesca e marginalização no litoral paulista.** 1973, 130 f. Dissertação (Mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), FFLCH/USP, 1973.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil: os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: NUPAUB, 1999.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** (3ª ed.). São Paulo: HUCITEC, 2001 [1994, 1996].

DURKHEIM, É., MAUSS, M. Algumas Formas Primitivas de Classificação (1903), in: MAUSS, Marcel, Ensaio de Sociologia, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1995.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: Edgardo Landier (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p.133-168.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

FARIAS, L. de C. Apresentação: pescadores e pescarias. In: KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, Luciana F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

FELDMAN, S.; GEISLER, C.; SILBERLING, L. **Moving targets: displacement, impoverishment, and development.** International Social Science Journal, 55: 7–13. 2003.

FELDMAN-Bianco, B. Antropologia das sociedades contemporâneas. In. **A análise situacional e o método de estudo de casa detalhado** (Velsen, V.). São Paulo; Global, 1987.

FIDELLIS, C. de N. A. **A pesca de curral no município de São Caetano de Odivelas, PA.** 2013, 147 f. Dissertação, (Mestrado na Universidade Federal do Pará), PA, 2013.

FOURNIER, M. **Marcel Mauss ou a dádiva de si.** Conferência na 16ª Reunião da Anpocs, Caxambu, MG, 1992.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen.** Bloomington: Indiana University Press, 1970.

FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará.** Belém: CNPq/MPEG, 1987.

GALVÃO, A. G. **Jericoacoara Sonhada.** Editora Annablume, 1995.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GODBOUT, J. T. e CAILLÉ, A. **O espírito da dádiva.**(Tradutor: WUILLAUME, P. C. F. X.)Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GODELIER, M. **Racionalidade e irracionalidade na economia.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969.

GOLDMAN, M. **Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia.** São Paulo: Cadernos de Campo, 2005.

_____. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos.** Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, 2003.

_____. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. São Paulo: Cadernos de Campo, 2005.

_____. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: **Anuário antropológico/93.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. **Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos.** Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia, 2003.

GOMES, E.C.; MENEZES, R. A. **Etnografias possíveis: “estar” ou “ser” de dentro.** *Ponto Urbe*[Online],2008. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1748> ; DOI : [10.4000/pontourbe.1748](https://doi.org/10.4000/pontourbe.1748)>. Acesso em: 26 jan. 2016.

GOMES, H. C. M. **Para onde sopram os ventos: escola, vida e cultura dos povos do mar.** 2002, 120 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal do Ceará, CE, 2002.

GOMES, N. e SILVA, P. A. **Influência dos currais de pesca na Malacofauna da praia de Arpoeiras, Acaraú, Ceará.** IV Encontro Nacional dos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura, Fortaleza, Instituto Federal do Ceará, 2012.

GONÇALVES, O. **Breve história sobre a História da pesca no Estado da Bahia.** Revista Brasileira de Geografia, ano XX, n. 2, p. 23-35, 1945.

GUEDES, A. D. ; MELLO, M. M. e PEREIRA, J. C. M. **Conflitos, visibilidades e territórios.** A participação social na perspectiva dos povos e comunidades tradicionais. In: Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação : burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. (Org.) LOPES, J. S. L. e HEREDIA, B. M. A. de. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.

HAESBAERT, R. & LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. *Geo UERJ*. Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1999.

HIRSCH, E. **Landscape**: between place and space. Oxford: Clarendon Press, 1993.

IBAMA. Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC). **Projeto executivo para apoio político ao desenvolvimento do camarão marinho cultivado**. Recife. 2004. Disponível em http://www.mcraquacultura.com.br/arquivos/Projeto_Executivo_Apoio_Politico_Camarão_Marinho,2005Marco_04.pdf. Acesso: 10 de jan. de 2016.

IBGE, Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil. Dimensão ambiental - Oceanos, mares e áreas costeiras, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/impressa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso: 26 de maio de 2015.

IPECE. (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ). *Caracterização territorial: características geográficas, recursos naturais e meio ambiente – Ceará em números/2010*. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2010/territorial/01_caract_territorial.pdf>. Acesso: 10 de maio de 2014.

JACINTO, F. G. **Análise da produção pesqueira de algumas espécies de peixes capturada por curral de pesca de Almofala, Acaraú, CE**. 1982, 92 f. Monografia. (Dep. de Engenharia de Pesca, Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, 1982.

KANT, L.; PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu**: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

KNOX, W. **Vivendo do mar**: modos de vida e de pesca. Natal: Ed.UFRN, 2009.

KOTTAK, C. P. **The Structure of Equality in a Brazilian Fishing Community**. Columbia: University of Columbia, 1966.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro:Editora Aleph, 2003.

LABAN, R. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus Editorial, 1971.

LANNA, M.. **Sobre Marshall Sahlins e as cosmologias do capitalismo**. *Mana*, v.7, n.1, Rio de Janeiro: Apr, 2003.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis: Edufba/Edusc, 2012.

LEFEVBRE, H. **Prefácio**: a produção do espaço. *Estudos Avançados*. São Paulo, n. 27, 2013.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas**: a fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2012.

LEITE, R. P. **A exaustão das cidades**. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, p.73-88, 2010.

LEMENHE, M. A. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus, Comunicações, 1991.

LÉVESQUE, B. **Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável**: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 107-144, abr. 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto, *In: O Pensamento Selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1962.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1991.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará**: território, conflitos e lutas. 2002. 140 f. Tese. (Doutorado no Departamento de Geografia– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), São Paulo, 2002.

LINSTER, R. **Homens martelam no mar**. Turismo de pesca. Pará, 2003. Disponível em:
<<http://lapep.com.br/data/documents/Tavares=2C=20M.=20C.=20S.=20=282005=29=20A=20pesca=20de=20curral=20no=20estado=20do=20Par=C3=A1.pdf>>. Acessado em 18 de julho de 2013.

LITTLE, P. **Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil**. Brasília: UNB, 2006.

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322, Brasília, Departamento de Antropologia/ UnB, 2002.

LOPEZ SANTILLÁN, À.; MARÍN GUARDADO, G. **Turismo, capitalismo y producción de lo exótico**. Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y la cultura. *Relaciones*, 123, v. XXXI, p. 219-258, 2010.

LUSTOSA, I. M. C. **Os povos indígenas, o turismo e o território**: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará. 2012. 120 f. Tese (Doutorado na Universidade Federal de Goiás/ Instituto de Estudos Socioambientais), Goiânia, 2012.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007, 160 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará), 2007.

MAGNANI, J. G. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALDONADO, S. C. **Mestres & Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 1993.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANESCHY, Manuela A. **Pescadores do litoral do estado do Pará, norte do Brasil: sistemas técnicos e sociais de exploração dos recursos do mar.** 1993. 175 f. Tese (Doutorado apresentado ao Programa de Antropologia Social do Pará), 1993.

MARÍN GUARDADO, G.; SANTILLÁN, Á. A. L. **Turismo, capitalismo y la producción de lo exótico.** Una perspectiva crítica para el estudio de la mercantilización del espacio y de la cultura. Revista *Relaciones*, México, n. 123, v. XXXI, p.219-258, 2010.

MARTINS, P. H. **A sociologia de Marcel Mauss, dádiva, simbolismo e associação.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 73, p. 45-66, 2005.

MAUSS, M. Les techniques du corps. In. **Sociologie et anthropologie.** Paris: Collection Bibliothèque de sociologie contemporaine, 1950.

_____. Ensaio Sobre a Dádiva, In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

_____. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naif, 2005.

MAUSS, M.; DURKHEIM, É. Algumas formas primitivas de classificação. In. **Ensaio de sociologia.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MEIRELES, J. A. **Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais.** *Confins* – Revista franco-brasileira de geografia, Fortaleza, n. 11, 2008.

MEIRELES, A.J.A.; SILVA, E. V. **Diagnóstico e impactos ambientais associados ao ecossistema manguezal do rio Acaraú/CE, nas proximidades da comunidade de Curral Velho.** Laudo técnico, Procuradoria da república do estado do Ceará, Ministério Público Federal, 2003:32p.

MOURÃO, F. **A pesca no litoral sul do estado de São Paulo: O pescador lagunar de Iguape-Cananéia.** São Paulo, USP. 1967, 130 f. Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa de Antropologia), São Paulo, 1967.

MOWFORTH, M.; Charlton, C. & Munt, Ian. **Tourism and responsibility perspectives from latin America and the caribbean.** New York Routledge, 2008.

PAIVA E NOMURA, M. P, e H. **Sobre a produção pesqueira de alguns currais de pesca do Ceará – dados 1962 a 1964.** Fortaleza: Arq. Est. Biol. Mar. Univ., v.5, n.1, p.1-8, 1965.

PAIVA, M.P. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: Quadriga/ PUF, 1997.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**. Ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREGRINO, A. **Manual do mergulho autônomo desportivo**. São Paulo: CBPDS / CMAS. Disponível em: http://tempodefundo.dominiotemporario.com/doc/Curso_Basico_de_Mergulho_Autonomo.pdf. Acessado em: 23 jun. 2012.

PESSANHA, Elina G.F. **Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu**. Niterói: EdUFF, 2003.

PESSOA, M.F. **A pesca do atum em Portugal**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997.

PIORSKI, M. N.; SERPA, S. S.; NUNES, J. L. S. **Análise comparativa da pesca de curral na Ilha de São Luiz, estado do Maranhão, Brasil**. Fortaleza: Arquivos de Ciência do Mar, v. 42, n. 1, p. 1-7, 2009.

PLANO NACIONAL DE TURISMO (PNT). **O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília, 2013–2016.

QUEIROZ, L. de S. **Na vida do cumbe há tanto mangue**: as influências dos impactos socioambientais da carcinicultura no modo de vida de uma comunidade costeira. 2007, 120 f. Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa regional de Pós-Graduação em desenvolvimento e Meio Ambiente UFC/ PRODEMA), Fortaleza, 2007.

RAMALHO, C. W. N. **Estado, pescadores e desenvolvimento nacional**. Unicamp: Ruris, v. 8, n.1, 2014.

RIAL, C. Revisitando a etnografia *Mar-de-dentro*: pesca, turismo e a transformação do espaço social. In: RIAL Carmen; GÓDIO, Matías (org.). **Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis:: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

RIBEIRO, C.A. Caracterização da pesca artesanal em um curral de pesca na praia de Flecheiras, Trairi, CE. 2004. 75 f. Monografia. (Apresentada no Departamento de Biologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

RODRIGUES, L. C.; ORTOLAN, M. H.; GONÇALVES, A. F. Antropologia e Políticas Públicas: dos encontros históricos ao diálogo teórico e metodológico. In: RODRIGUES, Lea. C.; SILVA, Isabelle B. P. **Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico**. Fortaleza: Expressão Gráfica/ABA Publicações, 2014.

RODRIGUES, L. C. E MATTOS, S. M (orgs.). **Cultura e Trabalho**. Prática, fazeres e saberes. Campinas (SP), Unicamp: Editora Arte Escrita, 2007.

RODRIGUES, L. C.; SANTOS, P. A.; LIMA, T. R.; MAGALHÃES, E. L. Antropologia e políticas públicas: projetos de desenvolvimento e impactos sobre povos e comunidades locais. *In*: II Reunião Equatorial de Antropologia e XI ABANNE, 2009, Ceará.

RODRIGUES, L.C e ARAÚJO, A.G.P de. **Efeitos de Megaprojetos Turísticos sobre povos e comunidades tradicionais**: conflitos fundiários em perspectiva comparada Brasil-México, *In*: 38º Encontro Nacional da Anpocs, 2014, Caxambu, MG. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9327&Itemid=456>. Acesso em: 26 jun. 2015.

RODRIGUES, L. C. **Antropologia e políticas públicas**: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre povos e comunidades locais. Fortaleza, UFC, Projeto de pesquisa CNPq, 2008.

RODRIGUES, L. C. **Antropologia e políticas públicas**: incentivo ao turismo no extremo-oeste cearense e impactos sobre povos e comunidades locais. Fortaleza, UFC, Projeto CNPq-PQ, 2009.

RODRIGUES, L. C. **Rota das Emoções: estudo etnográfico da dimensão institucional na implantação de um importante roteiro turístico da região NE**. Fortaleza, Relatório PIBIC-CNPq, LEC/UFC, 2014-2015.

RODRIGUES, L. C. **Rituais na universidade**: uma etnografia na Unicamp. Campinas: Coleção Campiniana, 1997.

RODRIGUES, L. C. **Turismo como estratégia de desenvolvimento na América Latina**: dilemas e perspectivas de um modelo excludente. *In*: CARVALHO, Alba Maria P.; HOLANDA, Uriam X. **Brasil e América Latina**: percursos e dilemas de uma integração. Fortaleza: Editora UFC, 2014.

RODRIGUES, L. C.; SANTOS, P. A. Povos e comunidades tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. Cadernos do LEME, Campina Grande, v. 4, n.1, p.67–93. Jan./Jun. 2012.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SAUTCHUK, C.E e J.M. **Enfrentando poetas, perseguindo peixes**: sobre etnografias e engajamentos. Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 20, n.3, 2014.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERAINE, F. A. **Curral de pesca no litoral cearense**. Ceará: Boletim de Antropologia, v. 02, 1958.

SILVA, G. O. **Tudo que tem na terra tem no mar**. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1989.

SILVA, J. S. da. **A “extensão pesqueira” no desenvolvimento das comunidades litorâneas do estado do Ceará.** 2003. 126f. Dissertação. (Mestrado do Programa regional de Pós-Graduação em desenvolvimento e Meio Ambiente — PRODEMA), UFC, Fortaleza, 2003.

modelo de capítulo dentro de livro

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros e Educação Superior: notas para debates. *In*: COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da (Org.). **Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. p. 18-26.

modelo de trabalho em congresso

TARAPANOFF, K. Educação corporativa. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA, 1., 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: CIETEP, 2006. Disponível em: <<http://www.gecic.com.br>>. Acesso em: 22 out. 2006. p. 59-70.

modelo de publicação em revista

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesauros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciências da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 172-178, 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/265/233>>. Acesso em: 2 out. 2014.

SILVA, J. C. As comunidades remanescentes de quilombos e a preservação ambiental na região da Baía de Camamu – Bahia. *In*. II Seminário Espaços costeiros, 2013, Bahia.

SILVA, I. B. P. da. **Vilas de índios no Ceará grande: dinâmicas locais sob o direito pombalino.** Campinas: Pontes Editores, 2005.

SILVA, L. M. A.; LOPES, E.; AGUIAR, J. S; SANTOS, V. F. Situação da pesca no setor estuarino. *In*: **Diagnóstico sócio-ambiental participativo do setor costeiro estuarino do estado do Amapá.** Macapá: IEPA, 2004. p. 104–114.

SILVA, L. G. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar.** Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Caiçaras e jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil.** Coord. Antônio Carlos Diegues. São Paulo: CEMAR/Universidade de São Paulo, 1993.

_____. **Historia e Meio Ambiente: A pequena pesca marítima no Brasil.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 10/11, p. 219-231, 1998.

_____. **Os pescadores na história do Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVANO, R. A. M.. **Ecologia de três comunidades de pescadores do rio Piracicaba (SP).** 1997. 150 f. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas Instituto de Biologia. Campinas, SP, 1997.

TAHIM, E. F. **Análise sócio-econômica da pesca de curral em Bitupitá município de Barroquinha estado do Ceará.** 1990. 140 f. (Dissertação apresentada na Engenharia de

pesca) UFC, Centro de Ciências Agrárias, Depto. de Engenharia de Pesca, Fortaleza, 1990.

TAVARES, M. C. da S.; JÚNIOR, I. F.; SOUZA, R. A. L. de; BRITO, C. S. F. de. **A pesca de curral no estado do Pará**. Belém: Boletim Técnico-Científico do Cepnor, n. 5, p. 115-139, 2005.

TAVARES, M. C. da S. **A pesca de curral no estado do Pará**. Belém: UFPA, 2005.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUPINAMBÁ, Soraya Vanini. **Do tempo da captura à captura do tempo livre. Terra e Mar: caminhos da sustentabilidade**. 1999. 180 f. (Dissertação apresentada Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente), UFC, Fortaleza, 1999.

_____. **O rio que corria rei**: o rio Jaguaribe e a criação de camarão no Ceará. Propostas Alternativas. Ceará: Editora Memórias do Patrimônio Natural do Ceará, 2002.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

WACQUANT, Loïc. **Corps & âme: carnets ethnographiques d'un apparent boxeur**. Paris: Agone, 2002.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZECA, L. **Performance e antropologia de Richard Schechner**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2012.

ZHOURI, A e VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Minas Gerais: Ufmg, 2014.

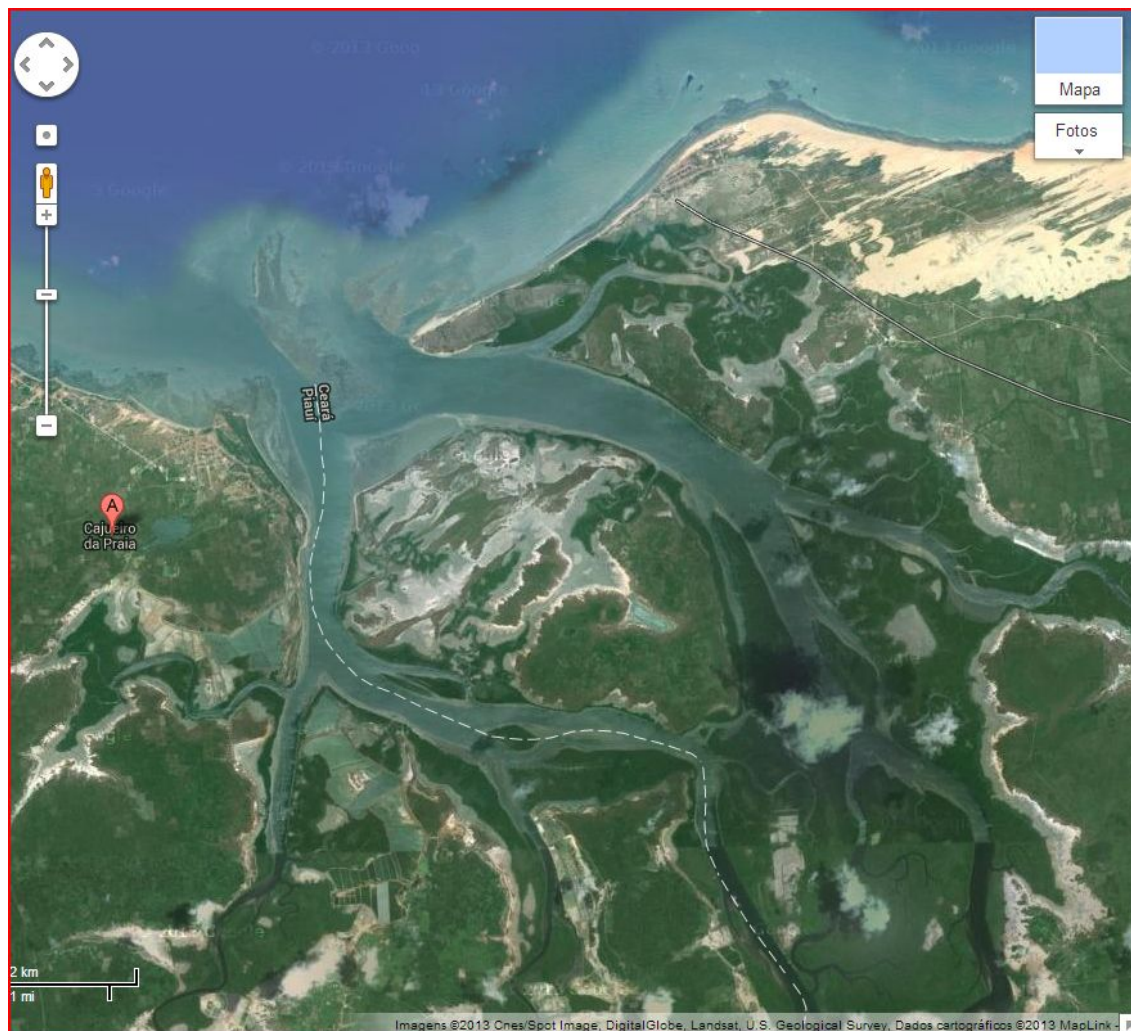
ANEXOS I –CARTOGRAFIA

MAPA I.1 - Mapa de Conflitos Socioambientais no litoral oeste do Ceará.



Fonte Rodrigues (2014-2015).

MAPA I.2 – Imagem por satélite da APA – DELTA DO PARNAÍBA.



Fonte: GOOGLE MAPS. Disponível em: <http://earth.google.com/>. Acesso em: 23 jan. 2016

Mapa do povoado de Bitupitá, Vila de Messejana, Ceará. O mapa mostra a distribuição das ruas e dos pontos de interesse da comunidade. As ruas principais são a Rua da Praia, Rua Central, Rua Sebastião, Rua do Posto, Rua da Cereja, Rua do Meio, Rua Projetada e Rua do Salgado. O Rio Timonha e Ubatuba corre ao longo do lado esquerdo. A área de mangue é indicada no canto inferior esquerdo. A ponte das Almas (PONTAL DAS ALMAS) é mostrada no lado direito. A comunidade é cercada por áreas de mata e campos.

LEGENDA

- (P) - Pousada
- (B) - Barraca
- (BB) - Biblioteca
- (A) - Colônia
- (E) - Escola
- (F) - Fábrica de Vassoura
- (C) - Peseadeira

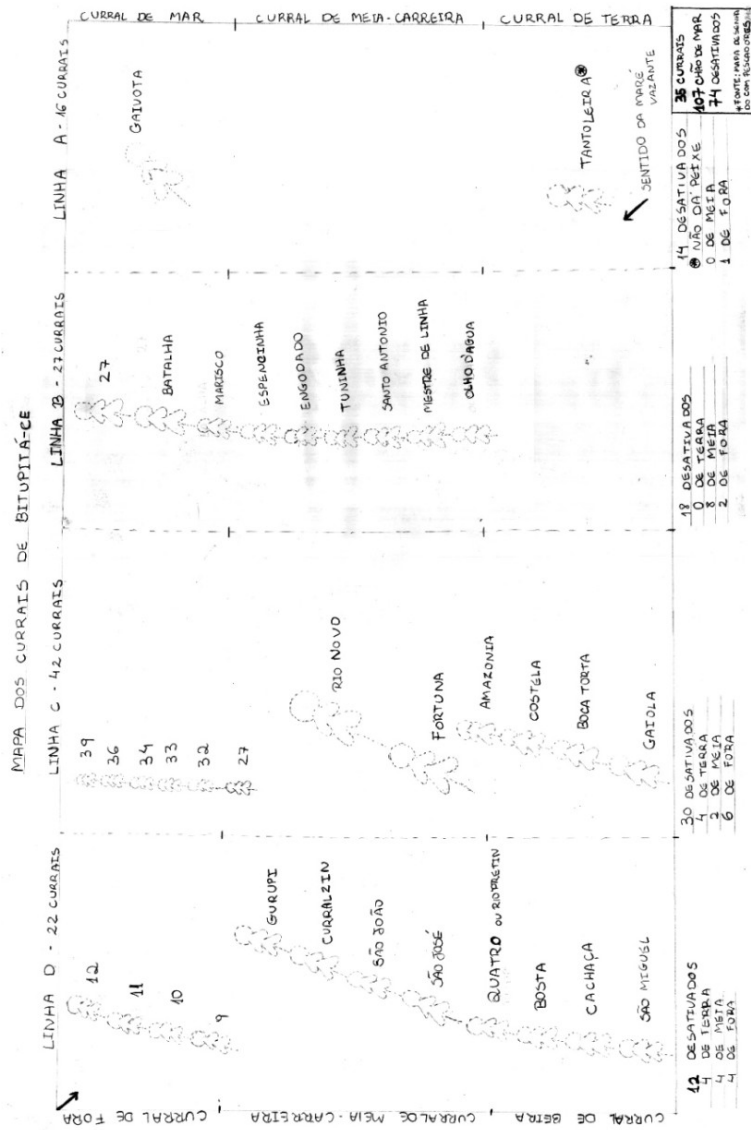
FONTE: FEITO COM MORADORES DA COMUNIDADE BITUPITÁ

LEGENDA

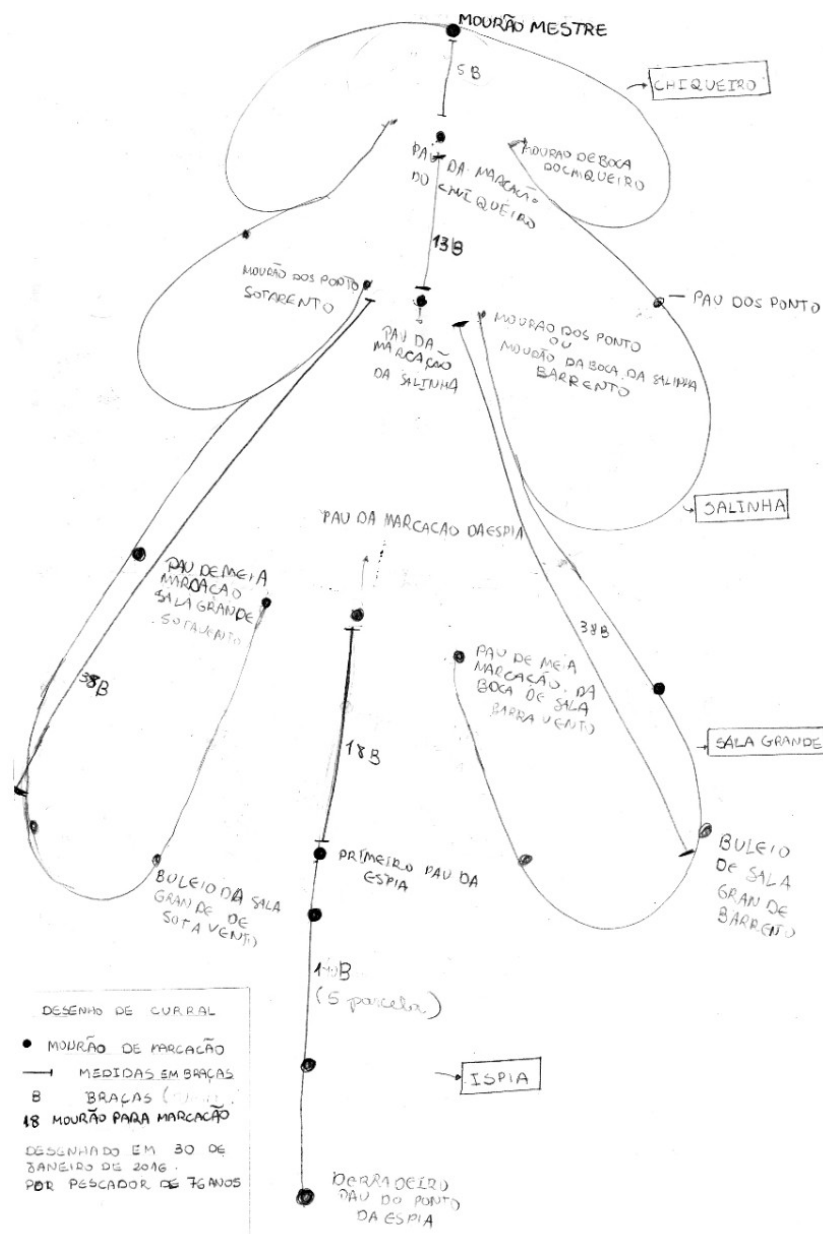
P -	POUSADA
B -	BARRACA
BB -	BIBLIOTECA
A -	COLÔNIA
E -	ESCOLA
F -	FÁBRICA DE VASSOURA
Q -	PESQUEIRA

FONTE: FEITO COM MORADOREX
NA GRADUAÇÃO DE HISTÓRIA

MAPA I.4 - Mapa dos “chãos de mar” para construção de curral na praia de Bitupitá. Fonte Acervo Pessoal (ARAUJO, 2016).



MAPA I.5- Mapa da marcação de um curral na praia de Bitupitá. Fonte Acervo Pessoal (ARAUJO, 2016).



ANEXOS II - ICONOGRAFIA

Figura 1 – Gabriela Araújo segurando camurupim pequeno pelas guelras. Acervo pessoal (ARAÚJO, 2011).



Figura 2 – Gabriela Araújo sentada na popa do barco. Os pescadores me deram instruções iniciais de como segurar o “leme de vento”. Acervo pessoal. Araújo, 2011.



Figura 3 - Foto por satélite da localidade de Bitupitá. Fonte: <http://earth.google.com/>

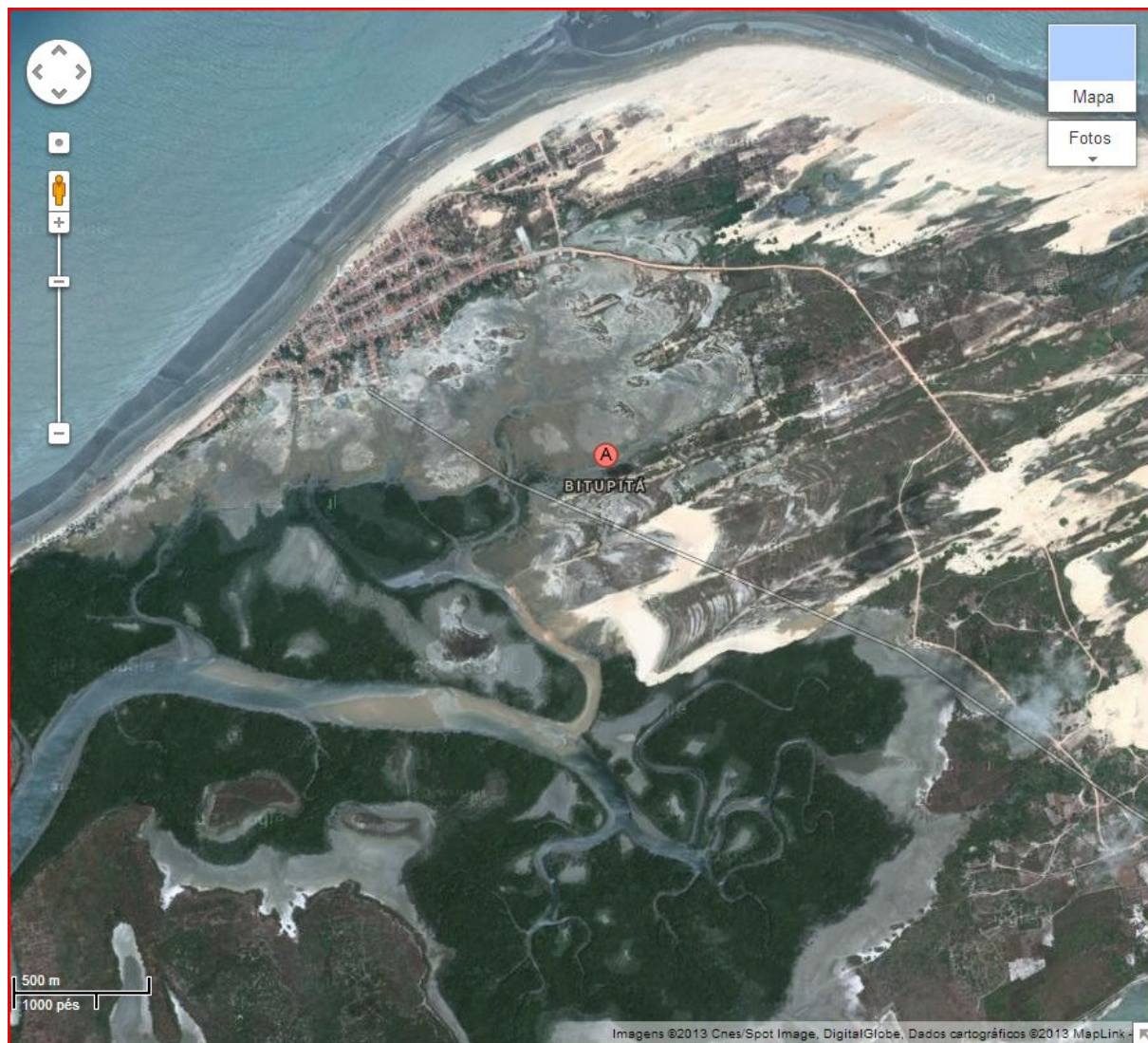


FIGURA 4: Localização da APA DELTA DO PARNAÍBA Fonte: <http://earth.google.com/>

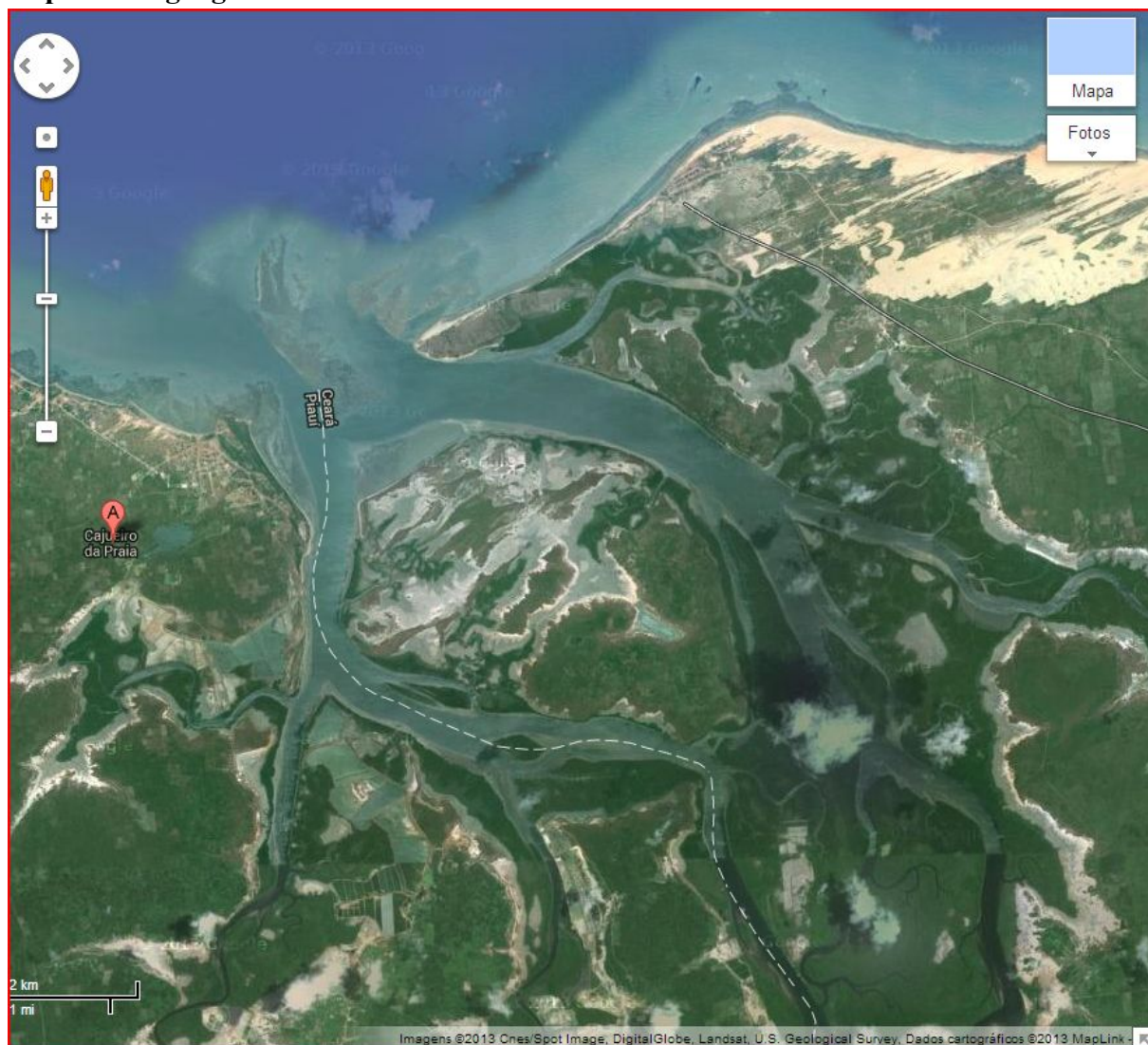


FIGURA 5: Pontal das AlmasFonte: Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo pessoal



FIGURA 6: Santuário da santa Adelaide Fonte: Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo pessoal



FIGURA 7: Mapa de conflitos socioambientais na costa cearense

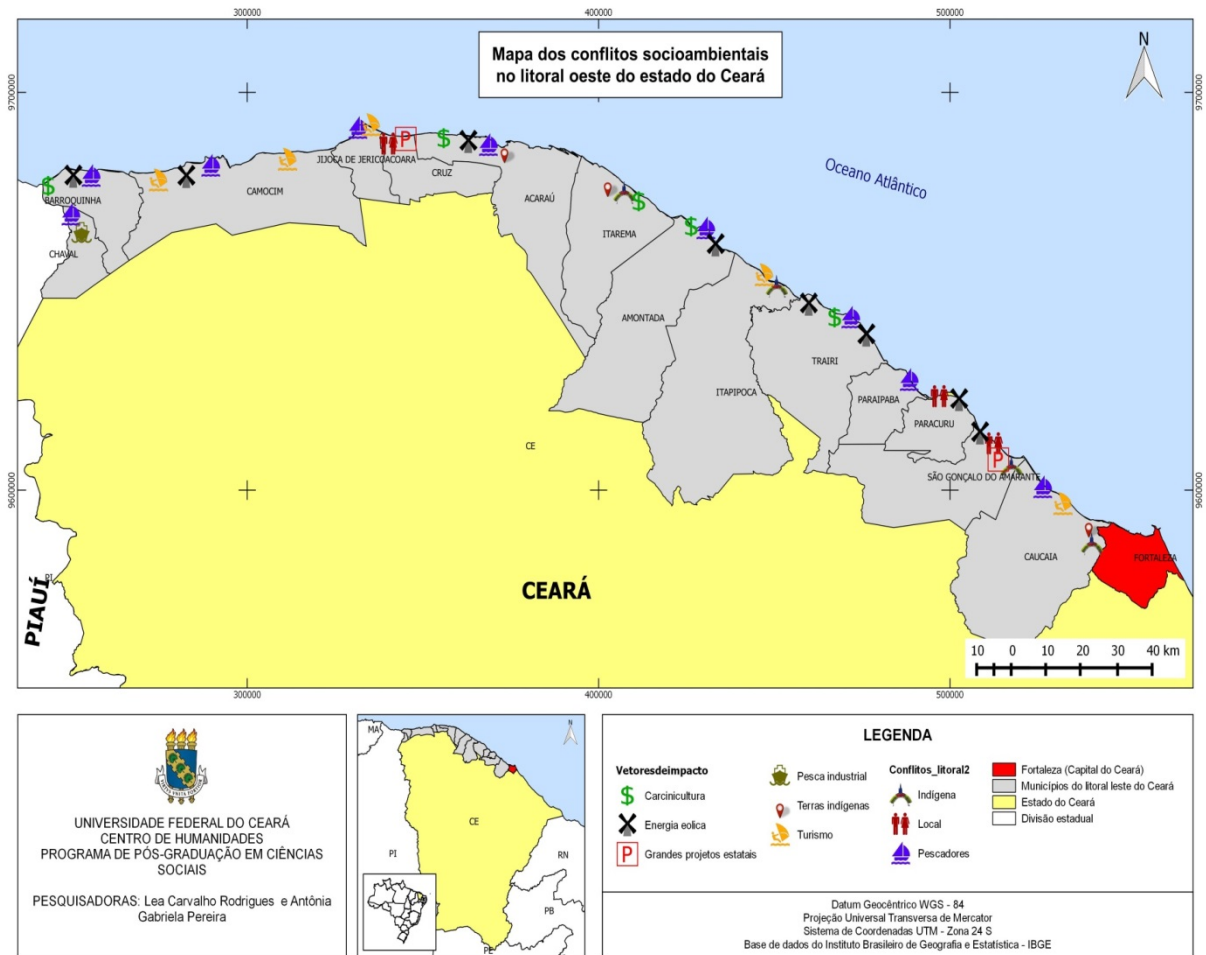


Figura 8 - Casa de Taipa na Praia Nova, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo pessoal



Figura 9 - Presença da criação de gado no litoral. Praia Nova, Barroquinha, Ceará.
Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal.



Figura 10 - Presença da criação de gado na Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará.
Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 11 - Vista aérea de Curral de peixe na Baía de Guanabara. Fonte www.tyba.com.br



Figura 12 - Curral de pesca da praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2013. Acervo Pessoal



Figura 13 - Desenho de Curral de Peixe na Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará.

Fonte: <http://folhadebitupita.blogspot.com.br/2011/11/historias-da-nossa-terra-currais-de.html>



Figura 14- Batedores de Mourão da Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2013. Acervo Pessoal.



Figura 15- Batedores de Mourão da Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2013. Acervo Pessoal.



Figura 16 - Tecedores de uma esteira de cipó. A esteira de cipó compõem o compartimento chamado de "Espia" do Curral de peixe da praia de Bitupitá, Ceará. Gabriela Araújo, 2011. Acervo Pessoal.



Figura 17 - Tecedores de uma esteira de arame. A esteira de arame reveste o compartimento chamado de "Chiqueiro" do Curral de peixe da praia de Bitupitá,

Ceará. (Ao fundo algumas pesqueiras de peixe) Gabriela Araújo, 2011. Acervo Pessoal.



Figura 18-Tecedores de esteiras de arame usam a orla da praia para realizarem atividades da pesca de curral. Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2011. Acervo Pessoal



Figura 19 - Construtor de Barco realizando trabalho na orla da praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



FIGURA 20: Pesqueira de peixe seco da praia de Bitupitá



Figura 21 - Mulher “tratando” peixe na pesqueira de peixe seco



Figura 22 - Rede usada para despescar curral de peixe de Bitupitá, Barroquinha Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 23- Pescador indo para curral de pesca de Bitupitá, Barroquinha Ceará.
Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 24 - Despesca num curral de beira de Bitupitá, Barroquinha Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 25 - Vaqueiro e Mata- vaqueiro abrem a rede em direção ao compartimento denominado “Chiqueiro”.Despesca nos currais de Bitupitá, Barroquinha Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 26- Vaqueiro e Mata- vaqueiro são os primeiros a caírem na água no momento de despesca nos currais de Bitupitá, Barroquinha Ceará. Os referidos homens entram no “chiqueiro”. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 27-Vaqueiro se equilibra em cima de mourões do “curral de beira” no momento de despesca nos currais de Bitupitá, Barroquinha Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal



Figura 28 - Pescador de curral. Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo. Acervo Pessoal



Figura 29 – Dono de curral e pescador de Curral da Praia de Bitupitá, Barroquinha, Ceará. Foto Gabriela Araújo, 2015. Acervo Pessoal

